

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PALMAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 152/2011

PALMAS
2017

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretor de Ensino Superior e Pós-Graduação

Paulo César Medeiros

Direção Geral do *Campus*

Luciano Martignoni

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus*

Frank Silvano Lagos

Coordenador de Curso

Luiz Ney Todero

Núcleo Docente Estruturante

Douglas Colombelli Parra Sanches

Luiz Ney Todero

Magda Salete Vicini

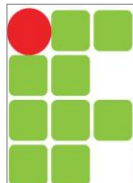
Neuza de Fátima da Fonseca

Tiago Scalvenzi Sául

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	6
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	7
2.1 O Instituto Federal do Paraná.....	8
2.2 Missão, Visão e Valores	16
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
3.1 Concepção do Curso.....	21
3.1.1 Histórico do Curso	22
3.2 Justificativa	24
3.3 Objetivos	26
3.3.1 Objetivo Geral	26
3.3.2 Objetivos Específicos	26
3.4 Formas de Acesso, Permanência e Mobilidade Acadêmica	28
3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social	29
3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores	33
3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores	35
3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados	35
3.5 Perfil do Egresso	36
3.5.1 Áreas de Atuação do egresso	38
3.5.2 Acompanhamento de Egressos	38
3.5.3 Registro Profissional	39
3.6 Perfil do Curso	41
3.6.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	48
3.6.2 Metodologia e Estratégias Pedagógicas	50
3.6.3 Educação Inclusiva	58
3.6.4 Integração com a Pós-Graduação	61
3.6.5 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	61
3.7 Avaliação	62
3.7.1 Avaliação da Aprendizagem	64
3.7.2 Plano de Avaliação Institucional	65

3.7.3 Avaliação do Curso	67
3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	67
3.7.5 Representação Gráfica do Processo Formativo	70
3.8 Estrutura Curricular	71
3.8.1 Matriz Curricular	73
3.8.2 Componentes Optativos	77
3.9 Ementário e Bibliografias	78
3.10 Estágio Curricular Supervisionado	155
3.11 Trabalho de Conclusão de Curso	160
3.12 Atividades Complementares	161
4. CORPO DOCENTE.....	165
4.1.1 Atribuições do Coordenador	166
4.1.2 Experiência do Coordenador	168
4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	169
4.1.4 Colegiado de Curso	170
4.1.5 Políticas de Capacitação Docente	172
4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes	172
4.2 Corpo Técnico-Administrativo	173
4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo	176
4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-administrativos	177
5. INSTALAÇÕES FÍSICAS	178
5.1 Áreas de Ensino Específicas	178
5.2 Áreas de estudo geral	178
5.3 Áreas de Estudo Específico	179
5.4 Áreas de Esporte e Vivência	179
5.5 Áreas de Atendimento Discente	180
5.6 Áreas de Apoio	180
5.7 Biblioteca	181
6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO	184
6.1 Expansão do Quadro Docente	184
6.2 Projeção de Aquisição de Materiais Permanente e Consumo	186



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

6.3 Projeção de Aquisição de Acervo Bibliográfico	188
REFERÊNCIAS.....	195
ANEXOS	199

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Curso: Licenciatura em Artes Visuais

Forma de Oferta: Presencial (20% da carga horária de cada componente curricular poderá ser desenvolvida na modalidade Ensino à distância - EAD)

Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico: Artes/Produção Cultural e Design

Número de vagas ofertadas: 40

Turno de oferta: noturno

Horário de oferta do curso: 19h30min às 23h05min

Carga horária total do curso: 3200 h/r

Estágio Supervisionado: 400 h/r

Atividades complementares: 200 h/r

Prática como Componente Curricular: 400 h/r

Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-cultural: 2200 h/r

Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio

Tipo de Matrícula: Por componente curricular

Regime Escolar: Semestral

Prazo de Integralização Curricular: tempo mínimo - quatro anos; tempo máximo - sete anos.

Local de Funcionamento: PRT 280, Trevo da Codapar, Palmas - PR
anos

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, do Instituto Federal do Paraná – IFPR, *Campus* Palmas, tem como finalidade real e utópica servir como guia para todas as ações políticas, pedagógicas, teóricas e práticas do percurso formativo do conjunto de pessoas nele envolvidos - acadêmicos, professores, comunidade interna e externa.

Do latim *projectu*, 'lançado para diante', projeto é a “idéia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro; plano, intento, desígnio. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema. Redação ou esboço preparatório ou provisório de um texto. Esboço ou risco de obra a se realizar; plano. Plano geral de edificação” (DICIONÁRIO AURÉLIO - SÉC. XXI). Assim entendemos o significado deste Documento Institucional: embora ‘acabado’, ele não é definitivo; trata-se de uma versão que vai sendo construída e reconstruída, a partir das demandas sociais e institucionais.

De acordo com Veiga (2004, p. 14) “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. Este Projeto, que foi construído coletivamente, por meio da condução do Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, explicita nossas intenções e propósitos de ação para tornar o curso de Artes um instrumento eficaz para a execução da nossa tarefa prioritária, que é a formação de docentes, melhor dizendo Arte-educadores.

Assim, o Documento que segue contém as principais diretrizes políticas, legais e conceituais que norteiam o curso de licenciatura em Artes Visuais, do Instituto Federal do Paraná - *Campus* Palmas, bem como, disciplina aspectos práticos do curso, com vistas à formação de arte-educadores para inserção no mundo do trabalho, especialmente, no campo educacional.

2.1 O Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Art. 2º da Lei 11.892/2008 caracteriza os Institutos Federais como sendo:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O parágrafo 2º desse artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.”

Em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei 11.892/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida Lei, como sendo:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma Lei:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior. (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos de nível médio e técnico) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art. 7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (Lei 11.892/2008- de 29 de dezembro de 2008)

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) conta com 28 *campi* em todo Paraná, distribuídos em todas as 10 (dez) macrorregiões geográficas do estado. Os *campus* do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Barracão, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Coronel Vivida, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Goioerê, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaiva, Lapa, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Quedas do Iguaçu, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

O IFPR potencializa o acesso da população à educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade em no mínimo 50% das 39 microrregiões políticas do Estado e 100% das macrorregiões. Foram implantados *Campus*

Avançados: unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e de Educação a Distância (EaD), atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com, cinco unidades em funcionamento.

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense é a quarta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,3% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de R\$ 26,4 mil referente ao Brasil (IPARDES, 2014).

Na composição do PIB paranaense, o setor de comércio e serviços é o que mais se destaca, correspondendo a 50,9 % do total, seguido dos setores industrial, agropecuário e de administração pública que participam, respectivamente, com 26,2%, 10,4% e 12,5% (IPARDES, 2014).

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura, que corresponde a 29,18% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,18% e 19,14%, respectivamente (IPARDES, 2014).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/ montagem de veículos automotores.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos *campus* procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, já está prevista a ampliação da rede por meio da implantação de novos *campus* e núcleos avançados, vinculados

diretamente aos *campus* instalados, sendo que a expansão futura deverá contemplar as regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

O MUNICÍPIO DE PALMAS

A história de Palmas iniciou-se há quase três séculos. Em 1855 foi elevada à categoria de Freguesia, em 1877, tornou-se “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas” e, algum tempo depois, município autônomo.

A região de Palmas, que era habitada inicialmente por povos indígenas, sofreu imigração de portugueses e negros escravos. Após 1880, ocorreu a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses.

Localizada na região dos Campos do Centro-Sul do estado, faz parte do chamado Paraná Tradicional de economia pecuarista. Entre as outras atividades econômicas da região, estão a agricultura, indústria, fruticultura (destaque a produção de maçã), silvicultura, cunicultura, apicultura, sericultura, extração vegetal, além do setor terciário de comércio e serviços.

A cidade conta com algumas atrações turísticas e culturais, entre as quais destacam-se o artesanato, o Rodeio Interestadual, Centros de Tradição Gaúcha, a Expopalmas, Cavalhadas, além das comidas típicas e de diversos outros eventos. Outra atração de destaque em Palmas são suas fazendas históricas, que preservam as características do passado. Algumas delas existem há mais de um século, guardando a arquitetura e utensílios da época.

Palmas foi, durante muito tempo, o mais importante polo de ensino superior do sudoeste do estado. Ainda hoje concentra boa parte das vagas disponíveis para a região.

Palmas é, socialmente, uma das mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000, o Índice Gini do município disparou de 0,610 para 0,660. De fato, Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil e o 9º, neste quesito, no estado do

Paraná. No ano 2000 a porção da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total, contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres.

O *CAMPUS* PALMAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

É nesse contexto que se instaura o *Campus* Palmas do IFPR, cuja origem advém da transformação do Centro Universitário Católico do sudoeste do Paraná – UNICS, de Palmas, em março de 2010, que passava por grandes dificuldades financeiras. Para não prejudicar os alunos, bem como toda a região, o Governador do estado do Paraná, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel e, imediatamente, fez convênio com o Ministério da Educação para que lá fosse criada uma instituição federal de ensino, que ofertasse educação superior, de qualidade e gratuito, para toda a região.

O Instituto Federal do Paraná – IFPR – *Campus* Palmas nasceu, portanto, da desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA.

Registros históricos relatam que no ano de 1968 aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o Diretor-Presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o Ensino Superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal Nº 654/79 – Decreto

Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências – Habilitações: Matemática, Biologia e Química.

Em 1987 a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do *Campus II* na PRT 280.

Em 1990 houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir o que estava legalmente certo e definido, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim em 1992 as Faculdades de Palmas assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.

Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram em Brasília um novo Processo, solicitando via reconhecimento do CFE/MEC, a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário.

Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC 2993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católica de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial 1274/04 – são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, que deixando de lado ideologias e agremiações partidárias se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e Região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no *Campus II*, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a Instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria Nº 728/2010, publicada no DOU Nº112 de 15 de

junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

Desta forma o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, mantenedora do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, contando com o relevante e abnegado papel do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e a aprovação da Santa Sé abriu mão da condição de Institucional Católica, por uma causa maior.

Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como propulsor ao desenvolvimento socioeconômico de Palmas e da Região, mas, também, pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível.

2.2 Missão, Visão e Valores

Previendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi elaborado no ano de 2014 apontando a necessidade de parceria com os movimentos sociais, as entidades ou instituições públicas e privadas representativas das classes patronal e trabalhadora. Essa relação certamente trará ao processo educativo e formativo, significativa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade da humana.

O referido documento entende a participação da comunidade como

essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se

possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana. (PDI, 2014, p. 24)

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a missão do IFPR se constitui em:

Promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade (PDI, 2014, p. 26).

Dessa missão, deriva-se a visão institucional: “Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.” (PDI, 2014, p. 26)

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional são os que seguem:

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;• Pessoas;
- Sustentabilidade;
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência. (PDI, 2014, p. 26)

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Este Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Artes Visuais se propõe referenciar e analisar o parecer 02/2015, de 9 de junho de 2015; a Resolução Nº 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Se propõe, ainda, a analisar e concretizar as alterações sugeridas pelo grupo de avaliadores do MEC, em 18/11/2011 (Código de Avaliação 89266) e em 28/06/2015 a 01/07/2015 (Código de Avaliação 104411).

O curso de Licenciatura em Artes Visuais, como formador de professores para a arte propõe criar vínculos epistemológicos com as DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; e as BNCC – Base Nacional Comum dos Conteúdos. Segundo as DCNs,

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes. (DCN, 2013, p.3)

A resolução N.2, de 2015, define:

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e

distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar: I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido; IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos; V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnicorracial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Este projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Artes Visuais pretende estar em consonância com a BNCC – Base Nacional Comum dos Conteúdos, que refere-se ao componente curricular Arte assim definido:

A arte articula diferentes formas de cognição: saberes do corpo, da sensibilidade, da intuição, da emoção etc., constituindo um universo conceitual e de práticas singulares, que contribuem para que o estudante possa lidar com a complexidade do mundo, por meio do pensamento artístico. Na Educação Básica, a Arte se caracteriza por trabalhar com o processo criativo em seus diferentes subcomponentes, englobando o fazer, o fruir e a reflexão sobre o fazer e o fruir. O componente se configura como um campo no qual o sujeito tem a possibilidade de ter experiências que se efetivam naquilo que é manifesto, no não manifesto, no intuitivo e no inusitado, se constituindo por intermédio de práticas artísticas e culturais heterogêneas e plurais. As experiências de aprendizagem desse componente curricular em o sujeito e suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo como fundamentais, proporcionando-lhe a capacidade de se colocar no lugar do outro ao mesmo tempo em que se diferencia dele. (BNCC, 2015)

Dessa forma, pretende-se, a partir do conhecimento científico, valorizar o conhecimento empírico de sua vivência, inserir o professor de arte em seu mundo vivido, com suas características étnicas, culturais, históricas e sociais, uma vez que esse profissional precisa compreender a si mesmo e seu entorno, para construir com

seu aluno a apreensão de conhecer, produzir, fruir e tornar esse movimento uma constante prática e reflexão em sala de aula, como observa Rizzi (*Apud* BARBOSA, 2003):

A visão mais contemporânea do ensino da Arte, na qual o DBAE¹ se insere, valoriza por sua vez a construção e a elaboração como procedimento artístico, enfatiza a cognição em relação à emoção e procura acrescentar à dimensão do fazer artístico, a possibilidade de acesso e compreensão do patrimônio cultural da humanidade. (RIZZI, *apud* BARBOSA, 2003, p. 66)

Assim, o Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas pretende habilitar arte-educadores, docentes - pesquisadores, como profissionais da educação e da cultura, com perfil ético, com sólida bagagem de conhecimentos teórico-práticos, técnico-científicos e conscientes da sua responsabilidade social. Para isso, dispõe de um corpo docente qualificado, uma estrutura física adequada, uma biblioteca em constante atualização, laboratórios de informática e de práticas pedagógicas, e toda a infraestrutura necessária para que o Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas, se torne um referencial de qualidade para atender à demanda local e regional.

3.1 Concepção do Curso

O curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - *Campus* Palmas teve sua origem a partir da reflexão sobre a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Artes Visuais herdado no processo de federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS (apresentada no item 2.3). Passados quatro anos da utilização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais aprovado em 2011 Resolução nº 152/2011.

¹ Discipline Based Art Education

3.1.1 Histórico do Curso

O referido curso teve aprovação para período noturno, com oferta inicial de 60 novas vagas anuais. Sua modalidade pedagógica é de Licenciatura Plena (Fig.1).

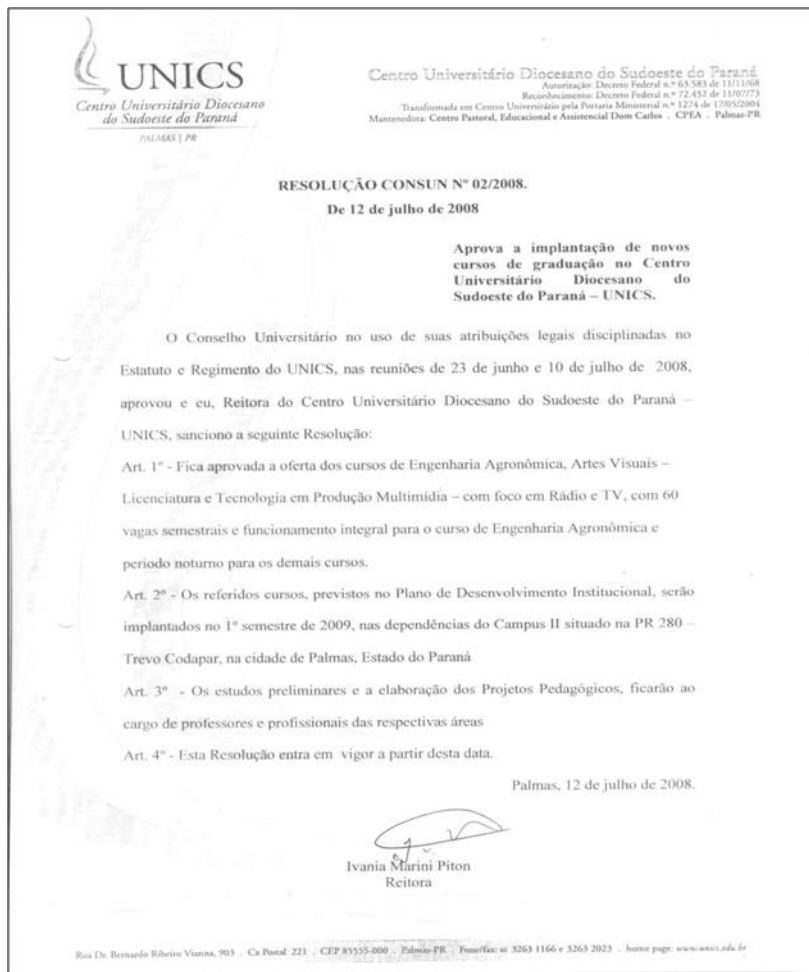


Figura 1 – Portaria de Criação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNICS

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNICS foi desenvolvida com enfoque nas práticas artísticas em suportes bidimensionais (principalmente desenho, pintura e gravura) e tridimensionais (principalmente

escultura), no intuito de atender à demanda local e regional de docentes.

Com o processo de federalização, através da Portaria nº 728/2010 de 14 de junho de 2010, da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, publicada no DOU nº 112 de 15 de junho de 2010, que aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas também herdou o curso de Artes Visuais da antiga instituição, com cerca de 45 acadêmicos, bem como o Projeto Político-Pedagógico do curso e a matriz curricular em andamento.

No final do primeiro semestre letivo de 2012 formamos a primeira turma desses acadêmicos herdados; ainda está em andamento mais uma turma, com a previsão de conclusão em dezembro de 2013. Após a aprovação da segunda alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, o qual se denominou “Licenciatura em Artes”, em 2015, formou-se a segunda turma de Licenciados em Artes do IFPR Palmas. Porém, devido às exigências realizadas pelo MEC para novas adequações, com o presente PPC, o curso voltou a ser chamado Licenciatura em Artes Visuais.

Ao falarmos em Projeto Pedagógico de Curso, a ideia de currículo escolar se manifesta interativamente pois ambos não são imutáveis e precisam seguir a complexidade e transformações sociais, históricas, epistemológicas, científicas, perceptuais e culturais nos diferentes espaços geográficos. Para os professores, acadêmicos e comunidade participante do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR Palmas essas transformações são evidentemente necessárias no atual processo de ensino de graduação para professores de Artes, apontadas em reuniões de NDE, Colegiado de professores, e a partir da própria prática em sala de aula e as reflexões teóricas desenvolvidas, bem como em se tratando de pesquisa e extensão. Os caminhos para a concretização de novas possibilidades está circunscrito no conceito apresentado por Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994. p. 57-59)

A intenção deste Projeto Pedagógico é propor diálogo com a complexidade do ser professor e pesquisador da Arte, com o foco na produção das artes visuais e as possíveis interligações com a realidade.

3.2 Justificativa

O IFPR - Campus Palmas e, conseqüentemente o curso de Licenciatura em Artes Visuais, está inserido numa região de abrangência em que a realidade socioeconômica passa por profunda dificuldade. A economia local e regional está baseada na pecuária, agricultura e indústria, três setores que vêm sofrendo perdas significativas nas últimas décadas, principalmente com as mudanças políticas e econômicas, no cenário nacional e internacional, além de serem bases econômicas que historicamente dispõem a Arte e a reflexão crítica das produções culturais em posição final nas necessidades do indivíduo.

A cidade de Palmas, localizada no Sudoeste do Paraná, a 1.160 metros de altitude, com economia baseada na indústria da madeira e na agropecuária, historicamente sempre esteve voltada à extração da erva mate, da madeira (imbuía e araucária) e à produção de gado, ambas atividades que geram pouco emprego, ou então, empregos que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

Com a evolução do extrativismo para a industrialização da madeira (produção de

compensados para exportação), ocorreu uma maior concentração de renda, pela própria lógica da política de exportação (no que tange ao retorno de impostos para a cidade e ao trabalho altamente tecnológico). Além disso, a ideia de que Palmas possui algumas grandes indústrias, trouxe uma massa de população em busca de emprego na década de 1990 e 2000; empregos nem sempre acessíveis, o que tem contribuído para o aumento da pobreza do município.

De acordo com dados da AMP - Associação dos Municípios do Paraná (2012), no ano de 1991, o IDH – Renda do município de Palmas era de 0,638, subindo timidamente para 0,689, em 2000. O IDH – Educação, que era de 0,743 em 1991, passou para 0,806 em 2000. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, das escolas da rede pública também teve evolução tímida; de 3.7 em 2009, subiu para 4.1 em 2011, índice considerado baixo em relação ao alcançado pelos demais municípios da região sudoeste do Paraná. (MEC/INEP, 2011).

Diante dos dados apresentados, fica claro que manter um Curso de Licenciatura em Artes Visuais no IFPR - *Campus* Palmas, além de ser um pedido expresso pela comunidade palmense, em audiência pública realizada no ano de 2010, logo após o IFPR assumir o UNICS, é uma necessidade para a qualificação do corpo docente do município e região e de agentes de cultura que trabalharão em instâncias públicas e privadas no atendimento da comunidade. O cenário local e regional aponta para a necessidade da intervenção sócio-educacional posicionada do IFPR, com ações cuja centralidade seja o desenvolvimento humano em suas mais amplas dimensões.

Cabe ressaltar, ainda, que a manutenção do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR se justifica pela grande contribuição que pode oferecer na formação dos futuros docentes que, na sua grande maioria, já atuam como professores admitidos em caráter temporário (PSS), das Redes Municipais Públicas ou Privadas de Educação, porque possuem o curso Normal em nível Médio.

Nesse contexto, reestruturar o Projeto Político-Pedagógico do curso de

Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas exige considerar esta realidade que é fruto da ação concreta e histórica dos homens sobre a sociedade atual, prevalentemente pautada na desigualdade, na exclusão, na seletividade e na competitividade, consequência da adesão aos princípios do capitalismo neoliberal.

Assim, torna-se premente resgatar valores como a igualdade, a justiça social, a inclusão, o respeito às diferenças, a solidariedade entre os seres humanos. E a educação, apesar de não garantir por si só a mudança social, pode contribuir para criar um clima favorável à transformação da sociedade. Nesse sentido, promover o acesso à educação superior pública, bem como, garantir sua permanência e formação de qualidade é missão do IFPR.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivo Geral

O objetivo primordial do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas é habilitar docentes, gestores, pesquisadores, como profissionais da educação, com perfil ético, com sólida bagagem de conhecimentos teórico-práticos, técnico-científicos e conscientes da sua responsabilidade social na área de Artes e produções culturais.

3.3.2 Objetivos Específicos

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos na área de licenciatura em Artes e com os documentos institucionais, o curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas pretende ainda:

- Propiciar um processo de desenvolvimento e aprendizagem de docentes e

agentes artístico-culturais, consistente e que venha a contribuir de forma significativa para a efetiva melhoria da qualidade da educação local, regional e nacional;

- Desenvolver uma prática pedagógica que oportunize, no cotidiano escolar e civil, vivências da ética e responsabilidade, atitudes fundamentais à construção de uma sociedade justa e igualitária;
- Propiciar o desenvolvimento e consolidação de atitudes que envolvam o respeito à diversidade cultural de cunho étnico, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, de religiões, de pessoas com necessidades especiais, de diferentes orientações sexuais, entre outras;
- Produzir, difundir e repertoriar o conhecimento artístico, cultural e científico de forma interdisciplinar e contextualizada;
- Possibilitar ao acadêmico um conhecimento pedagógico abrangente que permita o estabelecimento das ligações existentes entre as atividades profissionais e as relações socioculturais, históricas, políticas e econômicas que ocorrem na prática artístico-cultural;
- Possibilitar o uso das diferentes linguagens artísticas, manifestações culturais e tecnologias na promoção da aprendizagem e do pensamento crítico, estabelecendo inter-relações entre ciência, arte, cultura, tecnologia e sociedade;
- Oportunizar práticas investigativas no contexto sociocultural, através de projetos de iniciação científica visando articular ensino-pesquisa e extensão;
- Favorecer processos de autoaprendizagem com a mediação de diferentes recursos humanos e didáticos;
- Oportunizar a compreensão ampla e consistente do fenômeno da arte e das práticas artísticas em diferentes âmbitos, modalidades e especificidades;
- Criar condições para que os acadêmicos desenvolvam a capacidade de apreensão crítica da dinâmica sociocultural e de atuação adequada em relação

ao conjunto de significados que a constituem;

- Instrumentalizar os acadêmicos com conhecimentos teórico-práticos para que sejam capazes de elaborar e efetivar Projetos Educativos e Institucionais Escolares;
- Propiciar o conhecimento teórico-prático das mais diversas áreas de atuação do arte-educador no âmbito formal e não formal e, instigar à descoberta de novos campos para sua atuação.

3.4 Formas de Acesso, Permanência e Mobilidade Acadêmica

O acesso ao Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná – *Campus* Palmas será realizado por meio de processo seletivo normatizado por Edital Próprio, regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com o *Campus* e por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em percentual definido pela instituição anualmente. Havendo vagas remanescentes, poderão ser oferecidas vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico com os critérios para este processo, conforme a Resolução IFPR 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

A mobilidade acadêmica, é possibilitada pela adesão do Instituto Federal do Paraná ao Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica, que alcança somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, que tenham integralizado todos os componentes curriculares previstos para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres letivos do curso, na IFES de origem, e possuam, no máximo, uma reprovação por período letivo (ano ou semestre).

Este Convênio não se aplica a pedidos de transferência de alunos entre as IFES, que serão enquadrados em normas específicas. O aluno participante deste Convênio terá vínculo temporário com a IFES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula na(s) componente(s) curricular(es) pretendido(s).

A mobilidade acadêmica, de acordo com a Instrução Interna de Procedimentos Nº 02/2014 – IFPR/PROENS, que cria e regulamenta as normas e procedimentos para a Mobilidade Estudantil do Instituto Federal do Paraná, permitirá ao acadêmico ampliar seus horizontes formativos, interagindo com outras realidades e contextos, e possibilitando o necessário distanciamento da sua própria, para melhor compreensão e posterior tomada de decisão. Esta mobilidade acadêmica pode ser ampliada para convênios internacionais, permitindo o intercâmbio de acadêmicos com instituições de ensino superior de outros países.

3.4.1 Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP Nº 011 /2009 e Nº 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;

- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFPR – PIBIC e PIBIC-Jr, o Programa de Bolsas de Extensão – PIBEX, o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS e o PIAP, além do Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE e do PIBID.

O PIBIC está inserido no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC), que é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento.

Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica, artística e cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se

dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP Nº 11/11.

O PIBIC-Jr, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, é um programa da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq é um programa dirigido aos estudantes do ensino médio e profissional, com foco na criação de uma cultura científica e finalidade de contribuir para a formação de cidadãos plenos, conscientes e participativos, despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou

ainda àquelas atividades administrativo pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos *Campi* como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP N° 64/10.

O PIAP, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa, tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos.

Os recursos provenientes desse programa destinam-se a manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento da pesquisa proposta podendo ser aplicados em despesas relativas ao projeto de pesquisa contemplado, tais como aquisição de material de consumo e/ou permanente e inscrição em congressos e eventos científicos para apresentação de seus resultados.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pela Resolução da Política de Apoio Estudantil e pela Instrução Interna de Procedimentos N° 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, por sua vez, consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está regulamentado

através da Resolução 65/2010 e é ofertado através de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), gerenciado pela CAPES, consiste numa iniciativa que visa à qualificação da formação dos futuros docentes e a melhoria da educação básica. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Artes Visuais oferece bolsas PIBID para os alunos do curso para que, dessa maneira, possam vivenciar a realidade escolar desde o ingresso no curso.

3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR N° 55/2011, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares ou etapas (séries, módulos, blocos) cursadas com êxito em outro curso. Nos cursos de Graduação, o aproveitamento de ensino compreende a possibilidade de aproveitamento de componentes curriculares cursados em outro curso de ensino superior, quando solicitado pelo aluno.

A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, somente será concedida:

I. quando houver correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;

II. além da correspondência entre os componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica do Campus, durante o prazo estabelecido no calendário acadêmico, por

meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da instituição de origem, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de ensino credenciada pelo MEC.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.

Quando dois ou mais componentes curriculares/unidades de estudo cursadas forem aproveitadas para uma única componente curricular/unidade de estudo de curso do IFPR, a nota a ser registrada será a média aritmética simples das notas dos componentes curriculares considerados.

Quando houver aproveitamento de componente curricular cursado em outra instituição de ensino, no histórico escolar constará como Dispensada – sob o código DI e será registrada no sistema de gestão acadêmica.

O aproveitamento de estudos é da competência do Coordenador de Curso, sendo que o mesmo poderá solicitar parecer do docente responsável pelo componente curricular correspondente, quando necessitar de opinião especializada.

No pedido de aproveitamento de estudos o aluno deverá anexar seu histórico escolar e os planos de ensino dos componentes curriculares cursados a aproveitar. No processo de aproveitamento de estudos será utilizado formulário próprio, conforme modelo disponível na secretaria acadêmica do Campus.

No caso de ingresso como portador de diploma, o acadêmico deverá apresentar, também, o diploma do título obtido em nível superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Para as solicitações de aproveitamento de estudos o coordenador de curso deverá encaminhar à secretaria uma relação com as equivalências dos componentes curriculares dispensados para atualização no sistema de gestão acadêmica.

3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR N° 55/2011, entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sobre responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso. Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para o Estágio Supervisionado.

3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Conforme resolução 55/11, capítulo XIV, artigo 114 o estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento em todos eles, frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula e Trabalho de Conclusão de Curso ou relatório de Estágio aprovado, quando o curso exigir, antes do prazo para jubramento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.

Concluído o curso, o acadêmico terá outorgado pelo Magnífico Reitor ou seu representante o grau de Licenciado em Artes Visuais, podendo, a partir de então,

exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

Os diplomas relativos a cursos de graduação conferirão os títulos especificados em cada currículo. O diploma conterà, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, as habilitações. As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os acadêmicos concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores, em sessão solene realizada em gabinete.

A mesma resolução trata do Art. 115 que o estudante concluinte de curso poderá requerer, após a sua Formatura, declaração de Conclusão de Curso junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*.

3.5 Perfil do Egresso

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR – Campus Palmas pretende habilitar arte-educadores como profissionais da educação, com perfil ético, com sólida bagagem de conhecimentos teórico-práticos, técnico-científicos e conscientes da sua responsabilidade social.

O acadêmico do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - Campus Palmas deverá desenvolver o perfil de um profissional da educação que:

- Atue como mediador, articulador e condutor nos processos de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento sociocultural, em ambientes formais e não formais;
- Exercite, de forma consistente, os saberes teórico-práticos que lhe serão oportunizados durante o curso para atuar com segurança e responsabilidade no seu contexto de inserção social e cultural;
- Compreenda os processos de construção do conhecimento, entendendo que este se constrói a partir da interação sócio-histórico-cultural;
- Desenvolva a autonomia e exercite a emancipação de forma coerente e dialógica para fortalecer-se como cidadão;
- Desenvolva metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização de tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas formais e não formais;
- Insira-se em novos campos de atuação de forma colaborativa e qualitativa;
- Saiba inter-relacionar saberes das mais diversas áreas do conhecimento, objetivando uma maior compreensão da complexidade do ser humano;
- Conheça as mais variadas formas de organização do trabalho pedagógico, demonstrando habilidades de eficiência no planejamento, na execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- Teorize a própria prática pedagógica a partir de um diagnóstico preciso das realidades educativas;
- Procure desenvolver a intuição e criatividade para tornar a prática educativa cada vez mais atraente e prazerosa;
- Seja flexível, aberto e receptivo às mudanças provocadas pela evolução técnico-científica;

Torne-se um referencial de conduta ética, defensor da justiça social e um batalhador pela busca de igualdade irrestrita entre os seres humanos.

Além disso, o curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - Campus Palmas pretende habilitar o arte-educador que saiba integrar o ensino, a pesquisa e a extensão em seu cotidiano escolar. Um docente, pesquisador que seja capaz de teorizar a própria prática, de pesquisar a própria realidade e, a partir daí, buscar nos avanços científicos, das mais diversas áreas do conhecimento, as soluções para os problemas reais, concretos, existenciais.

3.5.1 Áreas de Atuação do egresso

Os egressos do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR estarão habilitados para o exercício da docência na disciplina artes em escolas de educação básica; na mediação de conhecimentos de artes em Centros Culturais, museus, galerias e em contextos de educação popular; bem como a atuação como proponente e/ou consultoria de projetos educativos na área de artes.

3.5.2 Acompanhamento de Egressos

O curso de Licenciatura em Artes Visuais mantém acompanhamento dos egressos, pois entende que é uma ferramenta importante, tendo como principais objetivos:

- Verificar a empregabilidade;
- Investigar a atuação dos alunos recém-formados no mercado de trabalho, se estão exercendo atividades na sua área de graduação;
- Levantar dados em relação à formação continuada;
- Obter informações sobre a opinião dos egressos acerca da qualidade do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR;
- Possibilitar o conhecimento das dificuldades do egresso para a integração no

mercado trabalho;

- Manter a comunicação entre os ex-alunos e a Instituição.

3.5.3 Registro Profissional

A formação do professor para todos os níveis de ensino tem sido atualmente um dos pontos mais discutidos da agenda educacional, e a situação da formação dos professores de Arte no Brasil tem uma história peculiar. Segundo Barbosa (2003, p. 154):

[...] os conhecidos cursos de Educação Artística, que surgiram na década de 1970, foram consequência da primeira obrigatoriedade institucional de ensino de arte na escola brasileira. A Lei nº 5692/71 incluiu a atividade de Educação Artística no currículo escolar e só depois providenciou a criação das licenciaturas curtas e plenas polivalentes para suprir a necessidade implantada. Na década de 1980 o fracasso dessas licenciaturas (...) foi amplamente discutido pelos professores em seus encontros e associações e os cursos buscaram reformular seus currículos adequando-se às demandas daquele momento.

De acordo com a proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Artes, este curso deve formar profissionais habilitados para a produção, a crítica e o ensino das Artes. Sugere ainda que a formação desses profissionais deve ser voltada para o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especificidade do pensamento visual (SESU/MEC, 1999).

A vertente da formação profissional especificada neste documento contempla o ensino e se compromete, portanto, com a formação do professor de Artes. O campo de atuação deste profissional encontra-se prioritariamente na instituição escolar, mais especificamente no contexto da educação básica, porém, não se restringe a esta, visto que as Artes como fenômeno educativo

transcendem o espaço da escola inserindo-se em outros espaços sociais no fomento da formação artístico-cultural.

Como conhecimento, as Artes possuem muitas faces que se articulam e se complementam por estarem relacionadas a diversos outros campos do saber como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Comunicação, a Filosofia, assim como a Pedagogia. Neste contexto, pretende-se formar um profissional que além do domínio de conhecimentos específicos, seja capaz de promover a articulação dos múltiplos saberes necessários à demanda do seu exercício profissional, inclusive aqueles advindos de suas vivências anteriores e extraescolares, bem como do contexto social de seus alunos. Soma-se a este perfil a compreensão das questões que envolvam o ensino das Artes, a capacidade de avaliar criticamente sua própria atuação e a capacidade de interagir de forma cooperativa com a comunidade profissional, acadêmica e artística na elaboração de projetos e investigações no campo das Artes.

A formação do professor de Arte possui um caráter peculiar: o de lidar com as complexas questões da produção, da apreciação e da reflexão do próprio sujeito, o futuro professor, e da transposição das suas experiências para a sala de aula. Outro fator importante, diz respeito ao conhecimento dos sujeitos do processo: crianças, jovens, adultos e seu processo de desenvolvimento, como crescem e se relacionam com o meio sociocultural.

O professor de Arte deve ter em sua formação conhecimentos básicos fundamentados na filosofia, na sociologia, e na psicologia para que possa estar preparado no enfrentamento com as situações reais de ensino e aprendizagem.

3.6 Perfil do Curso

Propõe-se um curso de Licenciatura em Artes Visuais que tenha no seu bojo a formação de professores de Arte que saibam encarar o desafio de propiciar a seus alunos uma imersão nas formas artísticas visuais e ao mesmo tempo uma reflexão crítica e contextual das questões relativas aos conhecimentos implicados no processo.

Na figura a seguir, vê-se o Marco legal do curso:

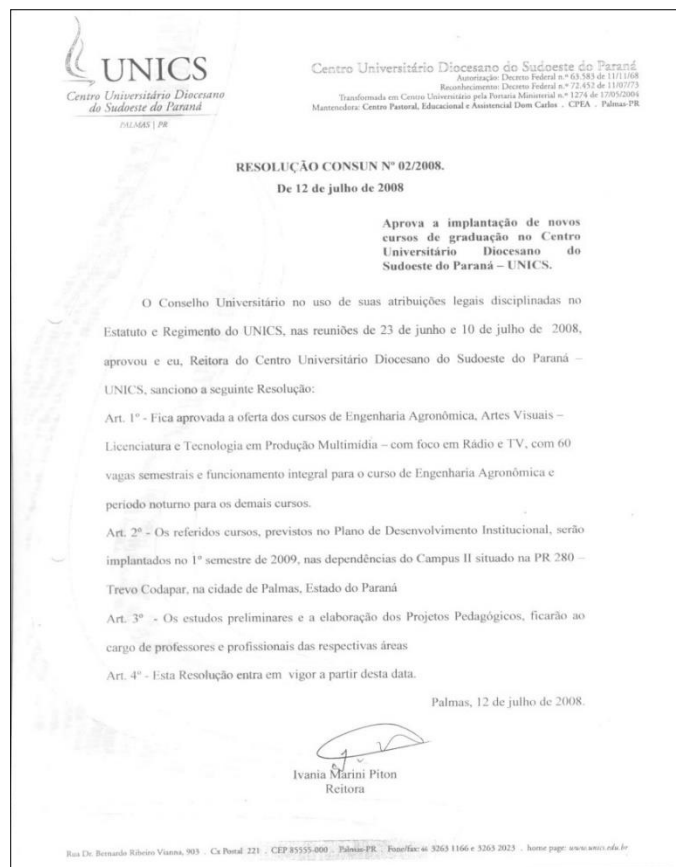


Figura 2: Marco legal do curso de Licenciatura em Artes Visuais

Como princípios norteadores, o curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR, Campus Palmas entende que a sociedade contemporânea convive

com transformações científicas, tecnológicas, políticas, incertezas no mundo do trabalho, enfim, mudanças em escalas imprevisíveis em todos os setores da sociedade, inclusive no que diz respeito ao conhecimento e sua excessiva fragmentação.

A evolução dos saberes torna legítimo o debate em torno das necessárias “transformações de mentalidades”, dentro e fora da Universidade, na qual o surgimento de uma cultura transdisciplinar, multi-referencial e criativa impõe-se como um desafio. As IES, como lugares privilegiados para a formação de professores e pesquisadores e para a produção do conhecimento, podem contribuir para o processo de criação de novos modos de convivência com os saberes.

O ritmo intenso das mudanças sociais e tecnológicas, entre outras, tem, paulatinamente, transformado a sociedade em uma “sociedade do conhecimento”. Esse fenômeno deve-se, basicamente à profusão de novas linguagens sobre o conhecimento e a aprendizagem, em contextos múltiplos: Informática, Biociências, Economia, Educação, Ciências Cognitivas. Nesse sentido, a “Educação Superior e a pesquisa atuam agora como componentes essenciais do desenvolvimento cultural, social e econômico de indivíduos, comunidades e nações” (UNESCO, 1998, p.12).

Nesse contexto, a abordagem transdisciplinar pode contribuir para um novo tipo de Educação, a partir de quatro pilares, elaborada pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, ligada à UNESCO e presidida por Jacques Delors, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser (NICOLESCU, 1999).

Aprender a conhecer significa ter acesso aos saberes e ao espírito científico, estimulando o questionamento desse conhecimento, a pesquisa e a construção de pontes entre os diferentes saberes e suas significações.

Aprender a fazer, significa a aquisição de uma profissão, o que passa, necessariamente, por uma especialização. No entanto, é preciso esclarecer que especialização não significa reducionismo a um modo único de pensar ou fazer.

Aprender a viver em conjunto significa, de modo geral, o respeito às normas da coletividade, mas significa sobretudo, “reconhecer-se a si mesmo na face do outro” (NICOLESCU, 1999, p. 153). Trata-se de um aprendizado permanente de tolerância e afetividade que inclui a atitude transcultural, transreligiosa, transpolítica e transnacional.

Aprender a ser significa descobrir nossos condicionamentos, individual e social, especialmente, os relacionados às nossas certezas (NICOLESCU, 1999, p.136.)

Estes princípios podem ser compreendidos como indicadores da organização transdisciplinar do conhecimento, de modo a tornar a estrutura dos cursos de formação superior, consoantes com as novas demandas sociais.

Nesse contexto, já se força a concepção da educação em geral e da escola em particular como instituições que podem contribuir de modo decisivo para a construção da cidadania, ao oferecer, de modo crítico, bases culturais que permitam aos educandos compreender e posicionarem-se frente a tais transformações. Assim, novas tarefas são colocadas para a Educação e Escola, em todos os níveis de ensino. Para o nível superior uma das questões que se apresenta diz respeito à formação necessária para que os futuros professores possam efetivar as demandas sociais colocadas para a educação, articulando relações entre teoria e prática, competências profissionais, éticas e políticas.

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR Campus Palmas, reafirma o espaço científico e pedagógico da Arte na Educação Básica, atendendo a

uma das exigências da política social brasileira mais recente, conforme observado na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. O referido curso, voltado para a formação de docentes para o ensino das Artes, tem como eixos curriculares a linguagem da arte como conhecimento e a preparação de profissionais afinados com as dinâmicas sociais, epistemológicas, éticas e estéticas exigidas no contexto contemporâneo, de modo a superar as segregações entre as áreas do conhecimento, teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, ciência e cultura, arte popular e erudita, entre outras.

A formação de docentes para o ensino das Artes, em nível superior, precisa garantir uma sólida formação sobre o conhecimento das Artes e suas diversas linguagens, e sobre a investigação artística e pedagógica. Para tanto, os conhecimentos de diferentes áreas irão contribuir, desde que articulados por dinâmicas curriculares, para estabelecer o diálogo entre ciência, arte e educação, de acordo com os princípios da transdisciplinaridade. Estes princípios irão redimensionar a organização curricular da formação de professores, das disciplinas isoladas para as áreas de conhecimento bem como a concepção de aprendizagem.

A formação de professores deve considerar a preocupação em produzir, refletir e promover o conhecimento das Artes, articulando os elementos do fazer artístico, da apreciação da obra e da contextualização histórica e social.

O universo da Arte é caracterizado como um tipo particular de conhecimento compreendido como produção e fruição de diferentes linguagens. A forma artística se apresenta como canal privilegiado de compreensão a qualidade da experiência sensível da percepção. Desse modo, o processo de conhecimento advém de relações significativas a partir da percepção da qualidade de linhas, texturas, cores, sons, movimentos, etc. (BRASIL, 2000, p. 39).

A partir desse conhecimento específico, a organização curricular da formação do professor de Artes deverá indicar com clareza a relação com o que está se aprendendo na licenciatura e o currículo a ser ensinado na Educação Básica ou em outros espaços profissionais. A formação profissional deverá pautar-se no diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a transposição didática entre os conteúdos específicos das Artes e os conteúdos de ensino, de acordo com o conhecimento da área, os diferentes ciclos de escolarização e a investigação da Arte como linguagem, como forma de expressão e como conhecimento.

O currículo precisa considerar também o repertório de conhecimento dos professores em formação, assim como ampliar o universo cultural dos mesmos através de leituras, pesquisas, publicações científicas, participação em congressos, participações em movimentos sociais, artísticos, exposições, espetáculos, etc. É preciso também, uma atitude ética, crítica e criativa diante de seu objeto profissional, considerando sempre o diálogo com outras áreas do conhecimento e com as demandas sociais.

Em consonância com a dinâmica contemporânea do conhecimento, a formação do professor precisa considerar as transformações dos conceitos de espaços, tempo, corpo, arte e educação, enfatizando os aspectos da reflexividade e da provisoriedade do próprio conhecimento (MARQUES, 1999). Para tanto, as instituições formadoras precisam garantir o domínio e o aprimoramento permanentes dos avanços do conhecimento na área de formação artística e cultural, através da reflexão, da investigação e da inserção das Artes na cultura contemporânea como modo de conhecimento estético, ético e político e como espaço para vivenciar a condição humana frente às transformações sociais em curso.

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR Campus Palmas, prevê o

despertar de pessoas livres para pensar, capazes de promover mudanças no contexto e no processo histórico e para tanto considera a formação científica, ética, social, ambiental e cidadã, base para a efetivação de seus objetivos:

Habilitar profissionais em formação em Artes para atuarem na Educação Básica, na Educação Profissional, visando o desenvolvimento da reflexão, da produção artística e da arte-educação;

Formar o professor de arte como elemento integrador e mediador crítico do processo de ensino e aprendizagem desenvolvendo o pensamento investigativo como permanente processo de pesquisa para elaborar propostas para a prática pedagógica em arte nas escolas e em espaços educativos formais e não-formais.

Diante desses objetivos e considerando os aspectos filosóficos pedagógicos, o curso de Artes define o homem como um sujeito em construção, responsável pela própria história e pela história do mundo; dialogal e consciente de sua responsabilidade e da transcendência de sua obra. O curso pretende também considerar a dimensão histórico-antropológica para contribuir na formação o homem necessário a cada época e local, de acordo com o processo gestado no tempo e no espaço. Pretende-se de forma específica:

- Ampliar o leque de conhecimento do professor em formação, bem como o contato deste com a realidade social enfatizando que a arte é estruturada a partir dos diversos campos do conhecimento e constitui o amálgama e a essência do conhecimento humano;
- Formar professores em Artes para a educação básica e para atuar em espaços não formais, com função pedagógica, dando-lhes acesso aos diversos conhecimentos relacionados a esta manifestação da cultura (técnicas, estilos, dentre outros), bem como aos referenciais teórico-

metodológicos necessários à sua atuação no campo profissional do ensino;

- Fomentar o desenvolvimento de competências, para que o professor em formação seja capaz de desempenhar sua função na Sociedade, de forma ética, crítica e criativa;
- Oferecer possibilidade de atualização curricular, visando a uma formação contínua que busque atender às necessidades do contexto sócio-histórico-cultural e político onde o mesmo atuará profissionalmente;
- Fomentar a atividade de pesquisa artística e pedagógica como um dos aspectos relevantes para a compreensão do ser humano e de suas possibilidades expressivas.

O ensino de Artes, em particular, tem exigido atenção redobrada face às colocações dos Parâmetros que, no empenho de sua atualização vertical, ampliou significativamente as expectativas em relação ao professor. Neste sentido, em resumo, os princípios de criatividade e expressão, muito caros ao modelo dito modernista de ensino da arte, são substituídos pelos de arte como linguagem, como área de produção de conhecimento e como síntese cultural; os objetivos de desenvolvimento de aspectos estritamente psicológicos dão lugar àqueles de formação de público; e metodologias calcadas na livre expressão são preteridas em função da transdisciplinaridade e da fundamentação científica e filosófica.

Portanto, o processo de reconstrução do conhecimento se faz no convívio humano, nas relações entre ele e a cultura na qual vive, se forma e atua. Acredita-se que a preparação do professor de arte deva ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar através do que o Parecer CNE/CP nº 009/2001 (p.29-30), intitula de simetria invertida

[...] isso implica que deve haver coerência entre o que se faz na formação e o que se espera dele como profissional, sendo assim, durante todo processo de formação o futuro professor deve experimentar como aluno, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretenda que venha a ser desempenhada nas suas práticas pedagógicas.

3.6.1 Relação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

O Estatuto do IFPR institui o seu currículo como fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional. Sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

A pesquisa/Iniciação Científica no IFPR é um processo de produção de conhecimento que atende as demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território em que o *Campus* está inserido, e o interesse institucional. Deve ancorar-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e

tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações de inovação, pesquisa e extensão deverão buscar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-inovação, articulando-se entre si e tendo os alunos como protagonistas destas ações e processos, que poderão ocorrer, entre outras formas, por meio de projetos no âmbito da PROEPI (PIBIC, PIBEX, IFTECH E PIBIN) e no âmbito externo (Fundação Araucária de Apoio à Pesquisa e CNPQ).

A articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação deverá estar presente em todos os componentes curriculares, em todos os momentos formativos, ou seja, na condução do processo pedagógico de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Neste sentido, a PROENS oferece oportunidades de interação as ações através dos programas LIFE e PIBID, os quais podem subsidiar a pesquisa e a inovação no ensino.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação é fundamental no fazer acadêmico. Esta relação quando bem articulada, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

A pesquisa, a extensão e a inovação, em interação com o ensino, através dos diferentes componentes curriculares, em especial as Instrumentações para o Ensino de Artes, a Didática e a Metodologia Científica, com a instituição formadora e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à instituição de ensino,

testado e reelaborado. Este processo é facilitado pelos programas de Bolsas disponibilizados pelo IFPR/PROENS/PROEPI como PIBIC, PIBIN, IFTECH, PIBIT, PBIS e PIBEX. Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação constitui-se na afirmação de um paradigma de instituição formadora que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

3.6.2 Metodologia e Estratégias Pedagógicas

A partir da análise do contexto socioeconômico e cultural da região, suas necessidades e em consonância com o Projeto Político Pedagógica do IFPR *Campus* Palmas, a corrente pedagógica que mais se aproxima das práticas de ensino que até então são realizadas na instituição e com a qual o *Campus* irá declaradamente pactuar é a Pedagogia Histórico Crítica dos Conteúdos pois é a que melhor representa os interesses e necessidades do ensino na instituição.

A apropriação do conhecimento é qualidade básica e imprescindível, para aprender a lidar criativamente com o mesmo, buscando sempre mais aprender a aprender. O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas, através deste Projeto Político de Curso valoriza situações hábeis de desenvolver no aluno uma cultura investigativa que lhe permita avançar e apropriar-se criticamente do conhecimento e suas implicações individuais e coletivas. O processo de constituição do conhecimento se faz no diálogo humano, nas analogias entre ele e a cultura na qual existe, se figura e opera.

A Matriz Curricular ativa está pautada em três núcleos: Formação geral, Aprofundamento e Integração. Dentro desses eixos, há conhecimentos de cunho generalista dos estudos de artes e cultura, conhecimentos de cunho didático-pedagógicos e os conhecimentos teórico-práticos conforme as diferentes formas de

percepção e expressão que caracterizam as diferentes formas de produção artística. Sendo os componentes curriculares divididos entre obrigatórios e optativos, buscando flexibilizar o currículo, de acordo com as diretrizes em vigor.

O núcleo 1 correspondente à Formação geral que é compreendida por um "[...] núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais [...]" (BRASIL, 2015, p.29).

O núcleo 2 corresponde ao

[...] aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades (BRASIL, 2015, p. 29).

Já o núcleo 3 pertence ao "núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular" (BRASIL, 2015, p. 29).

De acordo com o Parecer CNE/CP Nº: 2/2015 "pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II, conforme o projeto de curso da instituição". Já para o núcleo 3, o citado documento estipula que "200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, como definido no núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, conforme o projeto de curso da instituição".

Considera-se que nas disciplinas práticas, onde há o uso de laboratórios, as turmas serão divididas para o uso apropriado dos espaços, e cuidados necessários para a manipulação das ferramentas específicas e atendimento individualizado, a fim de proporcionar um aprendizado eficaz.

O documento ainda explica que são necessárias 400 (quatrocentas) horas de

prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo, como também 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015, p. 30).

As disciplinas compreendidas pelo núcleo 1 estão assim distribuídas no curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas:

1) Núcleo 1: Formação geral

1º período:

- Português; 67 h/r

2º período:

- Políticas Educacionais e Legislação da Educação Básica; 33 h/r

3º período:

- Psicologia da educação; 67 h/r

4º período:

- Didática; 67 h/r

- Currículo e Gestão; 67 h/r

5º período:

- Avaliação da aprendizagem; 33 h/r

- Filosofia da educação; 67 h/r

6º período:

- Sociologia da educação; 67 h/r
- Fundamentos teórico metodológico da Educação Especial e Inclusão; 33 h/r

7º período:

- Educação para Direitos humanos e diversidade; 33 h/r

8º período:

- Libras; 33 h/r

2) Núcleo 2: Aprofundamento

1º período:

- História da Arte Ocidental I; 67 h/r
- Iniciação científica; 33 h/r
- Fundamentos das Artes Visuais I; 67 h/r
- Leitura de imagem e Semiótica; 33 h/r
- Ensino de arte; 33 h/r
- Optativa I; 33 h/r

2º período:

- História da Arte Ocidental II; 67 h/r
- Desenho I; 67 h/r
- Metodologia de Ensino, pesquisa e extensão; 33 h/r
- Fundamentos das Artes Visuais II; 67 h/r
- Escultura I; 67 h/r

3º período:

- História da Arte Ocidental III; 67 h/r
- Desenho II; 67 h/r
- Escultura I; 67 h/r

4º período:

- Pintura I; 67 h/r
- História da Arte brasileira e paranaense I; 67 h/r

5º período:

- Pintura II; 67 h/r
- História da Arte brasileira e paranaense II; 67 h/r
- Poéticas contemporâneas; 33 h/r
- Grafitti e Muralismo; 67 h/r

6º período:

- Pintura II; 67 h/r
- História da Arte brasileira e paranaense II; 67 h/r
- Poéticas contemporâneas; 33 h/r
- Grafitti e Muralismo; 67 h/r
- Optativa II; 67 h/r

7º período:

- Projeto comunitário e Educação e sustentabilidade 67 h/r
- TCC 1; 33 h/r
- Teoria e Crítica da Arte; 33 h/r

8º período:

- TCC II; 33 h/r
- Optativa III; 67 h/r
- Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino; 33 h/r
- Educação: sociedade e cultura brasileira; 33 h/r

3) Núcleo 3: Integração

3º período:

- PCC I : O Ensino do desenho na escola; 67 h/r
- PCC II: O ensino de gravura; 33 h/r

4º período:

- PCC III: O ensino da pintura na escola; 67 h/r

5º período:

- Estágio Curricular Supervisionado I; 33 h/r

6º período:

- PCC IV: O ensino da escultura; 33 h/r
- Estágio Curricular Supervisionado II; 33 h/r

7º período:

- PCC V: O ensino da fotografia; 33 h/r
- PCC VI: O ensino de teatro, 33 h/r
- PCC VII: O ensino da Dança e da Música; 67 h/r
- Estágio Curricular Supervisionado III; 67 h/r

8º período:

- PCC VIII: Seminário; 67 h/r
- Estágio Curricular Supervisionado IV; 67 h/r

PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

3º período:

- PCC I : O Ensino do desenho na escola; 67 h/r
- PCC II: O ensino de gravura; 33 h/r

4º período:

- PCC III: O ensino da pintura na escola; 67 h/r

6º período:

- PCC IV: O ensino da escultura; 33 h/r

7º período:

- PCC V: O ensino da fotografia; 33 h/r
- PCC VI: O ensino de teatro, 33 h/r
- PCC VII: O ensino da Dança e da Música; 67 h/r

8º período:

- PCC VIII: Seminário; 67 h/r

OPTATIVAS

O segmento denominado Optativa será ofertado durante o curso. Essas

disciplinas serão previamente escolhidas pelo colegiado, no intuito de enriquecer e ampliar o repertório do acadêmico.

As optativas ofertadas obedecerão a seguinte lista:

Teoria da Composição Visual; 33 h/r

Cerâmica; 67 h/r

Análise do Discurso em Artes; 67 h/r

Design; 33 h/r

Dança Folclórica 33 h/r

Técnica de Reprodução em Escultura; 67 h/r

Desenho da figura Humana; 67 h/r

Educação Musical; 67 h/r

Canto Coral; 33 h/r

Flauta Doce; 33 h/r

Ilustração científica; 33 h/r

ATIVIDADES ACADÊMICAS – CIENTÍFICO - CULTURAIS

Fazendo parte da estrutura curricular estão as atividades científicas culturais - perfazendo um total de 200 horas, sendo 60% específico em atividades artísticas e 40% na área de educação. Dado o caráter flexível da proposta curricular estas deverão ser criadas, dinamizando necessidades e atendendo a demanda de saberes e práxis dos alunos.

Estas atividades serão desenvolvidas conforme consta na Resolução CNE/CES nº 004/2004. Diário oficial da união, Brasília, 15 de março de 2004, sessão 1 p.24 que regulamenta as atividades Complementares de Graduação, como parte flexível dos currículos dos cursos de graduação. Assim, são consideradas para efeito de registro de

atividades complementares de graduação:

- Participação em eventos;
- Atuação em núcleos temáticos;
- Atividades de Extensão;
- Atividades de iniciação científica e de pesquisa;
- Publicação de trabalhos;
- Participação em órgãos colegiados;
- Monitoria;
- Outras atividades a critério do Colegiado do curso.

Para o referido registro destas atividades, observar-se-á o Art. 4º da citada resolução, onde o aluno deverá anexar, obrigatoriamente, ao requerimento:

- 1) Certificado de participação nos eventos ou instrumento de aferição de frequência;
- 2) Relatório sumário das atividades realizadas.

3.6.3 Educação Inclusiva

A preocupação com a inclusão se reflete no curso sob dois aspectos: 1) na matriz curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro professor para atuar de forma inclusiva; e 2) pelas ações institucionais com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências.

Por sua vez, o curso incluiu na Matriz Curricular os componentes curriculares Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva e LIBRAS, em cumprimento ao Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe, no Capítulo II, *da inclusão da Libras como disciplina curricular*, Art. 3º, que “A Libras deve ser inserida como disciplina

curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior”.

A instituição busca promover a inclusão constantemente mostrando-se preocupada ao cumprir com o expresso no Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, conforme segue:

Conforme o artigo 6º o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.

§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

- I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI - sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5º;
- VII - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

VIII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

IX - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º.

2º Entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas no art. 5º, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3 da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

3º Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por este Decreto fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

4º Os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Art. 7º O atendimento prioritário no âmbito da administração pública federal direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições deste Decreto, além do que estabelece o Decreto n 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criar instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário referido neste Decreto.

Além das normas para promoção da acessibilidade, o IFPR conta com o programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), que criou o NAPNE, Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais, vinculado à

Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

3.6.4 Integração com a Pós-Graduação

Os estudantes de Licenciatura em Artes Visuais receberão formação sólida e generalista para as diversas áreas de atuação na profissão de educador e áreas afins para o artista. Através dessa formação será possível a preparação para o ingresso em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* com o objetivo de formação continuada, uma vez que os conhecimentos em Artes Visuais estão em constante renovação o que indica a necessidade de busca por esses novos conhecimentos pelos profissionais da área.

Cursos de pós-graduação no âmbito do próprio Curso de Licenciatura em Artes Visuais poderão ser ofertados em médio e longo prazo na modalidade *Lato Sensu* a partir da estruturação do *Campus Palmas* para abrigar linhas de pesquisa que possibilitem a viabilidade desta modalidade de ensino.

A formação continuada já está sendo realizada pelo Curso através de projetos de extensão junto à comunidade intra e extra acadêmica com objetivo de atualizar os docentes atuantes e futuros egressos do curso nos conhecimentos mais recentes da área das Artes.

3.6.5 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

O Instituto Federal do Paraná - *Campus* Palmas possui cinco (5) laboratórios de informática, equipados com 40 computadores cada um, especialmente o LIFE, equipado com dois televisores, data shows, câmeras filmadoras e fotográficas, *tablets*, telas interativas entre outros, conforme descrito na estrutura da Instituição, compartilhado entre os demais cursos de Licenciatura e Bacharelado, e, no curso de Letras, utilizado nas aulas e nos projetos desenvolvidos, tais como: Centro de Línguas (cursos de línguas), NEPLLI - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Línguas e Literaturas (teste de proficiência, tradução e apoio acadêmico), além dos eventos de ensino, pesquisa, extensão e inovação idealizados pelo mesmo curso de Letras.

3.7 AVALIAÇÃO

O IFPR *Campus* Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória e, neste sentido, relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar.

A avaliação da aprendizagem no IFPR *Campus* Palmas observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e a Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017 do Instituto Federal do Paraná, tendo, em ambos os documentos, seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;

- II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, acompanhando a aquisição do domínio das conteúdos e competências;
- III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, autoavaliação, participações em projetos, visitas técnicas, atividades em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), participação em atividades de mobilidade nacional e internacional, Trabalhos de Conclusão Curso, entre outros. Serão utilizados pelo docente, ao menos, 2 (dois) instrumentos avaliativos diferentes ao longo de cada bimestre para emissão dos resultados parciais e finais.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação interpessoal e a solidariedade. O docente deverá observar as especificidades de seu componente curricular e estabelecer critérios para cada instrumento avaliativo, entendendo-os como o que se espera que os estudantes tenham aprendido durante os processos de ensino-aprendizagem.

Após a realização de cada instrumento avaliativo e ao final das etapas de avaliação, deverá ser realizada a avaliação do processo avaliativo, momento de discussão e apreciação coletiva entre docentes e estudantes da turma, considerando as metodologias e instrumentos utilizados e aperfeiçoando-os para o próximo período.

A avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Altas

Habilidades ou Superdotação, transtornos psiquiátricos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, preferencialmente, comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes juntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, NAPNE, e registrada no Plano de Trabalho do Estudante.

A recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem deverá ser oferecida aos estudantes que apresentam dificuldade ou baixo rendimento escolar. Compreende a recuperação contínua, desenvolvida ao longo das aulas e a recuperação paralela realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo professor, sendo ou não presencial.

A frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%), ficando impedido de prestar exame final.

O Conselho de Classe, como órgão colegiado e instância avaliativa, será normatizado por Portaria própria e de acordo com a Resolução nº 50/17 do Instituto Federal do Paraná.

3.7.1 Avaliação da Aprendizagem

Para fins de avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, sendo:

I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

Os conceitos deverão ter emissão parcial após cada bimestre, conforme organização curricular, e emissão final após o término dos componentes curriculares, de acordo com o calendário do *Campus*.

A aprovação dos estudantes ocorrerá considerando os seguintes critérios:

I – obtenção de conceito A, B ou C no componente e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do período letivo;

Em caso de realização de exame final, o acadêmico deverá realizar uma nova avaliação, na qual será atribuído o conceito C (suficiente) ou D (insuficiente). O acadêmico será aprovado caso o resultado seja C (suficiente) e reprovado quando D (insuficiente).

Os estudantes reprovados por frequência e/ou conceito deverão cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

3.7.2 Plano de Avaliação Institucional

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei 10861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a Autoavaliação Institucional, a Avaliação Externa *in loco*, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O Art. 3º da Lei 10861/2004 estabelece como objetivo da avaliação das instituições de ensino superior “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. Como dimensões para essa avaliação, o mesmo artigo, em seus incisos, indica dez aspectos:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (LEI 10861/2004)

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação Institucional, a Lei 10861/2004 prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, conforme o Relatório de Autoavaliação do IFPR (2010, p. 17), tem como atribuições “coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica.”

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição *multicampi*, a CPA contém representantes dos diversos campus da instituição que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, através de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnicos administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA os sistematiza e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

3.7.3 Avaliação do Curso

A avaliação do curso é pautada nos princípios avaliativos apontados anteriormente, sendo realizada de forma constante, nas reuniões de colegiado, reuniões com representantes de turma e com os responsáveis pelos diversos projetos existentes no curso. Esta dinâmica permite documentar os pontos positivos e negativos, as possibilidades e os limites, os avanços e as dificuldades, subsidiando a tomada de posição e a redefinição de rotas a seguir.

Para que esta dinâmica seja possível, os conceitos de avaliação incorporados neste PPC devem estar presentes de forma permanente, com vistas a possibilitar que sejam atingidos plenamente os objetivos do Curso.

Os documentos originados destas avaliações compreendem as atas das reuniões dos diversos colegiados e grupos existentes, bem como nos relatórios dos processos avaliativos institucionais.

3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Artes é avaliado, em dois momentos distintos:

Avaliação inicial - no início de cada semestre, através das semanas de planejamento pedagógico, quando são propostas as mudanças necessárias, considerando as atividades desenvolvidas no semestre anterior.

Avaliação contínua - no decorrer dos semestres, por meio das reuniões de professores (Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante – NDE).

O trabalho pedagógico dos professores do curso de Artes é avaliado, periodicamente, nas semanas de planejamento pedagógico quando se efetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas com os alunos e os resultados obtidos.

Nesses momentos, tanto a coordenação quanto o corpo docente são informados das dificuldades apresentadas pela turma e os alunos que necessitam de uma atenção especial. Esse é o espaço, por excelência, para se discutir as alternativas viáveis para o replanejamento das atividades docentes.

Vale destacar que, o processo de consolidação do Projeto Pedagógico de Curso só é possível com a interação de todos e, a avaliação continuada é o principal mecanismo para assegurar a qualidade das atividades didático-pedagógicas e do funcionamento do curso como um todo.

A readequação do Projeto Pedagógico e a reorientação das dimensões e dos diferentes aspectos do curso é realizada sempre que necessário, com o comprometimento da coordenação, corpo docente e discente.

PERÍODO	DISCIPLINA	NÚCLEO
1º	<ul style="list-style-type: none"> - Português; 67 h/r - História da Arte Ocidental I; 67 h/r - Iniciação científica; 33 h/r - Fundamentos das Artes Visuais I; 67 h/r - Leitura de imagem e Semiótica; 33 h/r - Ensino de arte; 33h/r - Optativa I; 33h/r 	<p>Formação geral</p> <p>Aprofundamento</p> <p>Aprofundamento</p> <p>Aprofundamento</p> <p>Aprofundamento</p> <p>Aprofundamento</p> <p>Aprofundamento</p>

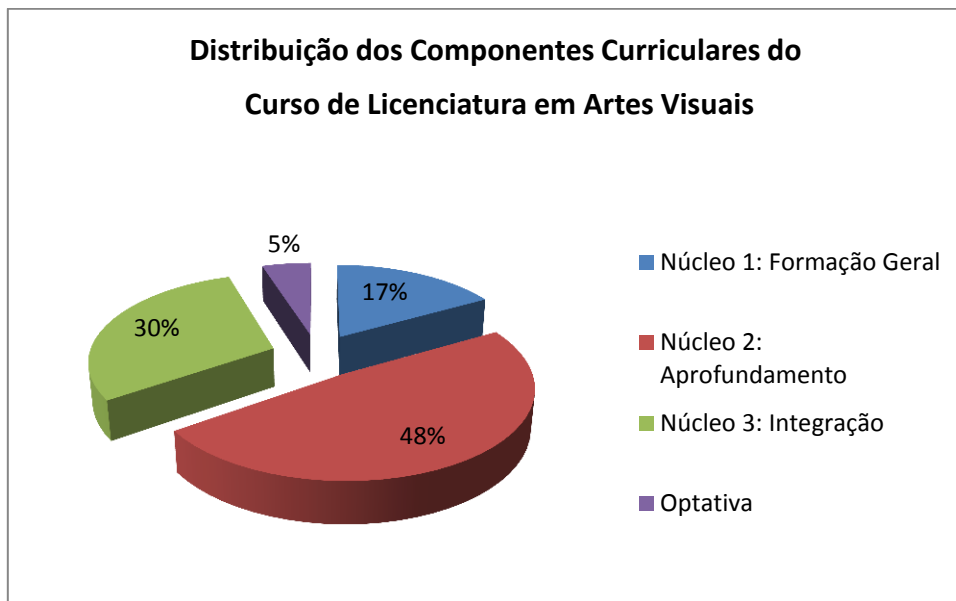


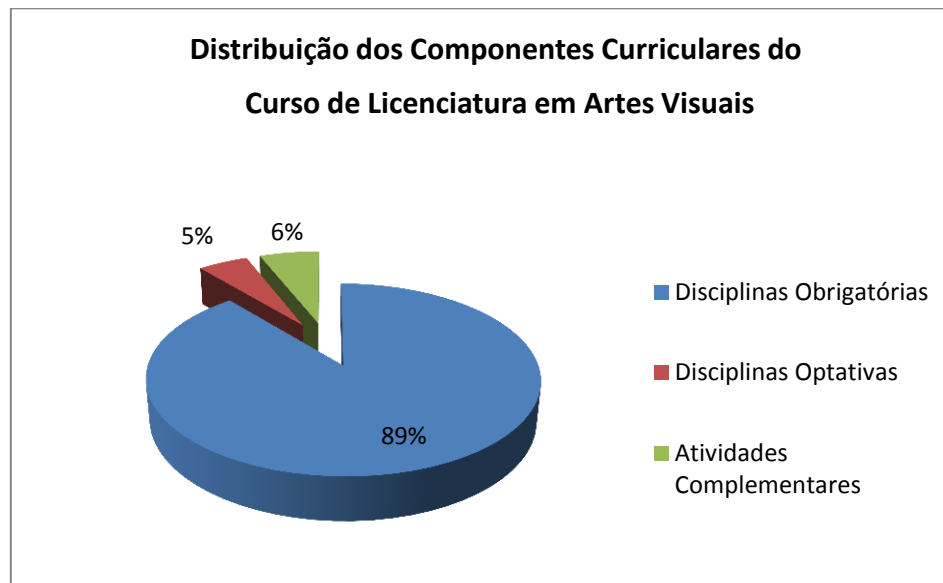
2º	- Políticas Educacionais e Legislação da Educação Básica; 33 h/r	Formação geral
	- História da Arte Ocidental II; 67 h/r - Desenho I; 67 h/r - Metodologia de Ensino, pesquisa e extensão; 33 h/r - Fundamentos das Artes Visuais II; 67 h/r - Escultura I; 67 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento
3º	- Psicologia da educação; 67 h/r	Formação geral
	- História da Arte Ocidental III; 67 h/r - Desenho II; 67 h/r - Escultura II; 33 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento
	- PCC I : O Ensino do desenho na escola; 67 h/r - PCC II: O ensino de gravura; 33 h/r	Integração Integração
4º	- Didática; 67 h/r - Currículo e Gestão; 67 h/r	Formação geral Formação geral
	- Pintura I; 67 h/r - História da Arte brasileira e paranaense I; 67 h/r	Aprofundamento Aprofundamento
	- PCC III: O ensino da pintura na escola; 67 h/r	Integração
5º	- Avaliação educacional; 33 h/r - Filosofia da educação; 67 h/r	Formação geral Formação geral
	- Pintura II; 67 h/r - História da Arte brasileira e paranaense II; 67 h/r - Poéticas contemporâneas; 33 h/r - Grafitti e Muralismo; 67 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento
	- Estágio Curricular Supervisionado I; 33 h/r	Integração
6º	- Fundamentos teórico metodológico da Educação Especial e Inclusão; 33 h/r - Sociologia da educação; 67 h/r	Formação geral Formação geral
	- História e cultura afro brasileira e indígena; 33 h/r - Editoração; 33 h/r - Formas Contemporâneas tridimensionais; 33 h/r - Museu; 33 h/r - Optativa II; 67 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento
	- PCC IV: O ensino da escultura; 33 h/r - Estágio Curricular Supervisionado II; 33 h/r	Integração Integração



7°	- Educação para Direitos humanos e diversidade; 33 h/r	Formação geral
	- Projeto comunitário e Educação e sustentabilidade 67 h/r - TCC 1; 33 h/r - Cultura de massa e Formação Docente; 33 h/r - Teoria e Crítica da Arte; 33 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento
8°	- PCC V: O ensino da fotografia; 33 h/r - PCC VI: O ensino de teatro, 33 h/r - PCC VII: O ensino da Dança e da Música; 67 h/r - Estágio Curricular Supervisionado III; 67 h/r	Integração Integração Integração Integração
	- TCC II; 33 h/r (Requisito: aprovação na disciplina TCC 1) - Optativa III, 67 h/r - Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino; 33 h/r - Educação: sociedade e cultura brasileira; 33 h/r - Libras; 33 h/r - PCC VIII: Seminário; 67 h/r - Estágio Curricular Supervisionado IV; 67 h/r	Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Aprofundamento Formação geral Integração Integração

3.7.5 Representação Gráfica do Processo Formativo





3.8 Estrutura Curricular

A Matriz Curricular ativa está pautada em três grandes núcleos: Formação geral, Aprofundamento e Integração. Dentro desses núcleos, há conhecimentos de cunho generalista dos estudos de Artes e cultura, conhecimentos de cunho didático-pedagógicos e os conhecimentos teórico-práticos conforme as diferentes formas de percepção e expressão que caracterizam as diversas possibilidades de produção artística. Sendo os componentes curriculares divididos entre obrigatórios e optativos, buscando flexibilizar o currículo, de acordo com as diretrizes em vigor.

Dessa forma, atinge-se o que o PARECER CNE/CP Nº 2/2015 (p.30) exige:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de

faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015, p.30)

O curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná – IFPR – *Campus Palmas*, no seu conjunto de agentes envolvidos, professores, gestores e acadêmicos, compartilha da ideia de currículo sistematizada por Sacristán (2000, p. 15-16):

O currículo é a forma de ter acesso ao conhecimento, não podendo esgotar seu significado em algo estático, mas através das condições em que se realiza e se converte numa forma particular de entrar em contato com a cultura. O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. (...) O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. Uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam (...). (grifos nossos).

De acordo com a Resolução Nº 55/2011, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR,

Art. 18 - A organização curricular dos cursos deve proporcionar a articulação entre a formação teórica e prática, de modo a contribuir para a formação integral do educando como cidadão consciente, atuante e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar de forma plena seu papel social, político e econômico na sociedade.

Art. 19 - O princípio político-pedagógico do currículo é fundamentado em práticas que se estabelecem com o diálogo entre técnicos, professores, estudantes e comunidade vinculada a uma visão histórica, ética e política materializada no âmbito do projeto institucional.

Além disso, continua o documento,

Art. 20 - O currículo dos Cursos Superiores do IFPR deve estar em consonância com o projeto político-pedagógico do Campus, considerando os saberes e as experiências incorporados pelos estudantes e pelo aluno-trabalhador, o qual tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR – *Campus Palmas* organizou a sua matriz curricular, conforme planilha abaixo:

3.8.1 Matriz Curricular

P R I M E I R O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógio Total
	História da Arte Ocidental I	4	80	67
	Português	4	80	67
	Iniciação científica	2	40	33
	Leitura da imagem e Semiótica	2	40	33
	Fundamentos das Artes Visuais I	4	80	67
	Optativa I	2	40	33
	Ensino da arte	2	40	33
	CARGA HORÁRIA TOTAL	20	400	333

S E G U N D O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógio Total
	História da Arte Ocidental II	4	80	67
	Fundamentos das Artes Visuais II	4	80	67
	Escultura I	4	80	67
	Desenho I	4	80	67

	Metodologia de Ensino, pesquisa e extensão	2	40	33
	Políticas Educacionais e Legislação da Educação Básica	2	40	33
	CARGA HORÁRIA TOTAL	20	400	334

T E R C E I R O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógio Total
	Psicologia da educação	4	80	67
	História da Arte Ocidental III	4	80	67
	Desenho II	4	80	67
	Escultura II	2	40	33
	PCC I - O Ensino do desenho na escola	4	80	67
	PCC II – O Ensino de gravura	2	40	33
	CARGA HORÁRIA TOTAL	20	400	334

Q U A R T O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógio Total
	História da Arte Brasileira e Paranaense I	4	80	67
	Didática	4	80	67
	Currículo e Gestão	4	80	67
	Pintura I	4	80	67
	PCC III - O ensino da pintura na escola	4	80	67
	CARGA HORÁRIA TOTAL	22	440	335

Q U I N T O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógio Total
	História da Arte Brasileira e Paranaense II	4	80	67
	Pintura II	4	80	67

Poéticas Contemporâneas	2	40	33	
Graffiti e Muralismo	4	80	67	
Filosofia da educação	4	80	67	
Avaliação da aprendizagem	2	40	33	
Estágio Curricular Supervisionado I – Orientação	2	40	33	49 (campo)
			82	
CARGA HORÁRIA TOTAL	22	440	416	

	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógioTotal	
S E X T O	Formas Contemporâneas Tridimensionais	2	40	33	
	Sociologia da educação	4	80	67	
	Fundamentos Teórico- Metodológicos da Educação Especial e Inclusiva	2	40	33	
	História e cultura afro brasileira e indígena	2	40	33	
	PCC IV - O ensino da escultura	2	40	33	
	Optativa II	4	80	67	
	Editoração	2	40	33	
	Museu	2	40	33	
	Estágio Curricular Supervisionado II – Orientação	2	40	33	49 (campo)
				82	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	22	440	414	

SÉTIMO	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógioTotal
	Teoria e Crítica da Arte	2	40	33

	Cultura de massa e Formação Docente	2	40	33
	Projeto Comunitário e educação e sustentabilidade	4	80	67
	Educação em Direitos humanos e diversidade	2	40	33
	TCC I	2	40	33
	PCC V - O ensino da fotografia	2	40	33
	PCC VI – O ensino do teatro	2	40	33
	PCC VII – O ensino da Dança e da Música	4	80	67
	Estágio Curricular Supervisionado III – Orientação	4	80	67 51 (campo)
				118
	CARGA HORÁRIA TOTAL	22	440	450

O I T A V O	Componente Curricular	Cred	h/aula	h/relógioTotal	
	TCC II	2	40	33	
	Libras	2	40	33	
	PCC VIII – Seminário	4	80	67	
	Educação: sociedade e cultura brasileira	2	40	33	
	Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino	2	40	33	
	Optativa III	4	80	67	
	Estágio Curricular Supervisionado IV – Orientação	4	80	67	51 (campo)
				118	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	22	440	384	

OBS: Atividades complementares devem ser executadas no decorrer do curso com a carga horária 200h.

	Horas/aula	Horas/relógio
Prática como Componente Curricular	520	400

	Horas/aula	Horas/relógio
Prática como Componente Curricular	520	400
Estágio Curricular Supervisionado	□	400
Atividades Acadêmico-científico-culturais	□	200
Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-cultural	2640	2200
Carga horária total do curso	3600	3200

3.8.2 Componentes Optativos

A Portaria N° 290/2011 de 23 de Maio de 2011, do Instituto Federal do Paraná – IFPR, Art. 5°. Define como disciplinas optativas

a disciplina de livre escolha do aluno de um elenco oferecido para o curso, que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, que permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação do curso. Deve constar na matriz curricular no respectivo período que será cursada. Há obrigatoriedade por parte do aluno em cumprir com determinada carga horária, assiduidade e aproveitamento.

Assim, o curso de Artes Visuais definiu algumas disciplinas optativas que constam na matriz curricular e que deverão ser cursadas obrigatoriamente pelos acadêmicos, conforme a planilha abaixo:

OPTATIVAS	
ARTES VISUAIS	CARGA HORÁRIA
Ilustração Científica	33
Teoria da Composição Visual	67
Fotografia	67
Gravura	67
Cerâmica	67
Análise do Discurso em Arte	67

Design	33
Técnicas de Reprodução em Escultura	67
Desenho da Figura Humana	67
DANÇA	CARGA HORÁRIA
Danças Folclóricas	33
MÚSICA	CARGA HORÁRIA
Educação Musical	67
Canto Coral	33
Flauta Doce	33

3.9 Ementário e Bibliografias

1º PERÍODO

Componente Curricular: Português

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Definição de texto. Concepção e níveis de leitura. Linguagem oral e linguagem escrita. Gêneros textuais e discursivos. O texto dissertativo-argumentativo. Os fatores da textualidade: coesão e coerência. Gêneros acadêmicos. Interpretação e produção de diferentes textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São. Paulo: Martins Fontes, 2003.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor**. São Paulo: Pontes, 1997.

KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2003. KOCH, Ingedore. & TRAVAGLIA, Luis Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto,

2002.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Orgs.). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9ª. ed, São Paulo: Contexto, 2007.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

THEREZO, Graciema Pires. **Redação e leitura para universitários**. 2ª edição. São Paulo: Alínea, 2008.

Componente Curricular: História da Arte Ocidental I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Processos culturais e representações visuais do paleolítico e neolítico; Representações culturais das primeiras cidades. Culturas e suas representações da antiguidade: Mesopotâmia, Egito, culturas do mar Egeu, arte grega, arte romana, arte bizantina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZIN, Germain. **História da arte: da pré história aos nossos dias**. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H.W. **História geral da arte**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BASSEGODA NONELL, J. **Atlas de história da arte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jover, 1977.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HAUTECOEUR, Louis. **História geral da arte**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. t. 1.

MANCINI, Augusto. **História da literatura grega no pensamento e na arte**. Lisboa: Estudos cor, 1973. 595 p.

Componente Curricular: Fundamentos das Artes Visuais I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Conceituar, refletir, compreender e analisar as produções artísticas a partir das teorias da Arte: Fenomenologia, Psicologia, Sociologia, Formalismo e Análise Estrutural. A relação das teorias da Arte com a estética, os componentes da arte e os elementos da linguagem visual na produção artística. O Sistema das Artes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELL, Julian. **Uma Nova História da Arte**. São Paulo, Martins Fontes: 2008.

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. Porto Alegre: UFRGS, ANPAP, 1993.

CHALUMEAU, Jean Luc. **As teorias da Arte**. Instituto Piaget, 1997. (precisa comprar

8 livros)

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CHIPP, Herschel B. **Teorias da arte moderna**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALABRESE, O. **A linguagem da arte**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987.

COSTELLA, A. **Para apreciar a arte**: roteiro didático. São Paulo: SENAC, 1997.

FRITZEN, Celdon; MOREIRA, Janine (Org.). **Educação e arte**: as linguagens artísticas na formação humana. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

KIVY, Peter. **Estética**: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008.

UENO, Luciana Estevam Barone. **Linguagem das artes visuais**. Curitiba: Ibpex, 2008.

Componente Curricular: Iniciação Científica

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Organização de texto científico (Normas da ABNT); Resumo; Resenha; Fichamento; Redação científica; Construção de texto científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia de trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRÉ, Marli (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

ALMEIDA, Candido José Mendes de. **A arte é capital**: visão aplicada do marketing cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a Arte**. Porto Alegre: UFRGS, ANPAP, 1993.
São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A socialização da arte**: teoria e prática na América Latina. São Paulo: Cultrix, 1984.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LÜDKE, Menga (coord.) **O professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas: Autores Associados, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998

CHIPP, Herschel Browning. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

COSTELLA, Antonio F. **Para apreciar a arte**: roteiro didático. São Paulo: SENAC, 1997.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

TASSINARI, Alberto. **O espaço moderno**. São Paulo: Cosac e Naif, 2001.

ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

Componente Curricular: Leitura de imagem e Semiótica

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Leitura de imagem como alfabetização visual, sentido e significação da produção de arte: proposta do DEBAE (Getty Center); Proposta Triangular (Ana Mae Barbosa). Conceito de Semiótica e suas abordagens. Tipos de leitura de imagem: formal (Roger Fry), iconográfica (Panofsky), Gestalt (Max Wertheimer, Wolfgang Kohler), iconológica (Gombrich), psicológicas e psicanalíticas (Wollheim), sociológica, histórica e social (Hauser), semiótica (Peirce, Greimas). Análise semiótica nas artes visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARSLAN, Luciana Mourão & IAVELBERG, Rosa. **Ensino de Arte**. Coleção Idéias em Ação. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BUORO, Anamelia Bueno. **Olhos que pintam:** a leitura da imagem e o estudo da arte. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2003.

FRY, Roger. **Visão e forma**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do objeto**. São Paulo: Escrituras, 2009.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. Dicionário de semiótica. São Paulo: Cultrix, 1979.

NOTH, Winfried. **Panorama da semiótica:** de Platão a Peirce. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1998.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica Visual**. Editora Contexto: São Paulo, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WALTHER-BENSE, Elisabeth. A Teoria Geral dos Signos. Coleção Estudos. Perspectiva, São Paulo, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Luciana Estevam Barone. **Linguagem das artes visuais**. Curitiba: Ibplex, 2008.

GIBSON, Clare. **Como compreender símbolos**: guia rápido sobre simbologia nas artes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PARSONS, Michael J. **Para compreender a arte**. Portugal: Presença, 1992.

SANTAELLA, Lúcia. **A percepção**: uma teoria semiótica. 2. ed. São Paulo: Experimento, 1998.

Componente Curricular: Ensino de arte

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: História da trajetória do ensino de arte no Brasil. As abordagens pedagógicas e a relação com o ensino de arte. Metodologias do ensino de arte para a formação do professor e para sua atuação na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte-educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **A Imagem no ensino da arte**: anos 1980 e novos tempos. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012

BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. **A formação do professor de arte**: do ensaio à encenação. 2.ed. Campinas (SP): Papirus, 1999.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

HERNANDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. PA: Artemed, 2000.

IAVELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. São Paulo: Artmed, 2003. 126 p.

PEREIRA, Katia Helena. **Como usar artes visuais na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 159 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. (Org.). **Arte-educação: leitura no subsolo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte/educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. **Limites em expansão: licenciatura em artes visuais**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1999.

Componente Curricular: Optativa I

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

2º PERÍODO

Componente Curricular: Políticas educacionais e legislação da educação básica

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Cidadania e direitos no Estado Moderno: contextos do direito à educação. Cidadania e direitos no Brasil: especificidades da consolidação da educação como direito. Aspectos históricos da legislação, da estrutura e da organização da educação brasileira. Financiamento da educação no Brasil. Bases legais e organização da educação escolar no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 16 ed. Poto Alegre: L&PM, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p. (Biblioteca de ciências sociais).

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SHIROMA, E. O. MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**.

_____. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13005/14**.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo:

Expressão Popular, 2010.

FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LENINE, V. I. **O estado e a revolução.** In: Obras escolhidas. Tomo 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T.M.T. (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.** Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. P. 177-185.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo-SP: Boitempo, 2005.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB.** 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008

Componente Curricular: Fundamentos das Artes Visuais II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A relação das teorias da Arte com a estética, os componentes da arte e os elementos da linguagem visual na produção artística contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOMINGUES, D. (org.). **A Arte no Século XXI: a humanização das tecnologias.** São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1997.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte: teoria e prática.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

DANTO, Arthur. **A transfiguração do lugar comum.** São Paulo: Cosacnaify, 2005. (comprar 8 livros)

FERREIRA, Glória/COTRIM, Cecília (orgs.). **Escritos de artistas**. Anos 60/70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

RUSH, Michael. **Novas mídias na arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIO, Cesar. **Máquinas de imagem**: arte, tecnologia e pós virtualidade. Annablume: São Paulo, 2015.

GULLAR, Ferreira. **Etapas da arte contemporânea**: do cubismo ao neoconcretismo. São Paulo: Nobel, 1985.

FREIRE, Cristina. **Arte conceitual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

TIRAPELI, Percival. **Arte moderna e contemporânea**: figuração, abstração e novos meios - séculos 20 e 21.

VICINI, Magda. **Arte de Joseph Beuys**: Pedagogia e Hipermedia. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

Componente Curricular: História da Arte Ocidental II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Arte primitiva cristã; Culturas tribais europeias; Arte da idade média: Românico e o Gótico; Arte renascentista; Arte barroca e derivados; Neoclássico e Romantismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZIN, Germain. **História da arte**: da pré história aos nossos dias. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H.W. **História geral da arte**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BASSEGODA NONELL, J. **Atlas de história da arte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jover, 1977.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HAUTECOEUR, Louis. **História geral da arte**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. t. 1.

MANCINI, Augusto. **História da literatura grega no pensamento e na arte**. Lisboa: Estudos cor, 1973. 595 p.

Componente Curricular: Desenho I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Os elementos básicos da linguagem visual, os materiais e suportes. A educação do olhar para a representação dos objetos: desenho e seus contornos, formas negativas e positivas. Desenhos de observação, memória e imaginação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIN, R. **Arte e Percepção Visual**. São Paulo: EDUSP, 1990.

DONDIS, D. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão. Um Estudo da Representação Pictórica**. São

Paulo: Martins Fontes, 2007.

OCVIRK, Otto G. (et. al). **Fundamento de arte – Teoria e prática**. Editora Mc Graw Hill Educations; tradução: Alexandre salvaterra. - 12 Ed. Porto Alegre, 2014.

PARRAMON. **Fundamentos do Desenho Artístico** – São Paulo. Martins Fontes, 2ª Ed. 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA. A.M.T.B. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PARRAMON. Fundamentos do desenho artístico: aula de desenho. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 255 p.

SAUSMAREZ, Maurice de; RAMOS, Wanda (Tradutor). **Desenho básico: as dinâmicas da forma visual**. 2 ed. Lisboa: Presença, 1986. 109 p. (Coleção dimensões ; 6)

HUNTLY, Moira. **Como desenhar naturezas mortas**. Lisboa: Presença, 1997. 48 p.

SZUNYOGHY,András.**Desenho - a Grande Escola**. H. F. Ullmann.

Componente Curricular: Metodologia de Ensino, Pesquisa e Extensão

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Fundamentos da Metodologia Científica. Métodos e técnicas de pesquisa. O trabalho científico. A pesquisa científica: natureza teórica-prática. Ciência: senso comum e ciência; Introdução ao planejamento da pesquisa científica. A organização de texto científico (Normas ABNT).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Apresentação de relatórios técnicos científicos**. Rio de Janeiro.

BASTOS, C.L. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 10. ed.

Petrópolis: Vozes, 1998, c 1991. 104p.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGrawhill do Brasil, 2007.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994. 335 p. (Coleção ciências da educação)

CARMEM, B; LOURENI, R; ADRIANO S; ELAINE M. A; PATRÍCIA P. de C. **Metodologia da Pesquisa**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVARENGA, M. A. de F.P.; ROSA, M.V. de F.P. do C. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASILEIRA, M. E.; SILVA, L. C. de S. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Goiânia: AB, 2011.

CONDEMARÍN, M. et al. **Oficina de Linguagem: módulos para desenvolver a linguagem oral e escrita**. São Paulo: Moderna, 1997.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

MELO, C. de; OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Metodologia da pesquisa científica**. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

Componente Curricular: Escultura I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Matérias primas usuais em escultura, formas acadêmicas de modelagem e entalhe; processo de reprodução em escultura: matrizes e formas perdidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORBETTA, Gloria. **Manual do escultor**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

READ, Herbert Edward Sir,. **Escultura moderna: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENAI. **Fundição artística**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

WITTKOWER, Rudolf. **Escultura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A CIÊNCIA antiga e medieval. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

3º PERÍODO

Componente Curricular: Psicologia da Educação

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A psicologia como ciência e suas relações com a educação. Teorias Psicanalítica e Comportamental e suas implicações para a prática pedagógica. Desenvolvimento e aprendizagem na teoria de Jean Piaget. Implicações pedagógicas da abordagem psicogenética. Desenvolvimento e aprendizagem de Lev S. Vygotsky. Implicações pedagógicas da abordagem histórico-cultural. Henri Wallon e a afetividade. Dificuldades de Aprendizagem. Proteção dos direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotsky:** a relevância do social. São Paulo: 1994.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1967.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente:** O desenvolvimento dos processos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** 6.ed. São Paulo: Ícone, 1998.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUARTE, N. **Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e Escola de Vigotski.** 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano.** 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa; BATISTA, Dayse. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**: texto integral, traduzido do russo pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009

Componente Curricular: História da Arte Ocidental III

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Movimentos academicistas do séc.XIX e XX, Realismo, Impressionismo e Expressionismo; Cubismo, Futurismo e Abstracionismo; Dadaísmo, Surrealismo; Arte do totalitarismo; Arte abstrata americana; Arte Pop e hiper-realismo; Arte conceitual e conceitualismos; Arte Contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BAZIN, Germain. **História da arte**: da pré história aos nossos dias. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H.W. **História geral da arte**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BASSEGODA NONELL, J. **Atlas de história da arte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jover, 1977.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). **Ensino da arte**: memória e história. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção**: como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins, 2009.

HAUTECOEUR, Louis. **História geral da arte**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

Componente Curricular: Desenho II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Valores tonais no desenho, a perspectiva, o retrato e o corpo humano, possibilidades de composição. Aplicações práticas do desenho a partir dos elementos estudados no Desenho I e II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIN, R. **Arte e Percepção Visual**. São Paulo: EDUSP, 1990.

_____. **Intuição e Intelecto na Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DONDIS, D. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão. Um Estudo da Representação Pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JENNY, Peter. **Técnicas de desenho**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. 167 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA. A.M.T.B. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOROUGH-JOHNSON, Ernest. **The Technique of Pencil Drawing**. Dover

Publications-Id, 2008

OCVIRK, Otto G. (et. al). **Fundamento de arte – Teoria e prática**. Editora Mc Graw Hill Educations; tradução: Alexandre salvaterra. - 12 Ed. Porto Alegre, 2014.

SANMIGUEL, Daid. Art of Drawing Anatomy. Sterling, 2008

SZUNYOGHY,András.**Desenho - a Grande Escola**. H. F. Ullmann.

Componente Curricular: Escultura II

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Matérias primas modernas e contemporâneas para escultura; Processos de replicagem seriada de esculturas: As formas tasseladas e flexíveis. Escultura abstrata e suas possibilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORBETTA, Gloria. **Manual do escultor**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

READ, Herbert Edward Sir,. **Escultura moderna: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENAI. **Fundição artística**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

WITTKOWER, Rudolf. **Escultura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A CIÊNCIA antiga e medieval. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Componente Curricular: O ensino do desenho na escola (PCC I)

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: História do desenho nas artes visuais. Experimentações com diversos materiais e suportes para criar um repertório voltado as práticas do desenho em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DONDIS, D. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

_____. **Arte e Ilusão. Um Estudo da Representação Pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OCVIRK, Otto G. (et. al). **Fundamento de arte – Teoria e prática**. Editora Mc Graw Hill Educations; tradução: Alexandre salvaterra. - 12 Ed. Porto Alegre, 2014.

TATIT, Ana. MACHADO, MariaSilvia M. **300 propostas de artes visuais**. Ed. Loyola, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DERDYK, Edith. **Forma de Pensar o Desenho: Desenvolvimento do Grafismo Infantil.** ED. Scipione. São Paulo.

EDWARDS, Betty. **Desenhando com o Lado Direito do Cérebro.** 2ª Ed. Ediouro. Rio de Janeiro: 2000.

HUNTLY, Moira. **Como desenhar naturezas mortas.** Lisboa: Presença, 1997. 48 p.

SZUNYOGHY, András. **Desenho - a Grande Escola.** H. F. Ullmann.

SAUSMAREZ, Maurice de; RAMOS, Wanda (Tradutor). **Desenho básico: as dinâmicas da forma visual.** 2 ed. Lisboa: Presença, 1986. 109 p. (Coleção dimensões ; 6)

Componente Curricular: O ensino da gravura (PCC II)

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Conceitos elementares sobre a linguagem da gravura. Estudo e prática de materiais e técnicas representativas na gravura. Conhecimento de recursos e técnicas avançadas da linguagem plástica, que utilizam a matriz como geradora de obras originais. Exercícios gráficos para estimular a criação de múltiplos no contexto da contemporaneidade, oferecendo subsídios para a expansão criativa do futuro arte-educador e profissional das artes visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMARGO, I. **A gravura.** Porto Alegre: Sagra DC Luzzato, 1992.

CANTON, K. **Gravura Aventura.** São Paulo: DCL Editora, 2012.

CLÍMACO, J.C.T.S. **Manual de Litografia sobre Pedra.** Goiânia: Editora da UFG, 2000.

COSTELA, A. **Introdução à gravura e História da Xilografia.** Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 1984.

REGO, L.; LUNA (II). **Gravura.** São Paulo: Moderna, 2008. 40 p. (Conhecendo o ateliê do artista)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUTI, M. LETYCIA, A. **Gravura em Metal**. São Paulo: EDUSP, 2015.

ITAÚ CULTURAL. **Gravura: Arte Brasileira do século XX**. São Paulo. Catálogo de exposição, 2000.

MACAMBIRA, Y.M.P. **Evandro Carlos Jardim**. São Paulo: Col. Artistas Brasileiros, EDUSP. 1998.

SCARINCI, C. **A gravura do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul. 1982.

VALLAURI, A. **Da gravura ao Grafite**. São Paulo: Olhares, 2013.

4º PERÍODO

Componente Curricular: Didática

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Aspectos históricos e conceituais da didática. A didática como campo de conhecimento da educação. Concepções de Educação. A didática e as tendências pedagógicas na educação brasileira. Didática e formação do professor. Organização do trabalho pedagógico e plano de trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CANDAUI, Vera M. (org.) **A didática em questão**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

VEIGA, Ilma P. et al. **Repensando a didática**. 16 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. 23 Edição. São Paulo: Editora Terra e Paz. 2015.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **O que é pedagogia**. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

VEIGA, Ilma P. (Org.). **Didática: o ensino e suas relações**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **O método dialético na didática**. Campinas, S.P: Papyrus, 1995.

Componente Curricular: Currículo e gestão

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Currículo: história e conceitos. Teorias do Desenvolvimento Curricular. Currículo, Epistemologia e Cultura. Currículo Hegemônico. Avaliação Curricular. Paradigmas Contemporâneos e Currículo. Teorias da Administração/organização da Educação. Processo Sócio Histórico de Atribuições e Competências dos Sistemas e Órgãos Educacionais. Princípios Fundamentais da Administração Pública. Gestão Participativa e Democrática. Políticas Educacionais, Currículo e Gestão. Órgãos Colegiados da Escola. Teorias e Práticas das Instituições Escolares: o trabalho da gestão. Gestão Educacional e o Projeto Político Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APPLE, M. **Educando a Direita**. Cortez/IPF, 2004

GOODSON, I. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis, Vozes, 1995.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MOREIRA, A. F (Org.). **Currículo:** questões atuais. Campinas: Papirus, 2007.

PARO, V.H. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. 3. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

APPLE, M. **A educação democrática numa era conservadora.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Educação e Poder.** Porto Alegre: Artmed, 1989.

_____. **Ideologia e currículo.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, M. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: vozes, 2007.

FERREIRA, N.S.C. (Org.). **Formação continuada e gestão da educação.** São Paulo: Cortez, 2003. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, I.B. (org). **Alternativas Emancipatórias em Currículo.** São Paulo: Cortez, 2007.

Componente Curricular: História da Arte Brasileira e Paranaense I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Introdução à História da arte no Brasil e da Arte do Paraná, a partir da Pré-história, arte indígena, Barroco, Missão francesa, Academicismo, fazendo um paralelo entre Paraná e o restante do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Dicionário das Artes Plásticas no Paraná.** Curitiba: Edição do Autor, 2006.

AYALA, W.; SEFFRIN, A. **Notícias do Paraná**: sobre arte paranaense. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

JUSTINO, M.J. **50 anos do salão paranaense de belas artes**. SEC/PR. Itaipu, Funpar, 1995.

MARTINS, Alberto. KOK, Glória. **Roteiro Visual no Brasil**: Nos Caminhos do Barroco. São Paulo; Claro Enigma, 2015.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e Rococó no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

VERNECK, Fabiana (Org.) **Sobre arte Brasileira**: Da pré-história aos anos 1960. São Paulo, SESC e Martins Fontes, 2014.

ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil Volume I**. São Paulo: instituto Walther Moreira Salles e Fundação Djalma Guimarães, 1983.

_____. **História Geral da Arte no Brasil Volume II**. São Paulo: instituto Walther Moreira Salles e Fundação Djalma Guimarães, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CIVITA, Vitor (Ed). **Arte no Brasil**. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1986.

GARCEZ, Lucília. OLIVEIRA, Jô. **Explicando a Arte Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

HAUSER, A. A Era do Filme. In: **História social da literatura e da arte**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYRA, C.C.O. **Notas sobre a arquitetura antiga de Curitiba**. (apostila). Curitiba, UFPR. Sd.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. Belo Horizonte: Cosac e Naif, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. **Pintores da paisagem paranaense**. Curitiba, 1982.

RIBENBOIM, R. (dir.) **Tridimensionalidade**: Arte Brasileira do Século XX. São Paulo: Itaú Cultural, 1999.

ZILO, C. **Artes Plásticas**: Nacionalismo e arte. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Componente Curricular: Pintura I

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Teoria das cores como princípio da expressão na pintura. Misturas cromáticas, a aplicação da cor aos temas figurativos, abstratos e nas propostas contemporâneas de arte. As diferentes contribuições dos suportes para a elaboração da linguagem pictórica e as possibilidades da pintura nos diferentes meios visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Lilian Ried Miller. **A Cor no Processo Criativo**. Ed. SENAC. São Paulo: 2006.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Annablume, c2004. 147 p.

FRASER, Tom; BANKS, Adam. **O guia completo da cor**/ livro essencial para a consciência das cores . São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 224 p (Goioerê)

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. 254 p

_____. **Universo da Cor**. Ed. SENAC. São Paulo: 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERS, Josef. **A Interação da Cor**. São Paulo, Wmf Martins Fontes, 2009

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora**. Ed. Pioneira: São Paulo.

DERDYK, Edith. **Forma de Pensar o Desenho**: Desenvolvimento do Grafismo Infantil. ED. Scipione. São Paulo.

MAYER, Ralph. **Manual do Artista**: de Técnicas e Materiais. Martins Fontes. São Paulo, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. **Pintores da paisagem paranaense**. Curitiba, 1982.

Componente Curricular: O ensino da pintura (PCC III)

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: História da Pintura e como os materiais e suportes foram utilizados ao longo do tempo. Experimentações com diversos materiais e suportes para criar um repertório voltado as práticas da pintura em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BECKETT, W. **História da Pintura**. 1ª Ed. Ed. Ática. São Paulo: 2006.

FERREIRA, J.H. **Materiais populares na educação artística**. 2.ed., rev. Belo Horizonte: Livros Técnicos e Científicos, 1983. 108 p.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão. Um Estudo da Representação Pictórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PEDROSA, I. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. 254 p

TATIT, A.; MACHADO, M.S.M. **300 propostas de artes visuais**. Ed. Loyola, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAYER, R. **Manual do Artista: de Técnicas e Materiais**. Martins Fontes. São Paulo, 1996.

PEDROSA, I. **Universo da Cor**. Ed. SENAC. São Paulo: 2003.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação**: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Annablume, c2004. 147 p.

FRASER, T.; BANKS, A. **O guia completo da cor/** livro essencial para a consciência das cores . São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007. 224 p (Goioerê)

SANMIGUEL, D. **Iniciação a Pintura.** Presença II, 1995.

5º PERÍODO

Componente Curricular: Avaliação educacional

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: A história da avaliação educacional e a pedagogia do exame. Avaliação nas diferentes tendências pedagógicas. Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Políticas e legislação sobre avaliação e recuperação da aprendizagem. Instrumentos avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem:** Componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011

_____. **Avaliação da Aprendizagem:** Estudos e Proposições. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011

SAUL, A.M. **Avaliação emancipatória:** desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação:** concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 18.ed. São Paulo: Libertad, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação - para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** 7.ed., rev. São Paulo: Cortez, 2002.

ESTEBAN, M.T. (org.). **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOFFMANN, J. **Pontos e Contra Pontos:** Do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Componente Curricular: História da Arte Brasileira e Paranaense II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A Arte Brasileira no século XX –. Modernismo, Concretismo e Neoconcretismo, Arte contemporânea no Brasil, expressões e conceitos básicos dos diversos períodos artísticos nas suas diversas áreas (Música, dança, teatro e artes visuais), fazendo um paralelo entre Paraná e o restante do país. Os pioneiros e a expansão da arte no Paraná até a atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, Adalice Maria de. **Dicionário das Artes Plásticas no Paraná.** Curitiba: Edição do Autor, 2006.

AYALA, W.; SEFFRIN, A. **Notícias do Paraná:** sobre arte paranaense. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

JUSTINO, M.J. **50 anos do salão paranaense de belas artes.** SEC/PR. Itaipu, Funpar, 1995.

MARTINS, Alberto. KOK, Glória. **Roteiro Visual no Brasil:** Nos Caminhos do

Barroco. São Paulo; Claro Enigma, 2015.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Barroco e Rococó no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

VERNECK, Fabiana (Org.) **Sobre arte Brasileira: Da pré-história aos anos 1960**. São Paulo, SESC e Martins Fontes, 2014.

ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil Volume I**. São Paulo: instituto Walther Moreira Salles e Fundação Djalma Guimarães, 1983.

_____. **História Geral da Arte no Brasil Volume II**. São Paulo: instituto Walther Moreira Salles e Fundação Djalma Guimarães, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCEZ, Lucília. OLIVEIRA, Jô. **Explicando a Arte Brasileira**, Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

HAUSER, A. A Era do Filme. In: **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IVITA, Vitor (Ed). **Arte no Brasil**. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1986.

LYRA, C.C.O. **Notas sobre a arquitetura antiga de Curitiba**. (apostila). Curitiba, UFPR. Sd.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. Belo Horizonte: Cosac e Naif, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. **Pintores da paisagem paranaense**. Curitiba, 1982.

RIBENBOIM, R. (dir.) **Tridimensionalidade: Arte Brasileira do Século XX**. São Paulo: Itaú Cultural, 1999.

ZILO, C. **Artes Plásticas: Nacionalismo e arte**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Componente Curricular: Filosofia da Educação

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A educação no período pré-filosófico ou mitológico grego. Contexto histórico e social da origem da Filosofia e da educação. A atitude filosófica como questionamento das evidências do cotidiano e as características do pensamento filosófico. Tópicos de História da Filosofia: principais conceitos, temas (ética, moral, religião, política, epistemologia, lógica, estética, metafísica, educação, entre outros) e autores (Idades: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea). As grandes concepções de educação e ética presentes na tradição filosófica. A educação enquanto objeto da reflexão filosófica: os fins e valores da educação. Noções de estética: o belo e a arte na História da Filosofia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando:** introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, M. de S. **Convite à filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.

FERRY, L. **Aprender a Viver:** filosofia para novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação:** construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COMTE-SPONVILLE, A. **Apresentação da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CHAUÍ, M. de S. **Introdução à história da filosofia:** dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v.1

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2003.

JAEGER, W. W. **Paidéia**: a formação do homem grego. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KIVY, P. **Estética**: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: patrística e escolástica. v. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. v. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do romantismo ao empiriocriticismo. v. 5. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. v. 6. São Paulo: Paulus, 2006.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Freud à atualidade. v. 7. São Paulo: Paulus, 2004.

SGANZERIA A.; FALABRETTI, E. S.; BOCCA, F. V. **Ética em movimento**. São Paulo: Paulus, 2009.

STEFANO P. **Modelos de Filosofia Política**. São Paulo: Paulus, 2014.

TELES, A. X. **Introdução ao estudo de filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

Componente Curricular: Poéticas Contemporâneas

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Refletir a partir de aulas teóricas e práticas as fronteiras e horizontes que a arte transita na atualidade a partir das linguagens: o desenho, a intervenção, a pintura, a performance, o ambiente, a instalação, o objeto, o vídeo, a produção digital e multimídia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARCHER, Michael. **Arte contemporânea**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANTON, Katia. **Do moderno ao contemporâneo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Espaço e lugar**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Narrativas enviesadas/** Katia Canton. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

GOMPERTZ, Will. **Isso é arte?** 150 anos de arte moderna do impressionismo até hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

RUSH, Michael. **Novas mídias na arte contemporânea**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

REIS, Paulo Roberto de Oliveira. **Arte de vanguarda no Brasil: os anos 60**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

TIRAPELI, Percival. **Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios - séculos 20 e 21**.

WOOD, Paul. **Arte conceitual**. Movimentos da arte moderna. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANTON, Katia. **Tempo e memória**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins

Fontes, 2005.

PARENTE, André (Org.). **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

KLEIN, Jacky; KLEIN, Suzy. **O que é arte contemporânea**. São Paulo: Claroenigma, 2012.

SITES:

<https://www.moma.org/>

<http://www.metmuseum.org/>

<http://www.bienal.org.br/evento.php?i=2365>

<http://www.mac.pr.gov.br/>

Componente Curricular: Pintura II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Técnicas de pintura: usos dos materiais tradicionais e alternativos, projetos pictóricos individuais. - Explorando diversos suportes e materiais na pintura, experimentações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, L.R.M. **A Cor no Processo Criativo**. Ed. SENAC. São Paulo: 2006.

PEDROSA, I. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. 254 p

_____. **Universo da Cor**. Ed. SENAC. São Paulo: 2003.

SANMIGUEL, D. **101 Técnicas Óleo**. Parramón Paidotribo, S.L., 2013

_____. **Iniciação a Pintura**. Presença II, 1995

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARNHEIM, R. **Arte & Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora**. Ed.

Pioneira: São Paulo: Cengage Learning, 1980.

BECKETT, Wendy. **História da Pintura**. 1ª Ed. Ed. Ática. São Paulo: 2006.

FERREIRA, José Herculano. **Materiais populares na educação artística**. 2.ed., rev. Belo Horizonte: Livros Técnicos e Científicos, 1983. 108 p.

MAYER, Ralph. **Manual do Artista: de Técnicas e Materiais**. Martins Fontes. São Paulo, 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. **Pintores da paisagem paranaense**. Curitiba, 1982.

Componente Curricular: Grafite e Muralismo

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: O Muralismo e Grafite, suas semelhanças e diferenças. História e conceitos dessas duas vertentes da arte que estão posta em pequenas e especialmente em grandes proporções. Técnicas e materiais utilizados para práticas pictóricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora**. Ed. Pioneira: São Paulo.

GANZ, N. **O mundo do grafite: arte urbana dos cinco continentes**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 391 p

MAYER, R. **Manual do Artista: de Técnicas e Materiais**. Martins Fontes. São Paulo, 1996.

PEDROSA, I. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. 254 p

SANMIGUEL, D. Iniciação a Pintura. Presença II, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, L.R.M. **A Cor no Processo Criativo**. Ed. SENAC. São Paulo: 2006.

BECKETT, W. **História da Pintura**. 1ª Ed. Ed. Ática. São Paulo: 2006.

DONDIS, D. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

PEDROSA, I. **Universo da Cor**. Ed. SENAC. São Paulo: 2003.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado I

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Teoria e Prática de Ensino na formação de professores de Arte no Ensino Fundamental – anos iniciais. Diagnóstico, elaboração, aplicação e análise de projeto educativo. Socialização das vivências na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp; Edição: 2ª. 2015

BRASIL, Leis, decretos, etc. **Lei nº 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

BIANCHI, A.C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Arte**. Curitiba: 2008.

FAZENDA, I. et al. (orgs). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Leis, decretos, etc. **Lei nº 9394/96.**

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: arte/** Secretaria de Educação Fundamental – 3ed. Brasília, 2001.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PORTELA, K.C. A.; SCHUMACHER, A.J. **Estágio supervisionado: teoria e prática.** 1.ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2007.

SILVA, L.C. da; MIRANDA, M.I. (Org.). **Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades.** Belo Horizonte: FAPEMIG, Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008. (broch.).

6º PERÍODO

Componente Curricular: Optativa II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Componente Curricular: Sociologia da Educação

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 4

Ementa: Educação, cultura e sociedade. Sociologia e educação nos autores clássicos e contemporâneos. Educação, poder, desigualdade e mudança social. A importância da

Sociologia da Educação no processo formativo do educador. Sociologia da Educação no Brasil. Sociologia e educação das relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FERNANDES, F. **Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores associados, 2009.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

ALMEIDA, V. S. **Educação em Hannah Arendt**: entre o mundo deserto e o amor ao mundo. São Paulo: Cortez, 2011

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUFFA, E. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1982.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 1984

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

PUCCI, B. E a razão se fez máquina e permanece entre nós. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG, v. 20, n. 39, p. 71-88, jun. 2006.

WEBER, M. Os letrados chineses. In: WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1982

Componente Curricular: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação Especial e Inclusiva

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Aspectos históricos da pessoa com necessidades educativas especiais e da educação especial. Normatização das Políticas de Atendimento aos educandos das Instituições de Ensino Regular e Especial. O avanço da Inclusão Educacional em diferentes contextos nacionais. Bases teóricas e as consequências metodológicas da educação especial nas últimas décadas. A educação inclusiva e a ação educativa: suportes necessários e estratégias de intervenção. A formação de professores para a Educação Especial: interfaces da formação docente para Educação Inclusiva e Educação Inclusiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCHETTI, Lucídio; CORREIA, José Aleberto. **In/exclusão no trabalho na educação: aspectos mitológicos, históricos e conceituais**. Campinas: Papyrus, 2011. 187p. (Papyrus educação).

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença**. Papyrus Editora, 2007.

CARMO, A. A. do. **Deficiência física a sociedade brasileira cria, recupera e**

discrimina. Brasília: MEC, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos 'is'. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 176p

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas pedagógicas na educação especial:** a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4. ed. São Paulo: Autores Associados; São Paulo: FAPESP, 2007. xix, 194 p. (Educação contemporânea).

RODRIGUES, David et al. Inclusão e educação. **Doze olhares sobre a educação inclusiva,** São Paulo: Summus Editorial, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2010.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Educação inclusiva:** escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
ROZEK, Marlene; VIEGAS, Luciane Torezan. **Educação inclusiva: políticas, pesquisa e formação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SOUZA. Olga Solange Herval (Org.). **Itinerários da Inclusão Escolar - Múltiplos Olhares, Saberes e Práticas.** Canoas: Ulbra, 2008, v. p. 23-32

DE GÓES, Maria Cecília Rafael; DE LAPLANE, Adriana Lia Frizzman. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Autores associados, 2004.

Componente Curricular: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: O estudo da história da África e dos Africanos, a luta dos negros e indígenas no Brasil, a cultura negra brasileira e a indígena na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro e indígena nas áreas social, econômica e

política pertinentes à história do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AFONSO, Germano Bruno. **Ensino de história e cultura Indígena**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

BARBOSA, A.M. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BEZERRA, Roberto Cláudio Frota. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações de História e cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: 2005.

BERNARDO, D.L. O currículo escolar e a valorização da cultura indígena. Palmas, 2005. 39 p. **Monografia** (Especialização em Pedagogia Gestora) Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná - UNICS, 2005.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

CUNHA, M.C. da. Arte afro-brasileira. In: ZANINI (Coord.). **História geral da arte no Brasil**, vol. 2, 1983.

DEBUS, E. **A cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade?**. Leitura: Teoria e Prática, Campinas, SP, v.26, n.51, p.38-43, nov. 2008.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projetos de Trabalho**. Tradução de: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LAGROU, Elis. **A arte Indígena no Brasil: Agência, alteridade e relação**. Fernando Pedro da Silva [Editor]. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

MUNANGA, K. **Arte afro-brasileira: o que é afinal?** São Paulo: associação Brasil 500 anos Artes Visuais: Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

SILVA, D. de M.; CALAÇA, M.C. **Arte Africana e Afro-Brasileira**. São Paulo: Terceira Margem, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDREI, E.M. (Org.). **Cultura afro-brasileira**: civilizações africanas. Londrina: UEL, 2007. 128 p. (Caderno Uniafro; 3)

FONSECA, M.N.S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 347 p.

MAGALHÃES, L.H. **Civilizar e integrar**: o discurso jesuíta sobre o indígena brasileiro. Méti: História & Cultura, Caxias do Sul, RS, v.5,n.10 , p.273-291, dez. 2006.

PALHA, Cássia Rita Louro. Identidade **nacional, ensino de história e as diretrizes para as relações étnico-raciais**: 'o melhoir do Brasil 'ainda' é o brasileiro?'. Méti: História & Cultura, Caxias do Sul, RS, v. 4, n. 7 , p. 181-196, jun. 2005.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Cadernos temáticos**: educação escolar indígena. Curitiba: SEED, 2006. 85 p.

_____. **História e cultura afro-brasileira e africana**: educando para as relações étnico-raciais. Curitiba: SEED, 2006. 110 p. (Cadernos temáticos)

TRINDADE, E.de S. **A construção da interdisciplinaridade na valorização da cultura indígena**: um resgate de nossas raízes. Palmas, 2002. ix, 99 p. **Monografia** (Especialização em Interdisciplinaridade) Faculdades Integradas de Palmas - FACIPAL, 2002.

Componente Curricular: Formas Contemporâneas Tridimensionais

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Práticas experimentais de expressão tridimensional de cunho modernista e de vanguarda; Assemblage e Instalação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORBETTA, Gloria. **Manual do escultor**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. 2.ed. São Paulo: Martins

Fontes, 2007.

READ, Herbert Edward Sir,. **Escultura** moderna: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENAI. **Fundição artística**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

WITTKOWER, Rudolf. **Escultura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A CIÊNCIA antiga e medieval. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

GOMBRICH,E.H. **A História da Arte**. 16ªEd, Rio de Janeiro.LTC,1999.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Componente Curricular: Editoração

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Apresentação e prática de softwares de pós produção de imagem e som, trabalhando principalmente a captação e edição de sons, músicas e audiovisuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURKE, P. **Uma História Social da Mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PENTEADO, H.D. **Televisão e escola**: conflito ou cooperação?. São Paulo: Cortez, 1990. 175 p.

MACHADO, Arlindo. **Arte e mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MORAN, J.M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M.A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 173 p. (Coleção Papyrus educação)

SANTAELLA, L. **Matrizes da Linguagem e Pensamento: sonora visual verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

XAVIER, I.; BERNARDET, J.-C.; PEREIRA, M. **O desafio do cinema: a política do estado e a política dos autores**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 92 p. (Brasil: Os Anos de Autoritarismo)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTARCO, G.E.T. **Novo Mundo das Imagens Eletrônicas**. Ed. 70, 1985.

DOMINGUES, D. (org.) **A arte no século XXI: a humanização das etnologias**. São Paulo: Fund. Ed. da UNESP, 1997.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMA, F.B.; PRIOLLI, G.; MACHADO, A. **Televisão e vídeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 77 p. (Brasil, os anos de autoritarismo)

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Psicodrama, televisão e formação de professores**. 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2016

SÁ, R.A. **Tecnologias e Mídias Digitais na Escola Contemporânea: questões teóricas e práticas**. 1ª ed. Editora Appris, 2016. 169p.

Componente Curricular: Museu

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Conceitos de museu; museologia; memória; cultura; patrimônio e educação. Breve história dos museus no mundo e no Brasil. O papel educacional do museu. Ações e práticas educativa em espaços museológicos Patrimônio e Educação: Desafios contemporâneos. Museus na contemporaneidade. Tipologias de museus.

Política Nacional de Museus e Sistema Brasileiro de Museus. Legislação Nacional. Procedimentos básicos para a criação de um museu.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público.** 2.ed. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007. 239 p.

CRUZ, M.R. **Museus Reflexões.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1993. 99 p

MACHADO, A. de A. **Seu olhar melhora o meu: o processo de monitoria em exposições itinerantes.** Campinas, SP: Editora Papirus, 2005. 174 p.

SANTOS, M.C.T.M. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus.** Salvador: Centro ed e Didatico da UFBA, 1990. 91 p.

SUANO, M. **O que é museu.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARLETTA, J.M. **Arquivos ou museus: qual o lugar dos acervos escolares?** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, SP, n. 10 , p. 101-122, dez. 2005.

BRUHNS, K. **Museus enquanto aparelhos ideológicos de estado: algumas reflexões.** Cadernos do Ceom, Chapecó, SC, v. 18, n. 21 , p. 179-193, jun. 2005

CHAGAS, M. **Há uma gota de sangue em cada museu – a ótica museológica de MÁRIO DE ANDRADE.** Chapecó: Argos, 2006

GOUVÊA, G.; MARANDINO, M.; LEAL, M.C. (Org.). **Educação e museu: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência.** Rio de Janeiro: ACESS: FAPERJ, 2003.

ROCHA, C. **Um “museus vivo”:** espetáculo e reencantamento pela técnica. Porto Alegre: Em questão, v.13, p. 259-270, jul/dez 2007.

Componente Curricular: O ensino da escultura (PCC IV)

Carga Horária (horas): 33	Créditos: 02
Ementa: Aplicação das formas tridimensionais de expressão no contexto educacional formal e informal.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CORBETTA, Gloria. Manual do escultor . 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.	
KRAUSS, Rosalind E. Caminhos da escultura moderna . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.	
READ, Herbert Edward Sir,. Escultura moderna: uma história concisa . São Paulo: Martins Fontes, 2003.	
SENAI. Fundição artística . São Paulo: SENAI-SP, 2012.	
WITTKOWER, Rudolf. Escultura . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos . 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.	
BELL, Julian. Uma nova história da arte . São Paulo: Martins Fontes, 2008.	
A CIÊNCIA antiga e medieval . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.	
GOMBRICH,E.H. A História da Arte . 16ªEd, Rio de Janeiro.LTC,1999.	
OCVIRK, Otto G. et al. Fundamentos de arte: teoria e prática . 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.	

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado II	
Carga Horária (horas): 33	Créditos: 02
Ementa: O Estágio Supervisionado no ambiente escolar da Educação Básica e a atuação docente. Planos de Ensino e Projetos Escolares. Fundamentos na análise crítica da realidade educacional, dos referenciais teóricos	

contemporâneos da área de Artes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Leis, decretos, etc. **Lei nº 9394/96:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Arte.** Curitiba: 2008.

FAZENDA, I. et al. (orgs). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Metodologia do ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 1993

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** arte/ Secretaria de Educação Fundamental – 3ed. Brasília, 2001.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL, Leis, decretos, etc. **Lei nº 9394/96,** 1996.

PORTELA, K.C. A.; SCHUMACHER, A.J. **Estágio supervisionado:** teoria e prática. 1.ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar:** convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000

7º PERÍODO

Componente Curricular: Teoria e Crítica da Arte	
Carga Horária (horas): 33	Créditos: 02
Ementa: Fundamentos das teorias norteadoras da arte e da crítica da arte.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.	
BARRETT, Terry. A crítica de arte : como entender o contemporâneo. 3.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.	
BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional . São Paulo: Martins Fontes, 2009.	
BOURRIAUD, Nicolas. Pós-produção : como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins, 2009.	
KRAUSS, Rosalind E. Caminhos da escultura moderna . 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna : do iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.	
GOMBRICH, E.H. A História da Arte . 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.	
LICHTENSTEIN, Jacqueline (Org.). A pintura : textos essenciais, vol.1, o mito da pintura / direção geral de Jacqueline Lichtenstein ; colaboração de Jean-François Groulier, Nadeije Laneyrie-Dagen e Denys Riout.; coordenação da tradução Magnólia Costa. São Paulo: Editora 34, 2006. V.3.	
LICHTENSTEIN, Jacqueline (Org.). A pintura : textos essenciais, vol. 9, o desenho e cor / direção geral de Jacqueline Lichtenstein; colaboração de Jean-François Groulier,	

Nadeije Laneyrie-Dagen e Denys Riout.; coordenação da tradução Magnólia Costa. São Paulo: Ed. 34, 2006. v. 9.

READ, Herbert Edward Sir,. **Arte e alienação**: o papel do artista na sociedade. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 156 p.

Componente Curricular: Cultura de massa e Formação Docente

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: diagnosticar e compreender os elementos da indústria cultural que possibilitam novas metodologias em sala de aula, aumentando o leque ferramental durante a formação docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Indústria Cultural Sociedade**. São Paulo: Paz&Terra, 2011.

ARAÚJO, Paulo César. **Eu não sou cachorro não**. Rio de Janeiro: Record, 2015

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema**. São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

COSTA, Nelson Barros da. **Música Popular, linguagem e sociedade**. São Paulo: Appris, 2012.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 2004

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Brasília: Perspectiva, 2015.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. Trad. Lauro António e Maria Eduarda Colares. Lisboa: Dinalivros, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos.** São Paulo: Contexto, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Martins. **Como usar a música em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2001.

KATIE, Salem; ZIMMERMAN, Eric. **Regras do jogo.** São Paulo: Edgard Blucher, 2012.

JOST, François. **Compreender a televisão.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARLAND, John. **A linguagem do cinema.** São Paulo: Bookman, 2013.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Rio de Janeiro: Cultrix, 2013.

SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

VERGUEIRO, Waldomiro (org.) **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

Componente Curricular: Projeto Comunitário e educação e sustentabilidade

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A proposição do Projeto Comunitário pelo IFPR. A compreensão da responsabilidade social de cada indivíduo como integrante do contexto social no qual está inserido. O acadêmico como agente de transformação social. A vivência comunitária como fator de aprendizagem para a formação integral. A participação em projetos sociais por meio de atividades com público em situação de vulnerabilidade. Operacionalização da disciplina Projeto Comunitário. Políticas de educação ambiental. Educação Ambiental. Qualidade de vida. Formação acadêmica e inserção social. Exercício do voluntariado. Educação alimentar e nutricional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANCLINI, NG **A socialização da arte: teoria e prática** na América Latina. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**. Brasília: Letraviva, 1999.

BOSI, A. Reflexões sobre a Arte. Porto Alegre: UFRGS, ANPAP, 1993.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, c 1994. 120 p. (Questões da nossa época)

TENÓRIO, F. **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico –elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2000.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUORO, A. A. **O olhar em construção**: uma experiência de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cortez, 1996.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria Cultural**. Ed Brasiliense, 35 edª, 1993.

COSTELLA, A. **Para apreciar a arte**: roteiro didático. São Paulo: SENAC, 1997.

DUARTE JUNIOR, J. F. **Fundamentos estéticos da educação**. Campinas: Papirus, 1988.

HERNANDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASCONCELLOS, C. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2000.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998

Componente Curricular: Educação em Direitos humanos e diversidade

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: História dos direitos humanos. Os mecanismos internacionais de proteção dos direitos e a relação dos movimentos sociais no enfrentamento de questões relacionadas aos direitos humanos. Direitos humanos e cidadania, pressupostos para a democracia. Políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos e o papel dos profissionais da educação para a construção do trabalho coletivo. A diversidade como constituinte da condição humana e a cultura como universo simbólico que caracteriza os diferentes grupos humanos. A educação escolar e a diversidade. A diversidade étnico-racial com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e africanos na formação da cultura brasileira. A diversidade social e as desigualdades econômicas, dominação e discriminação. Gênero e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMOWICZ, A; GOMES, N L. **Educação e Raça:** perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Coleção: cultura negra e identidades. Autêntica, 2011.

ANDRÉ, M (org). **Pedagogia das diferenças na sala de aula.** 7ª edição Campinas: Papyrus, 2006.

ARENDT, H. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo: Ática, 1991. 208 p

CANDAU, V. M. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. 284 p.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar:** Racismo, Discriminação, e Preconceito na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** UNESP, 2007.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil - o longo caminho**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.

PIOVESAN, F. **Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos**. - São Paulo: Rev. Sur, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries**: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, Mec e do Desporto/ Secretaria de Educação Fundamental, 2v. 100 (coleção PCNs) 2 ed. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

DINIZ, M; VASCONCELOS, R. N. (organizadoras), **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**. Formato, 2004.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GALLO, S. **Ética e Cidadania: Caminhos da Filosofia**: elementos para o ensino de Filosofia. 5ª Ed. Campinas: Papirus, 1999.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Internacional**. 14 ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013

TORRES, J. A. G. **Educação e diversidade cultural**: bases dialéticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Elaboração de um projeto de pesquisa individual sobre um tema das artes visuais relacionado ao ensino de arte. Projeto de pesquisa acompanhado de uma

reflexão escrita sobre o tema escolhido que será submetido à apreciação de uma banca examinadora com sua apresentação oral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia de trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRÉ, M. (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

LÜDKE, M. (coord.) **O professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte**: um paralelo entre arte e ciência. Campinas: Autores Associados, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Feliciano de. **Projeto de pesquisa**: o que é? como fazer? : um guia para sua elaboração. 8.ed. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado III

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: O Estágio Supervisionado no ambiente escolar da Educação Básica

e a atuação docente. Planos de Ensino e Projetos Escolares. Fundamentos na análise crítica da realidade educacional, dos referenciais teóricos contemporâneos da área de Artes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Leis, decretos, etc. **Lei nº 9394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

FAZENDA, I. et al. (orgs). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

FERRAZ, M.H.C. de T.; FUSARI, M.F. de R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Arte**. Curitiba: 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: arte/** Secretaria de Educação Fundamental – 3ed. Brasília, 2001.

BURIOLLA, M. A.F. **O estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999 176 p.

BRASIL, **Leis, decretos**, etc. Lei nº 9394/96

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000

PORTELA, K.C. A.; SCHUMACHER, A.J. **Estágio supervisionado: teoria e prática**. 1.ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2007

Componente Curricular: O ensino da fotografia (PCC V)

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: História da fotografia. Conceitos da linguagem fotográfica. Experimentações em diversos meios fotográficos, como máquinas fotográficas digitais, celulares e tablets para criar um repertório voltado as práticas da fotografia em sala de aula, usos da tecnologia na pós-fotografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1993.

KUBRUSLY, Claudio Araújo. **O que é fotografia?** São Paulo: Brasiliense, 1998.

PALACIN, Vitché. **Fotografia - Teoria e Prática**. ED. Saraiva, 2012

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

TARNOCZY JÚNIOR, Ernesto. **Arte da composição**. Balneário Camboriú: iPhoto, 2013. 194p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas: Papyrus, 1999.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p. ISBN 9788520904800 (broch.).

FREEMAN, Michael. **O Olho do Fotógrafo - Composição e Design Para Fotografias Digitais**. Bookman. 2012

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário; o desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo; EDUSP, 1993.

WATZLAWICK, Luciano Farinha (Org.). **Elementos de interpretação fotográfica**. Guarapuava:UNICENTRO, 2007. 95p. ISBN 9788589346439 (broch.).

Componente Curricular: O ensino do Teatro (PCC VI)

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Estudo do Teatro enquanto fenômeno histórico. Proporciona ao aluno o conhecimento das principais configurações do espetáculo teatral de seu início aos dias atuais. Análise e pesquisa dos processos dos principais encenadores e da concepção dos espetáculos na atualidade. Aplicação dos referidos conteúdos nos currículos da educação formal no ensino do Teatro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERTHOLD, Margot. **Historia Mundial do Teatro**. Ed. Perspectiva. 2000.

BRANDÃO, Junito. **Teatro Grego**: tragédia e comedia. Ed. Vozes. 1985.

BRECHT, Bertold. **Estudos Sobre Teatro**. Ed. Nova Fronteira, 1978

CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro**: estudo histórico crítico, dos gregos à atualidade. São Paulo: Unesp, 1995.

GASSNER, J. **Mestres do teatro I**. Trad. A. G. e J. Guinsburg. Ed. Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

CIVITA, Victor. **Teatro Vivo**, Introdução e História. – Ed. Abril Cultural, 1976

GASSNER, J. **Mestres do teatro II**. Trad. A. G. e J. Guinsburg. Ed. Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIRALLES, Alberto. **Novos Rumos de Teatro**. – Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979.

MOUSSINAC, Léon. **História do Teatro**. Lisboa: Bertrand, 1957.

PAVIS, Patrice. **Dicionário do teatro** (Trad. para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira). Ed. : Perspectiva. 1999.

PRONKO, Leonard C. **Teatro**: Leste & Oeste. Ed. Perspectiva, 1996.

ROBERTO FARIA, João. **O Teatro na Estante**. Ed. Ateliê Editorial, 1998

SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno (1880-1950)**. Ed. Cosac & Naify,

2001.

Componente Curricular: O ensino da dança e música (PCC VII)

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Conceitos de Música. Elementos caracterizadores do som. Elementos caracterizadores da Música e Dança. Abordagem de algumas metodologias da educação musical; relação entre expressão corporal e dança; o papel da música e dança na educação; História da dança e música.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, T.A. de. **Música na educação infantil:** propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003

CAMINADA, E. **História da Dança:** evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999

JEANDOT, Nicole. **Explorando o universo da música.** São Paulo: Scipione, 1997

LABAN, R. **Dança educativa moderna.** São Paulo: Ícone, 1990.

_____. **Domínio do Movimento.** São Paulo: Summus, 1978.

OSSONA, P. **A Educação pela Dança.** Vol. 33; São Paulo: Summs Editorial, 1988.

SOUZA, J. (Org.). **Aprender e ensinar música no cotidiano.** 2.ed. rev. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENNETT, R. **Uma breve história da música.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986

BERTAZZO, I. **Cidadão corpo:** identidade e autonomia do movimento. 5 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

FONTEERRADA, M.T. de O. **De tramas e fios:** um ensaio sobre música e educação. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2008.

SAMPAIO, F. **Ballet essencial.** Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

SANTANA, I. **Corpo aberto**: Cunningham, dança e novas tecnologias. São Paulo: EDUC, 2002.

8º PERÍODO

Componente Curricular: Educação: sociedade e cultura

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Diversidade étnica, social e cultural no Brasil. Cultura popular e erudita. Multiculturalismo. Indústria cultural e consumo. Cultura como campo de investigação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. 224 p. (Série fundamentos ; v.18)

CANAU, V.M (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro:DP&A, 2000, 190p.

_____. **Sociedade, educação e cultura(s)**: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. 284 p.

CHAUÍ, M.de S. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FORQUIN, J.-C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas de conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 1993. 205 p.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 90p.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANGENIS, L.F.C. Cultura escolar e práticas disciplinares nas escolas do Rio de Janeiro - século XIX. **Revista de Educação ANEC**, Brasília, DF, v.37, n.147 , p.21-36, jun. 2008.

SILVA, R.M. da C.(Org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília: SEED/MEC, 2008. 246p.

TAHARA, M. **Contato imediato com mídia**. São Paulo, Global, 1986.

TILBURG, J.L. van. **Para uma leitura crítica da televisão**. 4ª. ed., São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.

TISKI-FRANSKOWIAK, I.T. **Homem, comunicação e cor**. 2ª. ed., São Paulo, Ícone, 1991.

VANOYE, F.;GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Campinas, S.P., Papyrus, 1994. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

Componente Curricular: Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no ensino

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Tipos de TIC; Utilização das TIC no ensino das Artes Visuais; apresentação e prática sobre softwares de pós produção imagética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez

BARBOSA, Ana Mae (Org). **Arte/Educação Contemporânea - Consonâncias Internacionais**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIANETTI, C. **Estética digital: sintopia da arte, a ciência e a tecnologia**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2007. 144 p.

NOBRE, J.A.L.S.V.R. A utilização das TIC como novas abordagens no ensino das artes visuais. Conceção e desenvolvimento de recursos multimédia - digital storytelling.

Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação e Ensino à Distância Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia Universidade Aberta, Lisboa, 2012. 132 p.

Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2214/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-JoseNobre.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, M.E.B.T.M.P. de. **Tecnologias na educação:** dos caminhos trilhados aos atuais desafios. Bolema, Rio Claro, SP, v.21, n.29 , p.99-129, abr. 2008

COSTA, G.L.M. **Mudança da cultura docente em um contexto de trabalho colaborativo de introdução das tecnologias de informação e comunicação na prática escolar.** Bolema, Rio Claro, SP, v. 20, n. 27 , p. 1-21, maio. 2007.

HALL, S.; SILVA, T.T. da; LOURO, G.L. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KENSKI, V. Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 58-71, Brasília,1998.

_____. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 9. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 157p. (Série prática pedagógica).

Componente Curricular: Libras

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Abordagem dos aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a fonologia, morfologia e sintaxe, possibilitando ao aluno o uso desta língua em contextos reais de comunicação. Os alunos terão oportunidade e interação com professores surdos por meio de um curso introdutório de LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de

Sinais - **LIBRAS** e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 199

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001 (dois volumes).

CÁRNIO, M.S.; COUTO, M.I.V.; LICHYIG, I. Linguagem e surdez. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 42-53.

ORLANDI, E.P. Identidade lingüística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Elaboração de Pesquisa sobre Artes Visuais e Ensino de Arte, conforme o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, que será apresentado em Banca de Defesa como requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Artes Visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Feliciano de. **Projeto de pesquisa: o que é? como fazer?: um guia para sua elaboração**. 8.ed. São Paulo: Olho d'Água, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDRÉ, M. (org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

LÜDKE, M. (coord.) **O professor e a pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. Campinas: Autores Associados, 1998.

Componente Curricular: Seminário (PCC VIII)

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A disciplina Seminário será desenvolvida sob duas vertentes. A primeira será realizada com palestras de professores e pesquisadores convidados que apresentarão suas pesquisas e artigos enfatizando os aspectos teórico-metodológicos dos seus trabalhos. A segunda vertente será desenvolvida com a apresentação da proposta de TCC e de artigos produzidos pelos acadêmicos. Os seminários do ciclo semestral ocorrerão a cada 15 dias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KRUG, Jorge Gilberto. **A mobilização comunitária** Presença dos Seminários de desenvolvimento de comunidade. São Paulo: Cortez, 1982.

SEMINÁRIO SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1., 1977 nov 3-9, Brasília, DF. **Anais ...** Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1977.

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Unesp - Rio Claro, 1999. 154 p. (Seminários & Debates)

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp - Rio Claro, 1995. 156 p. (Seminários & Debates)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Maria Cândida de Pádua; SCHULZ, Almiro. O advento da república e a educação superior no Brasil: uma mentalidade nova integrada pelo espírito do século e nas exigências do tempo. **História da Educação**, Pelotas, RS, v. 9, n. 17, p. 97-118, abr. 2005

GARCIA, Walter Esteves. **Administração educacional em crise**. São Paulo: Cortez, 1991

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, SP, v. 35, n. 125, p. 81-109, ago. 2005.

MAZZA, Débora. Atos cognitivos presentes na pesquisa e na prática em educação. Idéias-valor que cercam a formação do pesquisador-professor. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v.18,n.54, p. 181-193, dez. 2007

VIDAL, Diana Gonçalves. Anísio Teixeira, professor de professoras: um estudo sobre modelos de professor e práticas docentes (Rio de Janeiro, 1932-1935). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PR, v. 5, n. 14, p. 13-34, abr. 2005.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado IV

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Desenvolvimento de projetos voltados ao ensino Médio. A prática de ensino no ambiente escolar da Educação Básica e a atuação docente. Planos de Ensino e Projetos Escolares. Análise crítica da realidade educacional do ensino de Arte, dos referenciais teóricos contemporâneos e do desenvolvimento de pesquisa pedagógica para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, **Leis, decretos, etc. Lei nº 5692/71:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1971.

PARANÁ. Secretaria de Educação do Estado do. **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – Arte.** Curitiba: 2008.

FERRAZ, M.H.C. de T.; FUSARI, M.F. de R. **Metodologia do ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 1993

LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio (Org.). **Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso:** na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson, Cengage Learning, 2007.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, **Leis, decretos, etc. Lei nº 9394/96:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores.** Secretaria de Educação

Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

FAZENDA, I. et al. (orgs). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem.** Porto Alegre: Artmed, 2000

PORTELA, K.C. A.; SCHUMACHER, A.J. **Estágio supervisionado: teoria e prática.** 1.ed. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2007

Componente Curricular: Optativa II

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

OPTATIVAS

Componente Curricular: Ilustração Científica

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 2

Ementa: A história da Ilustração científica. Os processos perceptivos e representativos do fenômeno biológico. O desenho e a cor aplicados à ilustração científica. Os materiais e técnicas para a ilustração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIM, Rudolf. **Arte & Percepção Visual. Uma Psicologia da Visão Criadora.** Ed. Pioneira: São Paulo.

CARNEIRO, D. **Ilustração botânica: princípios e métodos.** Ed. UFPR, Curitiba. 2012.

EDWARDS, Betty. **Desenhando com o Lado Direito do Cérebro**. 2ª Ed. Ediouro. Rio de Janeiro: 2000.

FUNDAMENTOS do desenho artístico: aula de desenho. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

PEDROSA, Israel. **Universo da Cor**. Ed. SENAC. São Paulo: 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIRALDI, P. M.; SOUZA, S. C. **O funcionamento de analogias em textos didáticos de biologia: Questões de Linguagem**. Ciência & ensino 1:1, 2006.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

HODGES, E. R. S. **The Guild Handbook of Scientific Illustration**. . 2. ed., John Wiley & Sons, Inc. 2003.

RUZZO, C. **Biologia: Educação e Imagens**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, 2004.

SZUNYOGHY, András. **Desenho - a Grande Escola**. H. F. Ullmann.

Componente Curricular: Análise do Discurso Artístico

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A partir das teorias da Análise do Discurso, compreender o funcionamento do Discurso Artístico direcionado para a prática de leitura analítica nas Artes Visuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. Revista Linguagem-Estudos e Pesquisas. Volume. N. 1 –P. 171 -182. 2011.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Lucas. *Especificidade de uma disciplina de interpretação (a análise do discurso no Brasil): alguns apontamentos*. Revista Filologia Linguística. V.17, n.2, p.569-596, jul./dez.2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 15ed. Campinas: Pontes, 2013

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUMONT, Jacques. **A imagem**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus. 2002

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Unicamp, [s.d.].

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTAELLA, L., NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

Componente Curricular: Cerâmica

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Técnicas de utilização da argila em processos cerâmicos, bem como suas possíveis inclusões no ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORBETTA, Gloria. **Manual do escultor**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.

FERREIRA, José Herculano. **Materiais populares na educação artística**. 2.ed., rev. Belo Horizonte: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

MAYER, Ralph. **Manual do artista de técnicas e materiais**. 2.ed. São Paulo: Martins

Fontes, 1999.

SMITH, Ray. **Manual prático do artista**: equipamento, materiais, procedimentos, técnicas. 2.ed. São Paulo: Ambientes & Costumes, 2012.

VALADARES, Solange; DINIZ, Célia. **Arte no cotidiano escolar**. 9. ed. Belo Horizonte: FAPI, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

READ, Herbert Edward Sir,. **Escultura moderna**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENAI. **Fundição artística**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

WITTKOWER, Rudolf. **Escultura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Componente Curricular: Técnicas de Reprodução em Escultura

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Técnicas tradicionais e contemporâneas de reprodução em escultura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORBETTA, Gloria. **Manual do escultor**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: AGE, 2003.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

READ, Herbert Edward Sir,. **Escultura moderna**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SENAI. **Fundição artística**. São Paulo: SENAI-SP, 2012.

WITTKOWER, Rudolf. **Escultura**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A CIÊNCIA antiga e medieval. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Componente Curricular: Fotografia

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: História da fotografia. A estética da fotografia. Conceitos da linguagem fotográfica. Composição. Equipamentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CAMPANY, D.; HACKING, J. **Tudo Sobre Fotografia**. Editora Sextante. São Paulo, 2012.

DUBOIS, P. **O Ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1993.

GONZÁLES FLORES, L. **Fotografia e Pintura**. Dois meios diferentes? São Paulo, Martins Fontes, 2011.

KUBRUSLY, C.A. **O que é fotografia?** São Paulo: Brasiliense, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADAMS , Ansel; BAKER, Robert. **A câmera**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. 204 p.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 14. ed. Campinas (SP): Papirus, 2011. 362 p. (Ofício de arte e forma)

FAGNANI, José Paulo. **Araucária**: cidade-símbolo do Paraná. Curitiba: Natugraf, 2004. 169 p.

FONSECA, Sonia (Coord). **Brasil**: terra esplêndida =: Brazil: splendid land . São Paulo: Terra das Artes, 1998. 239 p.

MACHADO, A. **Máquina e imaginário**; o desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo; EDUSP, 1993

Componente Curricular: Desenho da Figura Humana

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Desenho do corpo humano: desenho anatômico e com modelo vivo que trata o corpo humano como objeto de representação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FUNDAMENTOS do desenho artístico: aula de desenho. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

LOS REYES, E. Ferrán de. **Atlas anatômico do corpo humano**. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1981.

MCMINN, R. M. H.; HUTCHINGS, R. T. **Atlas colorido de anatomia humana**. São Paulo: Manole, 1980.

TROTTA, Marcelo Newton Ferreira (Tradutor). **Esqueletos**. São Paulo: Ática, 1997.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte**: teoria e prática. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BELL, Julian. **Uma nova história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A CIÊNCIA antiga e medieval. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. 16ª Ed, Rio de Janeiro. LTC, 1999.

OCVIRK, Otto G. et al. **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Componente Curricular: Teoria da Composição Visual

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: A linguagem visual como forma de leitura e expressão na arte. A produção visual através dos elementos básicos da linguagem visual e suas possibilidades compositivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIM, Rudolf. **A Arte & Percepção visual. Uma Psicologia da Visão criadora**. Ed. Pioneira: São Paulo, 1992.

DONDIS, D. **Sintaxe da Linguagem Visual**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OCVIRK, Otto G. (et. al). **Fundamento de arte – Teoria e prática**. Editora Mc Graw Hill Educations; tradução: Alexandre salvaterra. - 12 Ed. Porto Alegre, 2014.

OSTROWER, Fayga. **Universo da Arte**. Ed. Campus: Rio de Janeiro, 1983.

SZUNYOGHY, András. **Desenho - a Grande Escola**. H. F. Ullmann.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARNHEIN, R. **Intuição e Intelecto na Arte**. 2º Ed. Martins Fontes. São Paulo: 2004.

DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho**: desenvolvimento do grafismo infantil. Série: Pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 1994.

DUBOIS, P. **O Ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1993.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão**. Um Estudo da Psicologia da Representação pictórica. Martins Fontes. São paulo, 1986.

UPTON, Ellen; MILLER, J. Abbott. **ABC da Bauhaus**: a Bauhaus e a teoria do design. São Paulo: Cosac & Naify, 2008. 67, [5] p. ISBN 9788575037355 (broch.)

Componente Curricular: Canto coral

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Estudo e realização de um repertório Coral que poderá abranger vários estilos musicais. Técnica vocal – classificação das vozes e a estrutura Coral. Exercícios de afinação. Integração entre regente e coro. Propiciar ao aluno a prática do Coral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIMA, M.R.R. de. **Exercícios de teoria musical**: uma abordagem prática. 6.ed. São Paulo: Embriform, 2004. xv,167p.

LUZ, R.R. da. Canto coral e suas manifestações na realidade escolar. Palmas, 2004. 119 p. **Monografia** (Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais) Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná - UNICS, 2004.

MATHIAS, N. **Coral**: um canto apaixonante. Brasília: MusiMed, 1986. 119p.

TAVARES, I.M.; CIT, S. **Linguagem da música**. Curitiba: IBPEX, 2008. 128p. (Metodologia do Ensino de Artes ; 6).

TINHORÃO, J.R. **Pequena história da música popular**: da modinha à canção de protesto. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1978. 237 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. de. **Pequena história da música**. 6ª Ed. São paulo: Livraria Martins Fontes, 1967.

_____. **Aspectos da música brasileira**. São paulo: Martins Fontes, 1965.

BECKER, R.N. **Musicalização**: da descoberta à consciência rítmica e sonora. 2ª ver. Ampl. Unijuí, 1989.

BENNET, R. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

HOLST, I. **ABC da música**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. xvi, 291 p. (Coleção opus ; 86)

MED, B. **Teoria da música**. 4. ed., rev. e ampl. Brasília: MusiMed, 1996. 420 p. (Série musicologia ; 17).

PILHOFER, M.; DAY, H. **Teoria musical para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. 336p. (Para leigos).

Componente Curricular: Educação Musical

Carga Horária (horas): 67

Créditos: 04

Ementa: Percepção da aplicação de abordagem metodológica em múltiplos contextos. Aquisição de ferramentas didáticas com fim ao aprimoramento do processo de Musicalização. Exemplos de práticas contextualizadas analisadas criticamente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, T.A. de. **Música na educação infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003. 204p

NICOLAU, A.C.R. (et al.). **Fazendo música com crianças**. – Curitiba, PR: Editora UFPR: Musicalização Infantil UFPR, 2011.

PENNA, M. **Música(s) e seu ensino**. 2.ed.rev.e.ampl. – Porto Alegre: Sulina, 2010.

SCHAFFER, R. M. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Educação Sonora**: 100 exercícios de escuta e criação de sons. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

_____. O ouvido pensante. Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal; revisão técnica de Aguinaldo José Gonçalves. – 2ª.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, R.N. **Musicalização**: da descoberta à consciência rítmica e sonora. - 2.ed. ver.e.ampl. – Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1989.

FONTEERRADA, M.T. de O. **De tramas e fios**: um ensaio sobre música e educação. - 2ª.ed. – São Paulo: Editora UNESP, Rio de Janeiro:Funarte, 2008.

MATEIRO, T.; ILARI, B. (org). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: IbpeX, 2011.

MED, Bohumil. Teoria da música. 4ª edição revista e ampliada. Brasília, DF: Musimed, 1996.

TAVARES, I.M.; CIT, S. **Linguagem da música**. Curitiba: IBPEX, 2008. 128p. (Metodologia do Ensino de Artes ; 6).

TINHORÃO, J.R. **História Social da Música Brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

Componente Curricular: Flauta doce

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Procedimentos de aquisição da técnica básica do instrumento flauta doce através da compreensão dos problemas básicos do aprendizado instrumental. Construção da percepção interpretativa e das concepções estilísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNET, R. **Elementos básicos da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BECKER, R. N. **Musicalização**: da descoberta À consciência rítmica e sonora. 2 ver. E ampl. Unijuí, 1989.

MAHLE, M.A. **Primeiro caderno de flauta-block**. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1956.

MONKEMEYER, H. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo, Ricordi. Parte 1. Traduzido e adaptado por Sérgio Oliveira de Vasconcellos Corrêa, 1976.

TEIXEIRA, W.M. **Caderno de Musicalização**: Canto e Flauta Doce. Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2008.

TIRLER, H. Vamos Tocar Flauta Doce - V. 1 - 38 Cancoes Brasileiras (Português). Editora Sinodal, 1992. 56 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORÉM, F. **Metodologia de pesquisa em performance musical no Brasil**: Tendências, alternativas e relatos de experiência. Cadernos da Pós-Graduação – Instituto de Artes da UNICAMP, v. 5, n. 2, 2001.

HARDER, R. **Repensando o papel do Professor de Instrumento nas Escolas de Música Brasileiras**: novas competências requeridas. Musica.

IVO, L.F. A prática coletiva da flauta doce no contexto do ensino superior: uma investigação de três grupos musicais ligados à universidades. **XXII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical**. Natal/RN, 2015.

Disponível em:

<http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/xxiicongresso/xxiicongresso/paper/viewFile/1499/407>

SOUZA, J. (Org.). **Aprender e ensinar música no cotidiano**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SOUZA, J. **Educação musical e práticas sociais**. Revista da ABEM, Porto Alegre, v.10, mar. 2004.

Componente Curricular: Danças folclóricas

Carga Horária (horas): 33

Créditos: 02

Ementa: Conhecer as danças folclóricas e seus elementos formadores, como também a relação entre as danças e as músicas características. Os alunos também perceberão os elementos formadores da dança nas danças folclóricas. Criarão atividades práticas para serem utilizadas em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO, E. **Folguedos Tradicionais**. 2.ed. – Rio de Janeiro:FUNARTE/INF, 1982

LIMA, L.M.; FERNANDES, L.P.; SANTOS, R.C. Manifestações da cultura afro-brasileira na dança: em cena o Maculelê. In **Currículo em Debate – Goiás**. Goiânia, 2010.

FRISCH, Karl von. **Nós e a Vida**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1975.

MEGALE, N.B. **Folclore brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999

LABAN, R. **Dominio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

OSSONA. P. A Educação pela Dança. Vol. 33; São Paulo: SummsEditorial, 1988

SOARES, Doralécio. Boi-de-mamão catarinense. Rio de Janeiro: MEC, 1978

VIANNA, H. **Folclore brasileiro: Bahia**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Assuntos Culturais. Fundação Nacional de Arte – FUNARTE. Instituto Nacional do Folclore. – Rio de Janeiro, 1981

TAVARES, I.M. **Educação Corpo e Arte**. Curitiba: IESDE, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALLENDER, D. **Histórias da ciranda**: silêncios e possibilidades. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 113- 132, mai. 2013.

Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/10176>. Acesso em: 11

dez. 2015

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Global, 2002. 2 v.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL. **Fandango Caiçara**: Expressões de um Sistema Cultural. Dossiê de Registro do Fandango Caiçara. Dezembro, 2011. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Dossie_fandango_caicara1.pdf

_____. **IRNC do Maracatu Nação**. Inventário Nacional de Referências Culturais. Dossiê.

Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf

_____. **Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, 2006. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_SambaRodaReconcavoBaiano_m.pdf.

SEM AUTOR. **Danças Folclóricas brasileiras**. Disponível em:
www.unicamp.br/folclore/Material/extra_dancas.pdf

3.10 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular é obrigatório para todos os alunos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR, *Campus Palmas* e está definido de acordo com o Projeto Político Pedagógico deste curso e pelas resoluções que normatizam a formação do professor, visto como um momento privilegiado do processo de formação do educador.

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Artes Visuais deve ser realizado em escolas de educação básica, respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Também, deve ser

desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e deve ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Para a formação de professores da Educação Básica, entende-se o estágio curricular como uma atividade privilegiada pelo diálogo crítico com a realidade favorecendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Estágio Curricular em artes visa propiciar o exercício pedagógico de manifestações da cultura visual, cênico, musical e corporal, enfatizando seus aspectos sócio, histórico-culturais. Embora o campo de atuação dessa prática seja amplo, é importante ressaltar sua especificidade, ou seja: os aspectos estéticos, artísticos e culturais de mediação e construção da realidade e do relacionamento humano diferenciando-se, no entanto, dos processos de arte terapia e de assistencialismo social.

O estágio curricular promove a aproximação do aluno com a realidade do campo de trabalho, estabelecendo pontes entre a teoria e a prática deste ensino. Favorece o confronto com a diversidade das práticas, com as dificuldades do campo, com os desafios institucionais, fazendo do estágio um laboratório de descoberta de possibilidades de superação e avanços metodológicos.

Buscamos os processos interdisciplinares e multiculturais críticos do ensino de arte. Geralmente a educação básica encontra-se presa a uma concepção polivalente de ensino de arte, superada historicamente pelos arte educadores mas ainda vigente nas práticas escolares.

O Estágio curricular, no Curso de Artes, de acordo com as normas gerais do IFPR, visa criar um espaço para que o licenciando interaja com os ambientes de ensino experimentando uma pluralidade de contextos educacionais nos quais o ensino/aprendizagem de artes acontece ou possa vir a acontecer. A pretendida interação deverá ser buscada através do estudo, da

pesquisa (investigação), da observação, da reflexão e da intervenção pedagógica na escola-campo.

O estágio curricular trata-se de uma atividade privilegiada pelo diálogo crítico com a realidade favorecendo a articulação entre ensino-pesquisa-extensão.

O estágio supervisionado obrigatório está organizado em cinco níveis:

- **Estágio I** - Pesquisa de campo em diversas situações de ensino de arte. Mapeamento de possibilidades, reconhecimentos de territórios; de multiplicidade; diferentes construções de projetos pedagógicos (Ensino formal municipal e estadual, projetos com Educação de Jovens e Adultos, escolas particulares, Fundações, etc.). Entender a diversidade das situações de ensino e das maneiras onde arte tem espaço. Elaboração descritiva e analítica de um relatório de campo.
- **Estágio II** – Imersão no cotidiano escolar formal (ensino fundamental e médio).
Objetivos e procedimentos de análise de práticas pedagógicas em artes em contextos diferenciados de educação formal. Prática pedagógica como prática social: análise de processos pedagógicos e da estruturação do trabalho docente. Observação das relações profissionais na escola-campo. Acompanhamento e análise de planejamento pedagógico, administrativo, político e cultural. Observação da estrutura da rotina escolar, da construção e viabilização do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Projeto de Desenvolvimento Escolar – PDE.
- **Estágio III** - Imersão em situações de ensino não-formal. Mapeamento e imersão em experiências de ensino não formal que privilegiem experiências de arte e cultura. Acompanhamento e análise da estrutura dos projetos, dos financiamentos para políticas artísticas e culturais. Observação de projetos

e formas de planejamento e avaliação de projetos que envolvam relações de arte e trabalho, recuperação social, etc.

- **Estágio IV** - Elaboração de projetos – Definição de um espaço para estágio (ensino formal ou não formal) elaboração do projeto em parceria – escola e comunidade – na viabilização e desenvolvimento de materiais e recursos a serem utilizados no projeto.
- **Estágio V** - Desenvolvimento da Intervenção pedagógica. Aplicação da proposta desenvolvida no estágio IV. Desenvolvimento de uma ação concreta que fique na escola e/ou nos espaços do estágio mesmo depois do término deste. Avaliação em processo e em parceria das etapas do projeto. Elaboração do relatório final.

O estágio curricular é uma das exigências relevantes para a qualificação do professor em formação. Nesse sentido, é importante buscar estudos que sejam significativos para as áreas das Artes, contribuindo para a construção de novos saberes na área e favorecendo a edificação de novas proposições para o seu ensino.

As normas emanadas dos órgãos colegiados do Instituto Federal do Paraná apontam o estágio como sendo uma atividade curricular de base eminentemente pedagógica e de caráter integrador, classificando-os em obrigatórios e não obrigatórios, sendo concebidos como um processo de construção de conhecimento cuja especificidade é promover o desenvolvimento da capacidade de intervenção em uma perspectiva histórico crítica do Ensino de Arte.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios se situam dentro do contexto da formação do futuro professor de Ensino de Arte como um espaço da *práxis*, isto é, do tensionamento da relação teoria prática, espaço de promoção de um trabalho de intervenção consciente e que vise à formação de sujeitos participantes no processo de (re)construção social.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Não Obrigatórios são realizados ao longo do curso, com vistas a proporcionar, aos estagiários, as experiências profissionais, socioculturais e científicas, mediante vivências similares às que encontrará no seu exercício profissional, integrando os diferentes componentes curriculares e desenvolvendo os necessários saberes, conhecimentos, habilidades e competências exigidos pelo mundo do trabalho.

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR, *Campus* Palmas prevê a realização de quatro estágios curriculares obrigatórios, sendo eles: o Estágio I – nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o Estágio II – Anos Finais do Ensino Fundamental (6º e 7º ano); o Estágio III – Anos Finais do Ensino Fundamental (8º e 9º ano); Estágio IV - Ensino Médio.

A carga horária total dos estágios é de 400 horas, em consonância com a Resolução CNE/CP 02/2015 e Resolução 02/2013 CONSUP/IFPR, distribuídos a partir da segunda metade do curso, ou seja, do quinto semestre. Os estágios não obrigatórios terão suas cargas horárias definidas de acordo com a Lei 11.788/2008.

A redução da carga horária do estágio obrigatório poderá ocorrer na seguinte situação:

a) De acordo com a Res. nº 02/2015, Art. 15, § 7º, “Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas”.

Os acadêmicos contam, em todos os estágios, com pelo menos um Supervisor de Estágios, que é o professor de Ensino de Arte que atua no local onde o estágio é desenvolvido ou, na ausência deste, por um pedagogo em cargo de gestão na escola, mediante consulta e aprovação pela Coordenação de Estágios. Esta mesma orientação e acompanhamento deverão ocorrer para os estágios não obrigatórios.

No estágio não obrigatório os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Artes Visuais poderão atuar a partir do primeiro período do curso, como auxiliares nas áreas de atuação abaixo relacionadas com supervisão direta de profissionais formados na área e/ou com experiência na área de atuação na Unidade Concedente. As áreas de atuação são:

- Auxiliares do professor de Arte na educação formal (escolas Municipais, estaduais e particulares)
- Auxiliares de professores e/ou monitores de artes na educação não formal (centros Culturais, escolas de artes, museus, centro da juventude e outros)

3.11 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Licenciatura em Artes Visuais segue o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do IFPR o qual diz que é componente curricular dos Cursos de Graduação do IFPR- *Campus* Palmas, deve contemplar aspectos pertinentes à formação profissional ou ao curso de graduação sendo desenvolvido mediante acompanhamento, orientação e avaliação do docente responsável.

De acordo com o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso do IFPR, o Trabalho de Conclusão de Curso é requisito essencial e obrigatório para a conclusão do curso e obtenção do diploma, previsto no Projeto Pedagógico de Curso - PPC, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do respectivo curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso como componente curricular, deve inter-relacionar conteúdos, disciplinas e experiências cotidianas, dentro e fora da instituição, para desenvolver, aplicar e ampliar os conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo por base a pesquisa.

Art. 2º O Trabalho de Curso pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

- I - monografia;
- II - projeto de iniciação científica com produção de relatório final;
- III - artigo científico;
- IV - produto.

Art. 3º São objetivos do Trabalho de Curso:

- I - oportunizar ao discente a iniciação à pesquisa, levando-o à prática acadêmico-profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional ou nacional;
- II - subsidiar o processo de produção do conhecimento, contribuindo para o aprofundamento dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do Projeto Pedagógico de Curso.

No Curso de Artes o Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado individualmente e apresentado na modalidade de monografia para uma Banca Examinadora, a qual atribuirá conceito de D a A.

O Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao término do curso será orientado por docente com formação na área de artes e docência em conteúdos curriculares do curso.

3.12 Atividades Complementares

A Proposta Metodológica do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas está fundada na articulação teórico-prática e numa abordagem transdisciplinar que articule os três núcleos que norteiam o campo de atuação da universidade, respectivamente: o ensino, a pesquisa e a extensão, visto que é o que se propõe até o momento nas Diretrizes Gerais para as Licenciaturas/SESU, para as Diretrizes para o ensino das Artes Visuais/CNE, bem como os PCNs e as Diretrizes Curriculares em Arte/Artes

para a Educação Básica do Paraná.

Tal como exposto no parecer CNE/CP nº 009/2001.

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional (CNE, 2001, p. 22).

Dessa forma, a prática acontece articulada ao restante do curso, devendo permear toda a formação do aluno.

Ainda sobre a indissociabilidade entre a teoria e a prática, Paulo Freire afirma que os discursos teóricos, necessários à reflexão crítica, têm de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. (FREIRE, 1996, p.44)

A abordagem transdisciplinar abrange uma compreensão da realidade que deve estar pautada na complexidade como recurso epistemológico. O conhecimento, nesse sentido, acontece de forma dinâmica, de modo que o real não se fixe em formas estáticas do próprio conhecimento. Entende-se assim, que a sua tarefa é integrar as disciplinas, superando esse caráter disciplinar, a partir do diálogo permeado por diferentes configurações epistêmicas.

Deve-se dar ênfase na promoção do conhecimento artístico capaz de articular métodos entre o fazer artístico, a apreciação da obra de arte e o processo de contextualização histórico e social.

No que se refere ao fazer é necessário conhecer e experimentar as diferentes técnicas e gêneros que compõe o universo das Artes .

A contextualização deve se processar através do estudo da dinâmica histórica e cultural da estética e do exercício de leitura da obra de arte, como também da

identificação da realidade sociocultural dos diversos espaços nos qual o ensino das Artes Visuais pode ser desenvolvido, diagnosticando interesses e necessidades da comunidade envolvida.

A articulação do ensino, pesquisa e extensão podem ser efetuadas por intermédio do desenvolvimento de projetos institucionais, que incentivem as viagens culturais, espaços diversos de ensino das Artes e organizações comunitárias, envolvendo equipes multiprofissionais que possam compartilhar o trabalho de pensar, gerenciar e avaliar o ensino e ações educativas com os professores em formação, docentes, profissionais da área e a comunidade. A Resolução 02/2009, de 20 de março de 2009, do UNICS estabelece os critérios para convalidação das atividades de Formação Complementar. Os procedimentos para a validação das atividades complementares devem obedecer a entrega dos documentos comprobatórios à Coordenação do Curso, para posterior análise e validação do Relatório de Atividades, sendo o cômputo de horas realizado com base na carga horária registrada nas declarações, certificados ou outros títulos apresentados pelos alunos.

As Atividades Complementares em Artes proporcionam ao corpo discente a busca de conhecimentos em atividades extracurriculares, objetivando e inculcando no mesmo a responsabilidade em participar dos acontecimentos culturais a sua volta.

As Atividades Complementares estão voltadas às atividades de observação e entendimento das diversas formas de elaboração da obra e da cultura visual, devendo ser vivenciadas em atividades extracurriculares, enriquecendo e inculcando nos alunos a responsabilidade em participar dos acontecimentos culturais que se inserem à sua volta. Estas Atividades compreendem:

- Visitas a exposições em museus, ateliês, galerias de artes, espaços culturais e outros, observando o espaço expositivo, o sistema de montagem, a curadoria e as obras em questão;

- Participações e montagens de exposições internas e externas ao ambiente acadêmico;
- Apreciação de peças de teatro, filmes, shows musicais, shows de danças e outros eventos, desde que os conteúdos dos mesmos sejam pertinentes ao desenvolvimento curricular do curso de Licenciatura em Artes Visuais e que sejam observados os mesmos itens do tópico de exposições;
- Participações (como aluno) em cursos, palestras, workshops e outros.
- A comprovação das Atividades Complementares em Artes será mediante a apresentação de relatórios contendo os seguintes itens:
 - Ingressos, folder, convites, críticas jornalísticas e/ou outro material impresso que comprove a ida do aluno aos eventos;
 - Relatórios digitados, datilografados ou manuscritos de cada atividade cumprida, especificando e descrevendo o evento, o número de horas, a sinopse/resumo da obra (no caso de peças de teatro, filmes e shows) e o parecer (observação crítica) do aluno. Todos os relatórios deverão ser avaliados e assinados pelos docentes orientadores. Existe um modelo padrão de relatório e o mesmo deverá ser seguido pelo discente; Registros gráficos (desenhos ou esboços) das obras visitadas, enumerados e ordenados como um “diário visual” dos conteúdos vivenciados. Sugere-se que nestes registros sejam identificados o dia e a hora em que foram feitos.

4. CORPO DOCENTE

4.1 Corpo Docente

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional	Disciplina
Luiz Ney Toderó	Mestre	40 h DE	Ensino Superior – 11 anos. Experiência Profissional – 12 anos e meio	Desenho I (Turmas 1 e 2) Desenho II (Turmas 1 e 2) Pintura I (Turmas 1 e 2) Pintura II (Turmas 1 e 2) TOTAL: 32 horas Semestres pares: 16 horas Semestres ímpares: 16 horas
Douglas C. Parra Sanches	Mestre	40 h DE	Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	História da Arte Ocidental I História da Arte Ocidental II História da Arte Ocidental III Escultura I Escultura II Formas Contemporâneas Tridimensionais O Ensino da Escultura (PCC) TOTAL: 30 horas Semestres pares: 14 horas Semestres ímpares: 16 horas
Neuza de Fátima da Fonseca	Especialista	40 h DE	Magistério superior: 4 anos Experiência Profissional: 23 anos e 6 meses	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena PCC – Ensino de gravura História da Arte Brasileira e Paranaense I História da Arte Brasileira e Paranaense II Cultura de Massa e Formação Docente Estágio Curricular Supervisionado I Estágio Curricular Supervisionado II Estágio Curricular Supervisionado III Estágio Curricular Supervisionado IV TOTAL: 30 HORAS Semestres pares: 14 horas Semestres ímpares: 16 horas

Magda Salete Vicini	Doutor	40 h DE	Magistério Superior: 19 anos Experiência Profissional: 19 anos	Ensino de Arte Fundamentos da Arte I Fundamentos da Arte II Leitura de imagem e Semiótica Grafitti e Muralismo TCC I TCC II TOTAL: 20 horas Semestres pares: 10 horas Semestre ímpares: 10 horas
Tiago Scalvenzi Sául	Mestre	40 h DE	Magistério Superior: 1 ano e 6 meses Experiência Profissional: 2 anos e 6 meses	Iniciação científica Metodologia de Ensino, pesquisa e extensão O ensino da Dança e da música (PCC) Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino Editoração Educação: sociedade e cultura brasileira Optativa 1 TOTAL: 20 horas Semestre par: 14 Semestre ímpar: 6
Professor DE 1				Projeto comunitário e Educação e sustentabilidade Poéticas Contemporâneas O ensino de teatro Teoria e Crítica da Arte Seminário (PCC) Optativas 2 e 3 TOTAL: 20 horas Semestre par: 12 horas Semestre ímpar: 8 horas
Professor DE 2				Museu O Ensino da Fotografia (PCC) O Ensino do Desenho (PCC) O Ensino da Pintura (PCC) TOTAL: 22 horas Semestres pares: 10 horas Semestres ímpares: 12 horas

*** O Colegiado de Artes Visuais possui 10 h/r na disciplina Artes no Ensino Médio.**

4.1.1 Atribuições do Coordenador

Conforme o Artigo 1º da Portaria nº 283/2011, a normatização das atribuições das Coordenações de Cursos, no âmbito do *Campus Avançado de Palmas* é até a

aprovação do Regimento Interno do Instituto Federal do Paraná por seu Conselho Superior. No Artigo 2º refere-se que compete ao Coordenador de Cursos as atribuições de:

XIII. integrar o planejamento e a ação didático- pedagógico dos cursos sob sua coordenação;

XIV. executar as deliberações do Conselho Superior;

XV. cumprir as determinações dos órgãos diretivos;

XVI. presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

XVII. organizar e registrar as reuniões do Colegiado de Curso sob sua coordenação para os assuntos que sejam de interesse dos cursos.

XVIII. assessorar à coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas das áreas de conhecimento ofertadas;

XIX. presidir a sessão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;

XX. fornecer à Coordenação de Ensino , conforme calendário, e após a reunião do Colegiado do curso, os resultados do período avaliativo, bem como os diários de classe, devidamente preenchidos;

XXI. supervisionar o cumprimento da carga horária do curso coordenado, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;

XXII. orientar o corpo discente e docente do curso sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino que lhes possam interessar;

XXIII. planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino as atividades de Orientação Educacional;

XXIV. conhecer o material didático elaborado pelo corpo docente para os cursos sob sua coordenação;

XXV. supervisionar o preenchimento do registro de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os;

XXVI. zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação e eixos específica;

XXVII. articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;

XXVIII. adotar os princípios pedagógicos de Identidade, Diversidade e Autonomia, da Interdisciplinaridade e da Contextualização como estruturas dos currículos do ensino médio profissionalizante;

XXIX. garantir que as grades curriculares cumpram as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais dispositivos legais;

XXX. elaborar, com auxílio dos professores, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades dos cursos .

XXXI. as Coordenações de cursos terão como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, do Ministério da Educação e serão as seguintes: Coordenação de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Coordenação de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Coordenação de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Parágrafo Único – O coordenador de curso será escolhido dentre os docentes que atuam no curso e com formação na área em que o curso está inserido.

Para o desenvolvimento das atividades inerentes à coordenação do curso, a instituição prevê 16 horas específicas para este fim no plano de trabalho docente.

4.1.2 Experiência do Coordenador

O coordenador do curso é formado em Licenciatura Em Desenho, pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1995) e Mestre em Artes Visuais, pela Universidade Federal da Bahia. Possui sete anos e meio de experiência no magistério, atuando na educação básica por um ano e seis anos no Ensino superior.

Atua como docente no Curso de Licenciatura em Artes Visuais no IFPR – *Campus*, desde o início de suas atividades, em junho de 2010. Assumiu a coordenação do curso em julho de 2010, com a tarefa de conduzir o trabalho de reconstrução do projeto pedagógico do curso, tanto no colegiado de curso quanto no núcleo docente estruturante.

4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, de acordo com a Resolução CONAES nº. 01/2010, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, devendo ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, o NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica no Curso, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Os docentes que compõem o NDE do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do

IFPR *Campus* Palmas são responsáveis pela organização didática- pedagógica do curso, além da elaboração e aprovação dos documentos oficiais do Curso, como o Projeto Pedagógico do Curso e a grade curricular, entre outros. O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso é formado pelos professores listados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Professores formadores do NDE do curso de Licenciatura em artes visuais

Douglas Colombelli Parra Sanches
Luiz Ney Todero
Magda Salete Vicini
Neuza de Fátima da Fonseca
Tiago Scalvenzi Sául

4.1.4 Colegiado de Curso

O colegiado do curso de Licenciatura em Artes Visuais é um órgão consultivo e de assessoramento do Coordenador do Curso, sendo constituído pelo Coordenador do Curso que o presidirá, pelos docentes que participam das atividades do curso e por 02 (dois) representantes discentes, indicados pelos alunos matriculados no curso.

Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

I – Coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

II – Os docentes estão condicionados ao exercício da docência no curso e devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;

III – Um ano para os representantes discentes, não permitida a recondução.

Os representantes discentes terão 01 (um) suplente cada, indicado pelos alunos matriculados no curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

I – Aprovar os planos de ensino dos componentes curriculares do curso, observando as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II – Distribuir as disciplinas e horários a cada semestre letivo observando alguns critérios de escolha das disciplinas e horários: primeiro a escolher serão os professores com mais tempo de efetivo exercício no Campus, segundo, a formação voltada para os componentes curriculares, e para desempate, se for o caso, pela maior formação.

III – Coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógicas do curso;

IV – Coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do Curso, propondo, se necessário, as devidas alterações;

V – Emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenação do curso;

VI – Propor ao Conselho Superior medidas e normas referentes ao funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão, às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógicas necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;

VII – Zelar pela fiel execução dos dispositivos regimentais e demais regulamentos e normas do IFPR;

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, preferencialmente na primeira semana de cada mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais ou a requerimento de 03 membros, de acordo com a relevância julgada por quem convocar.

O comparecimento dos membros do Colegiado às reuniões é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica.

Das sessões são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte.

As deliberações são realizadas por maioria dos presentes na sessão.

A distribuição das horas de trabalho dos docentes do colegiado são distribuídas ao longo da semana segundo critérios de contratação previstos na Legislação Federal – Lei nº 7.596/87, de 10/04/87, Decreto Federal 94.664, de 23/07/87, Portaria nº 475, de 26/08/87 e Lei 11.784, de 22/09/08, tem a seguinte distribuição, de acordo com a citada legislação: no mínimo 12 e no máximo 16 horas semanais para aula, 04 horas para manutenção de ensino e 04 para apoio ao ensino.

4.1.5 Políticas de Capacitação Docente

A Resolução Nº 48/11, normatiza o Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR no seu artigo primeiro ao artigo quinto. O Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos contemplará, quando possível, os seguintes níveis formativos, nas modalidades EAD e presencial:

- I. Cursos de Graduação;
- II. Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*: aperfeiçoamento e especialização;
- III. Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: mestrado e doutorado;
- IV. Estágio Pós-Doutoral;

Outros cursos, estágios, intercâmbios acadêmico-profissionais ou atividades de capacitação, no interesse da Administração.

Além dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a formação permanente do corpo docente será objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

4.1.6 Plano de Cargos e Salários dos Docentes

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro docente constituído a partir de concurso público de provas e títulos. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei n. 11.784/2008.

A remuneração docente se constitui dos seguintes componentes:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- GEDBT (art. 116) e

III- Retribuição por Titulação - RT (art. 117)

A carreira docente se divide em seis classes:

- D I, D II, D III, D IV, D V e PROFESSOR TITULAR.

As classes D I, D II e D III contém 4 níveis: 1, 2, 3 e 4.

- A classe D IV contém 1 nível.

- A Classe D V contém 3 níveis.

- Professor Titular possui nível único.

A progressão na carreira pode ser dar de duas formas:

1) Progressão funcional por Titulação – O servidor receberá RT (Retribuição por Titulação) equivalente à titulação.

2) Progressão por desempenho acadêmico (progressão por mérito mediante avaliação de desempenho, realizada a cada 24 meses).

4.2 Corpo Técnico-Administrativo

Segundo o art. 45 do Estatuto do Instituto Federal do Paraná, em vigência “o

corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional”. O servidor Técnico Administrativo em educação deve ter como diretriz de suas ações e decisões, o comprometimento com o resultado do seu trabalho em prol da sociedade, o valor ao ente público e a disseminação da cultura de que todos possuem uma atribuição de fundamental importância para o desenvolvimento desta autarquia. Espera-se ainda, desses servidores, o conhecimento da missão e valores do Instituto Federal do Paraná, bem como sua finalidade e objetivos. Além disso, servidores que almejem a qualificação, capacitação e a formação continuada.

Entende-se que o papel dos servidores Técnico Administrativos deve ser o de compromisso com a Instituição e com a qualidade no serviço prestado interna e externamente à comunidade. Ele precisa estar consciente de seus direitos e deveres como cidadão e servidor, o que se denota de relevante importância definir uma ética institucional vinculada à função social do Instituto Federal do Paraná – *Campus Palmas*, a qual poderá servir de referência para todas as ações desenvolvidas pelos servidores no âmbito institucional. Ainda, mister citar que deve-se buscar expandir a participação do servidor em projetos institucionais, propondo-lhe desafios que o estimulem em suas potencialidades.

O corpo técnico-administrativo necessário ao curso abrange as atividades de Secretaria Geral, Biblioteca, entre outras, comuns à todos os cursos da instituição, cujas atribuições estão regulamentadas, no âmbito de cada setor ou área, para atender com a necessária qualidade as demandas cotidianas de uma instituição de ensino que abrange cursos superiores e cursos técnicos.

O *Campus Palmas* conta, atualmente, com os técnicos administrativos indicados no QUADRO 2:

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência	Função
Adriana Padilha Terres Lopes	Ciências Contábeis	40h/semanais	19 anos	Assistente em Administração
Alessandra Pereira do Amaral dos Santos	Letras	40h/semanais	15 anos	Assistente em Administração
Alessandro Cesar da Luz	Ensino Médio – Graduando em Letras	40h/semanais	02 anos	Auxiliar de Biblioteca
Allisson Roberto Siviero	Jornalismo/Direito	40h/semanais	06 anos	Auxiliar de Biblioteca
Andrea Klug	Administração	40h/semanais	06 anos	Assistente em Administração
Andrey de Campos	Ensino Médio – Graduando em Química	40h/semanais	02 anos	Técnico em Laboratório
Celso Augusto de Oliveira Cristófoli da Silva	Pedagogia	40h/semanais	02 anos	Pedagogo
Caio Cesar Fernandes Chudzik	Administração	40h/semanais	02 anos	Assistente em Administração
Cledes Terezinha De Oliveira	Biologia/ Farmácia	40h/semanais	07 anos	Técnica de Laboratório/Biologia
Diego Spader	Sistemas de Informação	40h/semanais	07 anos	Técnico em Informática
Douglas Silva do Prado	História	40h/semanais	03 anos	Técnico em Assuntos Educacionais
Edson Alberto Becker	Ciências Contábeis	40h/semanais	02 anos	Técnico em Contabilidade
Eduardo Stachera	Ensino Médio – Graduando em Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Everton Luís Machado	Ciências Contábeis	40h/semanais	07 anos	Contador
Fábio Pereira de Sá	Ciências Contábeis	40h/semanais	05 anos	Assistente em Administração
Francisco José dos Santos Neto	Sistemas de Informação	40h/semanais	06 anos	Assistente em Administração
Jordana Lemke Gonzalez	Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Joselha Cristina Dal Bello	Serviço Social	40h/semanais	07 anos	Assistente Social
Josiane Comarella	Biblioteconomia e Letras	40h/semanais	20 anos	Bibliotecária/Documentalista
Juliana Eloize Magro	Pedagogia	40h/semanais	10 anos	Pedagoga
Jussara Aparecida Mazalotti Danguy	Gestão Pública	40h/semanais	06 anos	Auxiliar de Biblioteca
Lilian Lucht Carneiro	Administração e Direito	40h/semanais	10 anos	Administradora
Luciana Simões dos Reis Oliveira	Administração	40h/semanais	13 anos	Assistente em Administração
Luciano Barfknecht	Comunicação Social – Jornalismo	40h/semanais	02 anos	Assistente de Alunos
Luiz Henrique Mazalotti Danguy	Gestão Pública	40h/semanais	08 anos	Assistente em Administração
Maísa de Proença Pereira	Ensino Médio – Graduanda em Administração	40h/semanais	07 anos	Auxiliar de Biblioteca
Márcia Adriana Andrade Silva	Pedagogia/ História	40h/semanais	03 anos	Pedagoga
Marcos Raphael Loyola Danguy	Tecnologia em Eletrônica	40h/semanais	02 anos	Assistente em Administração
Marinez Carvalho	Assistência Social	40h/semanais	11 anos	Assistente Social
Melânia Dalla Costa	Pedagogia	40h/semanais	24 anos	Tradutora Intérprete de Línguas
Miguel Ângelo Santin	Ensino Médio – Graduando em Gestão Pública	40h/semanais	10 anos	Assistente em Administração

Rosana Tortelli Favetti	Ciências Econômicas	40h/ semanais	15 anos	Auxiliar de Biblioteca
Tatiane Maciel Farias	Ensino Médio – Graduanda em Direito	40h/semanais	03 anos	Assistente em Administração
Thiago Adriano Silva	Psicologia	40h/semanais	04 anos	Psicólogo
Thiago Lise Silverio	Administração	40h/semanais	03 anos	Assistente de Alunos
Viviane Aparecida	Letras Português/ Espanhol/ Graduanda em Biblioteconomia	40h/semanais	15 anos	Auxiliar de Biblioteca
Traversin Pereira				

4.2.1 Políticas de Capacitação do Técnico Administrativo

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFPR, em vigência (2014-2018), “deverá ser construído o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, com o objetivo de: contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; capacitá-lo para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da IFE”. Essa medida buscará suprir a necessidade de capacitação do corpo Técnico Administrativo atual e ingressante ao quadro de servidores do Instituto Federal do Paraná.

A Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, através da Coordenadoria de Capacitação e Aperfeiçoamento apresenta um programa de capacitação para técnicos no qual os próprios servidores podem atuar nos eventos internos de capacitação, apoiando o desenvolvimento da aprendizagem continuada do IFPR, como facilitadores/instrutores.

São 87 temáticas entre aquelas de interesse para técnicos administrativos e docentes. Além destas, há a possibilidade de abertura de outras temáticas, conforme sugestões pelo servidor que irá ministrar o programa de Capacitação. As temáticas apresentam conteúdos diversos, tais como nas áreas de administração, gestão de pessoas, atendimento ao público, informática, línguas estrangeiras, legislação, entre outros.

A política de capacitação do Técnico Administrativo é implementada de acordo com a Resolução Nº 48/11 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná que instituiu o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de

Servidores Públicos do IFPR.

A capacitação dos servidores técnico-administrativos será encaminhada a partir das necessidades específicas de suas atribuições e das demandas surgidas no decorrer das ações desenvolvidas no âmbito da instituição e do Curso, constando de treinamentos, palestras, reuniões de formação, entre outras possibilidades.

4.2.2 Plano de Cargos e Salários dos Servidores Técnico-administrativos

O Instituto Federal do Paraná, por situar-se no âmbito da Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, possui um quadro técnico-administrativo constituído a partir de concurso público. Os profissionais aprovados pelo concurso público ingressam no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, normatizado dentre outras legislações, pelas Leis 8.112/90 e 11.091/2005.

O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), que estão relacionados ao nível mínimo de titulação exigido ao cargo, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada (I, II, III e IV).

O desenvolvimento do servidor na carreira ocorre, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, a cada 18 meses mediante avaliação de desempenho, conforme anexo III e anexo I-C, respectivamente, da Lei do Plano de Carreira.

O servidor técnico-administrativo que apresentar titulação superior ao exigido para o cargo fará jus a incentivo à qualificação, nos termos e percentuais definidos no Anexo IV da Lei do Plano de Carreira, não caracterizando qualquer tipo de progressão de carreira.

5. INSTALAÇÕES FÍSICAS

5.1 Áreas de Ensino Específicas

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m ²)
Salas de aula	66	Não	4300
Sala de professores	32	Não	120
Coordenadoria de curso	17	Não	272
Sala de reuniões	02	Não	1200

5.2 Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m ²)
Biblioteca	02	Não	2160
Laboratório de informática	06	Não	410
Laboratório de física	01	Não	80
Laboratório de	03	Não	210

química			
Laboratório de biologia	07	Não	510

5.3 Áreas de Estudo Específico

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m ²)
Laboratório de Línguas Estrangeiras	01	Não	30
Núcleo de Pesquisa Digital	01	Não	10
Biotério	01	Não	80
Núcleo de Pesquisa Histórica	01	Não	20
Escritório de Prática Jurídica	01	Não	20
Escritório Modelo de Contabilidade	01	Não	20
Salas de Estudos	13	Não	130

5.4 Áreas de Esporte e Vivência

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m²)
Áreas de esportes	08	Não	11480
Cantina/ Refeitório	01	Não	1000
Pátio coberto	0	Não	0

5.5 Áreas de Atendimento Discente

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m²)
Atendimento psicológico	01	Não	10
Atendimento pedagógico	02	Não	20
Atendimento odontológico	0	Não	0
Primeiros socorros	0	Não	0
Serviço social	01	Não	40

5.6 Áreas de Apoio

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m ²)
Auditório	01	Não	1100
Salão de convenção	0	Não	0
Sala de Videoconferência	01	01	40
Mecanografia	0	Não	0

5.7 Biblioteca

A Biblioteca do IFPR *Campus* Palmas é um núcleo de apoio às atividades pedagógicas da Instituição, que tem como missão, segundo o Documento da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do IFPR, promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio do incentivo e da valorização do gosto pela leitura, pesquisa e extensão contribuindo para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica, mantendo seus valores no compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, a moral e os valores humanos, numa visão de referência na gestão, disseminação e acesso à informação.

Instalada em prédio próprio com 1990 m² e com acervo composto de 55.274 títulos e 98.692 exemplares, distribuído em diversos suportes. Com a estrutura toda informatizada de pesquisa na base de dados, empréstimos, devoluções e renovações,

o aluno ainda pode efetuar reservas, solicitações de empréstimos de outras bibliotecas do IFPR, ou ainda verificar sua situação como usuário, tais como: histórico de livros emprestados, data de devolução e tipo de obra emprestada, etc., utilizando a internet para sua comodidade, através do *site* institucional (www.ifpr.edu.br/biblioteca).

A Biblioteca disponibiliza de uma área de estudo aberta com 27 mesas, 113 cadeiras, 4 terminais para acesso à internet, 6 terminais para acesso ao sistema de pesquisa ao acervo e 1 sala para estudo em grupo, com 4 lugares. No andar superior dispõe de um Auditório com capacidade de 300 lugares e 01 mesa central para 08 lugares, equipado com: data show completo; amplificador de som; microfone; 01 tela multimídia e 01 quadro branco. Também possui de 1 sala de estudo com 35 cadeiras para realização de estudos em grupo.

A Biblioteca utiliza o Sistema *Pergamum* desenvolvido pela PUC – PR, o mesmo contempla as principais funções de gerenciamento de uma Biblioteca, desde a seleção, aquisição, tratamento e circulação de materiais. Os usuários do Sistema *Pergamum* fazem parte da rede *Pergamum* que hoje conta com 424 Instituições e aproximadamente 8.000 Bibliotecas em todo o Brasil. A rede possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o *software*, com isto formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil.

O acervo contempla todas as áreas do CNPq, com um considerável número de obras raras e clássicas das Ciências Humanas. O sistema disponibiliza ainda aos seus usuários via internet a consulta aos resumos e sumários dos artigos de revistas da hemeroteca, pois, parte da sua coleção de periódicos encontra-se indexada.

O sistema de classificação utilizado é o Sistema de Classificação Decimal de Dewey (20. ed.) e para notação de autor é utilizada a tabela Cutter – Samborn, e a catalogação ocorre no formato bibliográfico MARC 21, conforme as regras do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano).

A Biblioteca oferece o acesso ao portal da CAPES, sendo este portal uma fonte de pesquisa com textos selecionados em publicações periódicas internacionais, nacionais e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na *Web*.

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. O mesmo conta com um acervo de mais de 29 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Além do acesso à CAPES, está disponível atualmente a base de dados da ABNT, com as normas para elaboração de trabalhos científicos, buscando contribuir na execução das pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca também oferece outros serviços como: orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas, levantamento bibliográfico, bem como orientação permanente ao usuário com relação ao uso da Biblioteca, para que o mesmo saiba utilizar plenamente todos os recursos e serviços oferecidos.

As normas de utilização da biblioteca estão indicadas no Anexo 1.

6. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Planejamento Econômico Financeiro é de extrema relevância visto que, sem ele, os objetivos do curso ficam comprometidos. Desta forma, para a sua elaboração devem ser considerados, além da incorporação de novos docentes e servidores técnico-administrativos, a aquisição de materiais de expediente, de consumo, permanentes e a manutenção e ampliação da infraestrutura, bem como ampliação gradativa do acervo bibliográfico.

6.1 Expansão do Quadro Docente

A expansão do quadro de docentes foi prevista mediante estudo e projeção de demanda, conforme seguem os quadros abaixo.

Quadro 03 - Projeção das disciplinas ministradas pelos professores do curso de Licenciatura em Artes Visuais, no próprio curso para os anos de 2017 a 2020. (Ano/Semestres, períodos, número total de alunos e de aulas/créditos e média de aulas por professor).

ANO/SEMESTRE	2017-1	2017-2	2018-1	2018-2	2019-1	2019-2	2020-1	2020-2

PERÍODOS	7°	8°	5°	6°	7°	8°	7°	8°
	3°	4°	3°	4°	5°	6°	5°	6°
	1°	2°	1°	2°	3°	4°	3°	4°
					1°	2°	1°	2°
Nº ALUNOS	85	84	103	120	160	160	160	160
Nº DE AULAS	16	20	16	20	16	20	16	20
	20	16	20	16	16	20	16	20
	14	14	14	14	20	16	20	16
					14	14	14	14
TOTAL DE AULAS	50	50	50	50	66	70	66	70
MÉDIA DE AULAS POR PROFESSOR	8,33	8,33	8,33	8,33	11	11,6	11	11,6
Em 2017-1 - total atual: 05 professores e 01 professor coordenador.								

Quadro 04 - Resumo final referente à média de aulas que os professores do curso de Artes necessitarão ministrar. (Média computada por semestre para os anos de 2012 a 2015).

ANO/SEMESTRE	2017-1	2017-2	2018-1	2018-2	2019-1	2019-2	2020-1	2020-2
Nº DE AULAS NO CURSO DE ARTES	50	50	50	50	66	70	66	70

Nº DE AULAS NO EM OUTROS CURSOS SUPERIORES		6		6		6		6
Nº DE AULAS NO CURSO TÉCNICO	10	10	10	10	10	10	10	10
TOTAL DE AULAS	60	66	60	66	76	86	76	86
MÉDIA DE AULAS POR PROFESSOR (total atual de 06 professores)	10,4	11,6	10,4	11,6	13,6	15,6	13,6	15,6

Quadro 05 – Número de professores, áreas e regime de trabalho dos professores de Arte a serem concursados entre os anos 2017 e 2020.

ÁREA	REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
Artes	Dedicação Exclusiva - 40 horas	2

Tendo em vista o levantamento feito acima, necessitamos de mais 02 (dois) professores em regime de Dedicação Exclusiva para atender as demandas do Curso de Artes e dos demais cursos que necessitam de professores do referido curso.

Considerando as demandas gerais do *campus*, também solicita-se a inclusão de mais 2 (dois) professores DE na área de Sociologia para atendimento generalista dos cursos ofertados.

6.2 Projeção de Aquisição de Materiais Permanente e Consumo

Atualmente, o curso de Licenciatura em Artes Visuais têm enfrentado algumas dificuldades referentes à relação "nº de professores X quantidade de equipamentos". O curso possui seis (06) professores que utilizam aparelho de som e projetor para concretizar o ensino dos conteúdos de maneira satisfatória. Porém, possuímos somente 2 micro systems (1 está funcionando) para o curso inteiro.

Em relação aos projetores, o curso possui 3 projetores da marca Vivitek (1 está com a lâmpada ruim) e um projetor multimídia, totalizando 4 projetores. Esses números são insuficientes para o suprimento da demanda do curso de Licenciatura em Artes Visuais - *Campus* Palmas. Ainda, é pertinente destacar que o curso não possui o suporte para apoiar os projetores.

Levando, ainda em consideração, que o curso de Licenciatura em Artes Visuais possui três disciplinas que abrangem o uso de tecnologias no ensino da arte, entende-se que há a necessidade da aquisição dos seguintes equipamentos: microfone de lapela e máquina fotográfica.

1) Mini System LG Bluetooth USB MP3 Rádio AM/FM 220W - CM4350

QUANTIDADE: 2

MAGAZINEELUIZA.COM: R\$ 659,00 + frete grátis

EXTRA.COM: R\$ 699,00 + 13,66 (frete)

AMERICANAS.COM: R\$ 564,99 + 144,99 (frete)

2) Projetor Epson Powerlite S31+ Svga 3200 Lumens Usb Hdmi D-Sub Preto

QUANTIDADE: 03

AMERICANAS.COM: R\$ 2.999,99 +9,99 (frete)

SUBMARINO.COM: R\$ 2.999,99 + 9,99 (frete)

EXTRA.COM: R\$ 2.219,00+ 39,63 (frete)

3) TM 85 P - Tripé para Projetores Regulável TM-85-P Vector

QUANTIDADE: 6

CASASBAHIA.COM: R\$198,38 + 30,48 (frete)

WALMART.COM: R\$ 198,38 + 30,48 (frete)

SUBMARINO.COM: R\$ 188,46 + 30,48 (frete)

4) Microfone Lapela Audio-Technica Atr3350is

QUANTIDADE: 4

SUBMARINO.COM: R\$ 434,90 + 18,12 (frete)

AMERICANAS.COM: R\$ 434,90 + 18,12 (frete)

6.3 Projeção de Aquisição de Acervo Bibliográfico

No que concerne à instrução INEP/MEC que orienta os cursos de graduação para que sejam providenciados 5 títulos para bibliografia básica e cinco títulos para bibliografia complementar, salientamos que algumas ementas do curso não contemplam este número. Porém, reiteramos que já foi realizada uma ampla revisão das referências básicas e complementares de todos os componentes curriculares e que os casos em que há disponibilidade de títulos no acervo, foi feita a readequação; contudo, em muitos componentes curriculares há falta ou obsolescência de vários títulos.

No entanto, a projeção de aquisição de acervo bibliográfico é realizada a cada solicitação encaminhada pela Biblioteca para incremento do acervo da mesma. Os

docentes responsáveis pelos componentes curriculares são consultados acerca da necessidade de bibliografias específicas e de atualização de bibliografias e esta necessidade é repassada aos gestores da biblioteca que realizam a aquisição do acervo.

Assim, teremos como meta o cumprimento da normativa da CGB do IFPR, enriquecendo o trabalho e imprimindo maior qualidade à formação acadêmica de nossos alunos.

AFONSO, Germano Bruno. **Ensino de história e cultura Indígena**. Curitiba: InterSaber, 2016. ISBN 9788559721805, Na livrariaintersaberes.com.br: R\$ 100,90. (FRETE NÃO INFORMADO)
QUANTIDADE 8.

1) BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012. ISBN: 8524919108
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 48,00 (FRETE: R\$ 15,40)
AMERICANAS.COM: R\$ 35,00 (FRETE: R\$ 4,99)
SHOPTIME.COM: R\$ 35,90 (FRETE: R\$ 2,99)

2) BARBOSA, A.M. (Org). **Arte/Educação Contemporânea - Consonâncias Internacionais**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2006. ISBN: 8524911093
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 86,00 (FRETE: R\$ 9,90)
LIVRARIA SARAIVA.COM: R\$ 77,40 (FRETE: GRATUITO)
LIVRARIA FOLHA.COM: R\$ 67,40 (FRETE: R\$ 22,72)

3) KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2007. 144 p. ISBN: 8530808282
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 43,90 + 9,90 (FRETE)
LIVRARIA DA FOLHA.COM: R\$41,90 + 22,90 (FRETE)
LIVRARIA SARAIVA.COM: R\$ 38,90 + FRETE GRÁTIS

4) PENTEADO, H.D. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** 1 Ed. São Paulo: Cortez, 1991. 178 p. ISBN: 8524902922
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 45,00 + 9,90 (FRETE)
SHOPTIME.COM: R\$ 27,99 + 2,99 (FRETE)
AMERICANAS.COM: R\$ 24,00 + 4,99 (FRETE)

5) MACHADO, Arlindo. **Arte e mídia.** 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. ISBN: 8571109796
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: \$ 17,90 + 9,90 (FRETE)
AMERICANAS.COM: R\$ 22,06 + 4,99 (FRETE)
SARAIVA.COM: R\$ 29,60 + FRETE GRÁTIS

6) PENTEADO, Heloisa Dupas. **Psicodrama, televisão e formação de professores.** 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2016. ISBN: 8586305502
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 37,00 + 9,90 (FRETE)
SARAIVA.COM: R\$ 33,30 + FRETE GRÁTIS

7) SÁ, R.A. **Tecnologias e Mídias Digitais na Escola Contemporânea: questões teóricas e práticas.** 1ª ed. Editora Appris, 2016. 169p ISBN: 8581929591
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 49,00 + 9,90 (FRETE)
SARAIVA.COM: R\$ 35,10 + FRETE GRÁTIS
MERCADO DE LIVROS.COM: R\$ 28,86 + 14,52 (FRETE)

8) SCHAFER, R. M. **A afinação do mundo**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2012. ISBN: 8539301288
QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA.COM: R\$ 44,40 + 9,90 (FRETE)

AMERICANAS.COM: R\$ 51,49 + 4,99 (FRETE)

MERCADO DE LIVROS.COM: R\$ 42,90 + 15,56 (FRETE)

9) MAHLE, M.A. **Primeiro caderno de flauta-block**. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1956. ISBN: 978-85-85188-44-3
QUANTIDADE: 8

SARAIVA.COM: R\$ 33,30 + FRETE GRÁTIS

VITALE.COM: 37,00 + 17,50 (FRETE)

10) MONKEMEYER, H. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo, Ricordi. Parte 1. Traduzido e adaptado por Sérgio Oliveira de Vasconcellos Corrêa, 1976. ISBN: 978-85-99477-82-3
QUANTIDADE: 8

FREE NOTE.COM: R\$ 26,99 (FRETE NÃO INFORMADO)

HPG MUSICAL.COM: R\$ 29,90 + 17,93 (FRETE)

11) TOFT, Albert. **Modelling and Sculpture: a Guide To Traditional Methods**. EUA, Dover Publications Inc., 2004. ISBN: 978-0486435114.
QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 45,64 (FRETE NÃO INFORMADO)

LIVRARIA CULTURA: R\$ 64,90 + R\$9,90 (FRETE)

12) LANTERI, Edouard. **Modelling And Sculpting Animals**. EUA, Dover Publications Inc., 1985. ISBN: 978-0486250076
QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 64,99 (FRETE NÃO INFORMADO)

LIVRARIA CULTURA: R\$ 64,54 + R\$9,90(FRETE)

13) LANTERI, Edouard. **Modelling And Sculpting The Human Figure**. EUA, Dover Publications Inc., 2015. ISBN: 978-0486250069

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 56,35 (FRETE NÃO INFORMADO)

LIVRARIA CULTURA: R\$ 79,90 + R\$9,90(FRETE)

14) LUCCHESI, Bruno. **Modeling The Head In Clay**. EUA, Watson-Guption Publications, 1996. ISBN:978-0823030996

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 64,24 (FRETE NÃO INFORMADO)

LIVRARIA CULTURA: R\$ 99,90 + R\$9,90(FRETE)

15) LUCCHESI, Bruno. **Modeling The Figure In Clay: A Sculptor Guide To Anatomy**. EUA, Watson-Guption Publications, 1996. ISBN:978-0823030965

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 68,35 (FRETE NÃO INFORMADO)

LIVRARIA CULTURA: R\$ 99,90 + R\$9,90(FRETE).

16) BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte-educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

QUANTIDADE: 8

SARAIVA: R\$ 25,90 - LIVRARIA DA FOLA: R\$ 23,90 – LIVRARIA CULTURA: R\$ 21,00

17) BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie. **A formação do professor de arte: do ensaio à encenação**. 2.ed. Campinas (SP): Papyrus, 1999.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 37,64 LIVRARIA CULTURA: R\$37,00 SARAIVA: R\$37,60

18) FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende

e. **Metodologia do ensino de arte.** São Paulo: Cortez, 1993.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 39,37 SHOPTIME: R\$ 37,99 SARAIVA: R\$ 46,80

19) PEREIRA, Katia Helena. **Como usar artes visuais na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 159 p.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 27,76 LIVRARIA DA FOLHA: R\$ 22,40 SARAIVA: R\$ 26,90

20) BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. (Org.). **Arte-educação: leitura no subsolo.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUANTIDADE: 8

LIVRARIA CULTURA: R\$ 34,70 AMAZON: R\$ 42,00 LIVRARIA DA FOLHA: R\$ 41,90

21) SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

QUANTIDADE: 8

Livraria Cultura: R\$ 28,10 Saraiva: R\$ 29,20 Martins Fontes: R\$ 29,24

22) ARSLAN, Luciana Mourão & IAVELBERG, Rosa. **Ensino de Arte.** Coleção Idéias em Ação. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

QUANTIDADE: 8

Amazon: R\$ 44,99 Saraiva: R\$ 56,60 Americanas.com: R\$ 47,99

23) PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. **Limites em expansão:** licenciatura em artes visuais. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1999.

QUANTIDADE: 8

COSMOS LIVRARIA: R\$ 41,80 AMAZON: R\$ 43,96 EBA LIVROS: R\$ 44,00

24) WALTHER-BENSE, Elisabeth. **A Teoria Geral dos Signos.** Coleção Estudos. Perspectiva, São Paulo, 2000.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 33,43 LIVRARIA DA FOLHA: R\$ 30,70 AMERICANAS: R\$ 33,43

25) PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Semiótica Visual.** Editora Contexto: São Paulo, 2001.

QUANTIDADE: 8

LIVRARIA DA FOLHA: R\$27,70 MARTINS FONTES: R\$ 29,75 AMAZON: R\$ 35,37

26) CANTON, Katia. **Do moderno ao contemporâneo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 18,23 SARAIVA: R\$ 26,90 LIVRARIA DA FOLHA: R\$ 25,90

27) GOMPERTZ, Will. **Isso é arte?** 150 anos de arte moderna do impressionismo até hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 49,90 SARAIVA: R\$ 49,90

28) RUSH, Michael. **Novas mídias na arte contemporânea**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

QUANTIDADE: 8

LIVRARIA DA FOLHA: R\$61,60

29) TIRAPELI, Percival. **Arte moderna e contemporânea: figuração, abstração e novos meios - séculos 20 e 21**.

QUANTIDADE: 8

COSMOS LIVRARIA: R\$ 33,16 AMAZON: R\$ 29,49

30) BAIO, Cesar. **Máquinas de imagem: arte, tecnologia e pós virtualidade**. Annablume: São Paulo, 2015.

QUANTIDADE: 8

AMAZON: R\$ 58,79

31) ARAÚJO, Paulo César. **Eu não sou cachorro não**. Rio de Janeiro: Record, 2015

QUANTIDADE 8

SARAIVA: 44,90 MAIS FRETE DE 4,90

32) BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUANTIDADE 5

AMERICANAS: 49,90, MAIS FRETE DE 7,90

33) CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema.** São Paulo: Nova Fronteira, 2015.

QUANTIDADE 8

SARAIVA 29,90 MAIS FRETE 4,90

34) NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.

Quantidade 8

AMERICANAS: 35,20. Mais frete 7,90.

35) NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.

Quantidade 8

AMERICANAS: 26,22. MAIS FRETE 7,90

36) RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos.** São Paulo: Contexto, 2007

QUANTIDADE: 8

AMERICANAS: 37,00. MAIS FRETE DE 7,90.

37) McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Rio de Janeiro: Cultrix, 2013.

QUANTIDADE: 5

SARAIVA: 32,90. MAIS FRETE 4,90

38) VERGUEIRO, Waldomiro (org.) **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

QUANTIDADE: 8

SARAIVA: 26,90. MAIS FRETE 4,9

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e Intelecto na Arte.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BARBOSA, Ana Mãe (org). **Inquietações e mudanças no ensino da Arte.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Infantil e dos anos Iniciais do Ensino Fundamental em nível superior, Graduação Plena.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para o Curso de Artes Visuais,** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

BRASIL. Resolução CONSUP Nº 011 /2009 e Nº 53/2011. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-532011/> Acesso em: 08 de setembro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 2006** – estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Decreto nº 63.583, de 11 de Novembro de 1968. Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas – PR, DF, 1968.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 004/2004 . Diário oficial da união, regulamenta as atividades Complementares de Graduação, 2004.

BRASIL. Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. inclusão da Libras como disciplina curricular, 2005.

BRASIL. Decreto nº 84.784, de 12 de Junho de 1980. Autoriza o funcionamento dos cursos de Administração, de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas, Estado do Paraná, 1980.

BRASIL, Portaria Nº 728/2010, publicada no DOU Nº112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, 2010.

BRASIL. Resolução Nº 55/2011. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-55.11-ODP-Superior.pdf> Acesso em: 08-09-2017.

BRASIL. Lei 10861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, 2004.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>. Acesso em: 08-09-2017.

BRASIL, Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular , 2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos cursos de Graduação**. Parecer CNE/CES 067/2003.

_____. **Resolução nº 55/11**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR, 2011

CPEA. Assembleia Geral Extraordinária, o Diretor-Presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Universit%C3%A1rio_Cat%C3%B3lico_do_Sudoeste_do_Paran%C3%A1. Acesso em: 08-09-2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer 009/2001*. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasil/MEC, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002*. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasil/MEC, 2002.

Flexibilização Curricular. Disponível em <http://www.arquit.ufpr.br/graduação/flexibilização.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In MEC, Anais da Conferência

Nacional de Educação para todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 28.

HOFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da Pré-escola à Universidade**. 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

IFPR/PROENS Procedimentos N° 02/2014 – IFPR/PROENS. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/IIP-02.2014-PROENS-IFPR-MOBILIDADE.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2017.

MARQUES, I. **O ensino da dança hoje: textos e contextos**. São Paulo: Cortez, 1999.

MEC. Portaria do MEC 2993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católicas de Palmas, 2002.

MEC/INEP, Índice de desenvolvimento da educação básica. 2011. Disponível : http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf Acesso em: 09 de setembro de 2017.

MINISTERIAL. Portaria Ministerial 1274/04 – são transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, 2004.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da transdisciplinaridade**. Trad. Lucia P. Souza. São Paulo: Triom, 1999.

Novo **Aurélio: O Dicionário** da Língua Portuguesa – **Século XXI**. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Ano: 1999 Editora: Nova Fronteira.

PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2014 Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/PDI-2014-2018-Vers%C3%A3o-Final-1.pdf> Acesso em 08/09/2017.

SESu/MEC. **Proposta de diretrizes curriculares para os cursos de Artes Visuais: Bacharelado e Licenciatura**. Março, 1999.

UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação Superior.** Tradução de Amós Nascimento. Piracicaba, SP: Editora da UNIMEP, 1998.

UNICS. **Regimento Geral do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.** Palmas-PR: UNICS, 2005.

_____. **Estatuto do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.** Palmas-PR: UNICS, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.** Palmas-PR: UNICS, 2007.

_____. **Regulamento e Estruturação do Estágio dos Cursos de Licenciatura do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.** Palmas-PR: UNICS, 2008.
OU BACHARELADOS

_____. **Regulamento de Trabalhos de Curso do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.** Palmas-PR: UNICS, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: SP.Papirus, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 - Normas de utilização da biblioteca

Art. 1º - DO ACESSO

I - A Biblioteca é de livre acesso ao corpo docente, discente e técnico-administrativo, podendo também, ser utilizada pelo público em geral unicamente para consulta.

II - O horário de funcionamento da Biblioteca será estabelecido pela Direção dos *Campi*, de acordo com o horário de aula.

Art. 2º - CADASTRO DE USUÁRIO

I – A emissão da Carteira de Identificação será de responsabilidade da Diretoria de Ensino;

II – Aos alunos que não tem a Carteira de Identificação, deverá ser solicitado um documento oficial com foto;

III – Ao iniciar o ano letivo, o usuário terá automaticamente seu cadastro na biblioteca, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica;

IV – Caberá ao usuário comparecer à Biblioteca, com o seu Cartão de Identificação ou documento oficial, a fim de cadastrar sua senha eletrônica;

V - A senha eletrônica é pessoal e intransferível e a Biblioteca não se responsabiliza pelo uso indevido da mesma;

V – A utilização da senha, nas operações realizadas, corresponde à assinatura eletrônica no sistema.

Art. 3º - DO CANCELAMENTO DO CADASTRO E EMISSÃO DE “NADA CONSTA”

I - O usuário que perder o vínculo institucional terá seu cadastro cancelado, automaticamente, com a emissão do documento “Nada Consta” pela Biblioteca;

II - Para emissão do “Nada Consta”, o usuário precisa quitar sua dívida com a Biblioteca. O prazo para a emissão é de até um dia útil.

Art. 4º - DOS SERVIÇOS

I - Circulação de material: permite a retirada de material bibliográfico por prazo pré-determinado. O empréstimo domiciliar é permitido a alunos, professores e funcionários do Instituto Federal do Paraná. Para este serviço, o usuário deverá apresentar o seu cartão de identificação, documento oficial com foto e/ou crachá funcional.

- II - Empréstimo entre bibliotecas: efetua empréstimos em outras bibliotecas conveniadas, como prazo definido pela instituição fornecedora;
- III - Ficha catalográfica: elaboração de ficha catalográfica de teses, dissertações, monografias, livros e outras publicações. É um serviço prestado pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca;
- IV - Levantamento bibliográfico: presta atendimento ao usuário, auxiliando na busca, localização e obtenção de informações;
- V - Normalização de trabalhos acadêmicos: auxilia os alunos na elaboração dos trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com as “Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná”, baseadas na ABNT.
- VI - Treinamento de usuários: orienta os usuários na utilização dos terminais de pesquisas e orientação no uso dos recursos e serviços da biblioteca;
- VII - Reserva de material: reserva material que esteja emprestado, caso não tenha nenhum exemplar do livro solicitado pelo usuário;
- VIII - Visita orientada: divulgação aos calouros, dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. A visita deve ser pré-agendada, na seção de referência.

Art. 5º - DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

- I – Será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, ou documento oficial com foto e/ou crachá funcional no ato do empréstimo;
- II – Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado;
- III – Nenhum tipo de material da biblioteca deverá ser retirado sem efetivar o empréstimo no balcão de atendimento;
- III – Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar:
 - a) Livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes;

- b) Livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição do Bibliotecário responsável;
- c) Livros e/ou material de reserva e de consulta local;
- d) Material especial: CD-ROMs considerados como obras de referência;
- e) Obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias;
- f) Publicações periódicas.

IV - Excepcionalmente, alguns materiais poderão ser usados fora da Biblioteca por um período de até quatro horas, pela comunidade interna;

V – Excepcionalmente, obras de consulta local poderão ser emprestadas somente na véspera de feriados e de recessos acadêmicos e nos finais de expediente uma hora antes do fechamento da biblioteca, devendo ser devolvidas obrigatoriamente até uma hora, após o início do expediente do primeiro dia útil subsequente;

VI – O usuário que não efetuar a devolução, conforme previsto nos artigos IV e V, terá como penalidade, a suspensão de um dia para cada hora de atraso;

VII - Não é permitida a retirada, de uma só vez, de dois exemplares da mesma obra.

VIII – Não havendo quantidade suficiente de determinado livro para atender a demanda de discentes e técnico-administrativos, será dada prioridade aos discentes.

Art. 6º - DO PRAZO DE EMPRÉSTIMO

I – Os prazos de empréstimo e quantidades são os seguintes:

CATEGORIA DE USUÁRIO	QUANTIDADE	PRAZO
Alunos de ensino médio/técnico/EaD	Até 02 títulos	07 dias
Alunos de graduação	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de pós-graduação	Até 03 títulos	21 dias
Docentes	Até 10 títulos	21 dias

Técnico-Administrativos	Até 03 títulos	07 dias
Alunos de Graduação/Formandos	Até 05 títulos	07 dias

II – Os materiais permitidos para empréstimo são: livros, normas, folhetos, multimeios, teses e dissertações.

Parágrafo único: Os multimeios (CD-ROM, DVD, fitas de vídeo) poderão ser retirados pelo prazo de três dias, para todas as categorias de usuários.

Art. 7º - DA RENOVAÇÃO

I – Serão permitidas apenas duas renovações via internet, dentro do prazo estipulado de empréstimo;

II – Caso o usuário opte por fazer a renovação na biblioteca, os empréstimos somente serão renovados mediante apresentação dos materiais e da Carteira de identificação ou documento oficial com foto;

III - Só serão renovados os materiais que não constarem reserva.

Art. 8º - DA RESERVA

I – O usuário poderá efetuar a reserva de material que esteja emprestado;

II – A reserva deverá ser realizada somente via internet, dos terminais existentes na biblioteca ou qualquer outro computador;

III – O sistema de gerenciamento da biblioteca avisará o usuário, por e-mail, quando o material da reserva estiver disponível;

IV - A reserva ficará à disposição do usuário por um período de 24 horas (01 dia);

V – Caso o usuário desista da reserva ou não vá retirá-la, o material será guardado;

Art. 9º - DO EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS

I - O Empréstimo entre bibliotecas obedecerá às normas próprias de cada biblioteca

conveniada;

II – A solicitação deverá ser feita no Balcão de Empréstimo, mediante o preenchimento da Requisição de Empréstimo entre Bibliotecas.

Art. 10º - DAS PENALIDADES

O não cumprimento das formalidades constantes no Regulamento (disponível na íntegra no balcão de empréstimo) implicará nas seguintes penalidades:

I – O usuário em débito com a biblioteca, não poderá efetuar, cancelar ou trancar matrícula, nem solicitar transferência;

II – O usuário em débito, não poderá utilizar nenhum serviço da biblioteca, até que regularize sua situação;

III – Para cada dia de atraso na devolução será contado dois dias de suspensão por material;

IV– O atraso na devolução de material retirado pelo “empréstimo especial”, será contado um dia de suspensão por hora de atraso;

V – O usuário que extraviar material em seu poder deverá providenciar a reposição da obra e cumprir o período de suspensão correspondente entre a data de término do prazo do empréstimo e a efetiva reposição da obra.

VI – O prazo máximo para reposição é de 30 (trinta) dias a contar da data em que venceu o prazo para devolução;

VII - Aplica-se o presente Regulamento a todos os usuários da Biblioteca, sem exceção.

Art. 11º - DO USO DO GUARDA-VOLUMES

I - O guarda-volumes localizado à entrada das bibliotecas destina-se a guardar os pertences dos usuários apenas DURANTE a sua permanência neste local;

II - Não é permitida a entrada na biblioteca com bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos;

- III - A biblioteca não se responsabiliza pelos pertences e valores deixados neste local;
- IV - O próprio usuário deve colocar seus pertences no guarda-volumes e cuidar da chave;
- V - A perda, retenção e danificação da chave implicarão na reposição da mesma;
- VI - O usuário deverá repor os danos que, porventura, causar às instalações dos guarda-volumes.

Art. 12º - DO USO DOS COMPUTADORES

- I - O uso dos computadores é exclusivamente para pesquisas em sites de busca e/ou base de dados e trabalhos acadêmicos;
- II - Não é permitido o acesso bate-papo (*chat*), transferência de programas (download), jogos, áudio e visita a páginas cujo conteúdo não seja de interesse técnico-científico;
- III - O tempo máximo de uso é de 30 minutos, sendo permitida apenas uma pessoa por computador;
- IV – Manter a ordem e disciplina para não prejudicar o silêncio na biblioteca.

Art. 13º - DAS OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São obrigações dos usuários:

- I – Deixar bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos no guarda-volumes, na entrada da Biblioteca;
- II – Levar seus pertences ao sair da Biblioteca;
- III – Deixar sobre as mesas, o material utilizado nas consultas e empréstimo local, não os recolocando nas estantes;
- IV – Manter silêncio;
- V – Devolver o material emprestado para uso domiciliar na data estabelecida e, exclusivamente no balcão de empréstimo;
- VI – Comparecer à biblioteca quando solicitado;

- VII – Informar imediatamente a Biblioteca em caso de dano, extravio ou perda de material e providenciar sua reposição dentro do prazo estipulado;
- VIII – Manter seus dados pessoais atualizados no cadastro da Biblioteca;
- XI – Zelar pela conservação do acervo e patrimônio;
- X – Obedecer às normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 14 - DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

São direitos dos usuários:

- I – Utilizar o espaço físico da biblioteca para fins de pesquisa bibliográfica, estudo e leitura de lazer;
- II – Realizar empréstimo domiciliar do material bibliográfico, obedecendo aos critérios estabelecidos;
- III – Solicitar renovação do prazo de empréstimo do material, caso não haja reservas;
- IV – Agendar aulas a serem ministradas na Biblioteca, respeitando este Regulamento;
- V – Utilizar seu próprio material bibliográfico e laptops (informando no balcão de atendimento);
- VI - Utilizar os demais serviços disponíveis da biblioteca de acordo com as regras estabelecidas.

Art. 15º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I – No período de férias escolares, a Biblioteca atenderá em horário reduzido;
- II – É expressamente proibido fazer uso de aparelhos eletrônicos (telefone celular, rádios, *paggers*, *ipod's*, jogos eletrônicos e outros) nas dependências da biblioteca;
- III – Não é permitido o consumo de alimentos e bebidas;
- VI – Não é permitido entrar sem camiseta ou em trajes inadequados;
- V – Para não causar eventual constrangimento aos demais usuários, evitar carícias e namoro;

VI - Ter acesso ao setor reservado ao trabalho dos bibliotecários ou servidores da Instituição.

VII – Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia da Biblioteca.

ANEXO 2 - PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

Fazendo parte da estrutura curricular estão as Práticas como componente curricular (PCC), perfazendo um total de 400 horas.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 28/2001 (*Apud* BRASIL, 2015, p. 31)

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico- científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Já o Parecer CNE/CES nº 15/2005 (*Apud* BRASIL, 2015, p. 32) coloca que "(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência".

Esse documento ainda explica que "As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação.

Dessa forma, o curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR - *Campus* Palmas, oferecendo ao alunado disciplinas que envolvam as exigências apontadas por esses documentos, propiciando a formação por meio da prática. Essas disciplinas são ofertadas no decorrer de todo o curso.



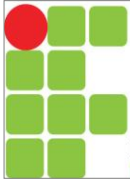
INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

ANEXO 3 - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: REGULAMENTO, DIRETRIZES, TERMOS

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS PALMAS
CURSOS DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

**ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS E NÃO-
OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PALMAS**

PALMAS
NOVEMBRO/2017

**INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS PALMAS
CURSOS DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS**

**ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS OBRIGATÓRIOS E NÃO-
OBRIGATÓRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS DO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – *CAMPUS* PALMAS**

Diretrizes conceituais e normas operacionais para a realização dos estágios curriculares supervisionados, obrigatórios e não-obrigatórios, do curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná – *Campus* Palmas.

Coordenador: Prof. Luiz Ney Toderó.

**PALMAS
NOVEMBRO/2017**

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Odacir Antonio Zanatta
Reitor

Luciano Martignoni
Diretora Geral – *Campus Palmas*

Frank Silvano Lagos
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão – *Campus Palmas*

Luiz Ney Todero
Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais – *Campus Palmas*

Neuza de Fátima da Fonseca
Coordenadora de Estágios do Curso de Licenciatura em Artes Visuais

Redação e Sistematização

Prof. Cristine Roberta Piassetta Xavier
Prof. Douglas Colombelli Parra Sanches
Prof. Luiz Ney Todero
Prof. Magda Vicini
Prof. Neuza de Fátima da Fonseca
Prof. Tiago Scalvenzi Sául

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	02
1 INTRODUÇÃO	03
2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	05
3 OBJETIVOS DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	06
3.1 OBJETIVO GERAL	06
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	06
4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS ESTÁGIOS	07
4.1. ESTÁGIO I – ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	07
4.2 ESTÁGIO II – ENSINO DE ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL - AI	07
4.3 ESTÁGIO III – ENSINO DE ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL - AF	07
4.4 ESTÁGIO IV – ENSINO DE ARTE NO ENSINO MÉDIO	07
4.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO-OBRIGATÓRIO	08
5 DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO	09
5.1 FASES DO ESTÁGIO	10
5.1.1 Contato com a Instituição e Elaboração do Plano de Estágio	10
5.1.2 Análise Conjuntural, Construção do Referencial Teórico e Planejamento da Intervenção.....	10
5.1.3 Seminário de Apresentação de Estágios.....	12
5.1.4 Intervenção	12
5.1.5 Relatório Final	12
6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS ..	14
6.1 FUNÇÕES DO COLEGIADO DO CURSO DE ARTES VISUAIS	14
6.2 FUNÇÕES DA COMISSÃO DE ESTÁGIOS	14
6.3 FUNÇÕES DO(A) COORDENADOR(A) DE ESTÁGIOS	15
6.4 FUNÇÕES DO(A) ORIENTADOR(A) DE ESTÁGIOS	16
6.5 FUNÇÕES DO(A) SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIOS	17
6.6 FUNÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A) ESTAGIÁRIO(A)	17
7 DEFINIÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO	19
8 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO	20
ANEXOS	22

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Termos de Compromisso de Estágio	22
Anexo II – Carta de Apresentação – Direção	25
Anexo III – Carta de Apresentação – Professor(a)	26
Anexo IV – Plano de Estágios	27
Anexo V – Modelo para o Planejamento da Intervenção	28
Anexo VI – Modelo de Relatório Final	30
Anexo VII – Ficha de Auto-avaliação e Parecer do Supervisor	31
Anexo VIII – Ficha de Avaliação do Orientador	32

INTRODUÇÃO

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná, concebe a formação de professores qualificados para o desempenho do professor de Ensino de Arte, com uma forte vinculação ao seu futuro âmbito de atuação no contexto da educação básica, através dos Estágios Curriculares Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

A realização dos estágios do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR – *Câmpus* Palmas atende aos dispositivos legais vigente, quais sejam:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- b) Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que estabelece a Lei do Estágio;
- c) Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei do Estágio;
- d) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN;
- e) Parecer 35/03, CNE/CEB, de 05 de novembro de 2003 que estabelece normas para organização e realização de estágios de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional;
- f) Resolução nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- g) Resolução 02/2013 CONSUP/IFPR, que aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR;
- i) Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- j) Portaria nº 4 de 22 de junho de 2009, do IFPR.

As normas emanadas dos órgãos colegiados do Instituto Federal do Paraná apontam o estágio como sendo uma atividade curricular de base eminentemente pedagógica e de caráter integrador, classificando-os em obrigatórios e não obrigatórios, sendo concebidos como um processo de construção de

conhecimento cuja especificidade é promover o desenvolvimento da capacidade de intervenção em uma perspectiva histórico crítica do Ensino de Arte.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios se situam dentro do contexto da formação do futuro professor de Ensino de Arte como um espaço da *práxis*, isto é, do tensionamento da relação teoria prática, espaço de promoção de um trabalho de intervenção consciente e que vise à formação de sujeitos participantes no processo de (re)construção social.

Os Estágios Curriculares Supervisionados Não Obrigatórios são realizados ao longo do curso, com vistas a proporcionar, aos estagiários, as experiências profissionais, socioculturais e científicas, mediante vivências similares às que encontrará no seu exercício profissional, integrando os diferentes componentes curriculares e desenvolvendo os necessários saberes, conhecimentos, habilidades e competências exigidos pelo mundo do trabalho.

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR prevê a realização de quatro estágios curriculares obrigatórios, sendo eles: o Estágio I – Anos Iniciais do Ensino Fundamental; o Estágio II – Anos Finais do Ensino Fundamental, (sextos e sétimos anos); o Estágio III – Anos Finais do Ensino Fundamental, (Oitavos e Nonos); Estágio IV - Ensino Médio.

2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS ESTÁGIOS

A necessidade de uma sólida formação geral, articulada ao aprofundamento na área de exercício profissional é pressuposto para o envolvimento de diferentes abordagens das ciências humanas, que subsidiam a ação e reflexão da própria prática pedagógica.

Os estágios se constituem em um espaço de articulação interdisciplinar, uma vez que a prática profissional demanda que o professor conheça as características das fases que o aluno se encontra, seus saberes, suas vivências, a realidade escolar, bem como as relações sócio-históricas apresentadas pelo contexto no qual ela está inserida.

Assim, a complexidade da intervenção exige do professor uma alta capacidade de articulação de saberes que lhe servem de base teórica para contextualizar e dar sentido a sua prática. Esse processo deve ser entendido como tendo uma forma espiralada ascendente, partindo do princípio do diálogo, da investigação, do real concreto no qual o professor está inserido, ampliando e agregando novos saberes e conhecimentos, mediante problematização, instrumentalização e catarse, culminando com uma nova prática social.

3 OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

3.1 OBJETIVO GERAL

Constituir-se em um espaço que enfatize a práxis, isto é, a relação teoria prática para a promoção de um trabalho de intervenção pedagógica consciente, consistente e coerente no que se refere ao Ensino de Arte no Contexto da Educação Básica, visando a formação de sujeitos participantes no processo de (re)construção social.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar aos sujeitos envolvidos:

- a) Conhecer os contextos de atuação profissional em Ensino de Arte no Campo Escolar;
- b) Analisar as especificidades que envolvem os diferentes contextos educacionais formais ou informais em que a Arte está presente;
- c) Compreender a complexidade que permeia o saber-fazer pedagógico cotidiano do professor de Ensino de Arte;
- d) Conhecer e refletir sobre o conhecimento cientificamente elaborado em sua área de atuação para compreender o contexto em que se insere;
- e) Identificar os limites e possibilidades de sua ação, problematizando adequadamente os diferentes contextos;
- f) Compreender as diferentes formas de intervenção e seus reflexos frente à prática social na qual se insere, buscando instrumentos para a sua reconstrução;
- g) Construir propostas coletivas de superação de limitações e ampliação das possibilidades de intervenção nos diferentes contextos de atuação;
- h) Intervir acadêmica e profissionalmente nos diferentes contextos, subsidiado pelas reflexões realizadas e contribuindo para a transformação social;
- i) Sistematizar as ações realizadas no decorrer do processo de inserção nos diferentes contextos mediante produção textual consistente e coerente;
- j) Socializar experiências visando à construção coletiva do conhecimento.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS ESTÁGIOS

4.1. ESTÁGIO I – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Período: Quinto período.

Carga Horária: cem horas, sendo: quarenta horas de disciplina, vinte horas de observação no âmbito escolar; vinte horas de intervenção na turma observada; vinte horas de planejamento das ações desenvolvidas no decorrer do estágio.

Este estágio será realizado com turmas das Séries iniciais do Ensino Fundamental, nas escolas municipais e em Instituições Privadas do Município e Região, como também, as que têm sido incorporadas ao sistema escolar recentemente e exige, até para que se legitime a sua existência, uma formação que permita ao professor identificar as suas particularidades. A realização deste estágio possibilitará ao acadêmico conhecer, compreender, planejar e intervir de forma consistente e coerente nesta realidade.

4.2 ESTÁGIO II – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – (6º e 7º Ano)

Período: Sexto Período.

Carga Horária: cem horas, sendo: quarenta horas de disciplina, vinte horas de observação no âmbito escolar; vinte horas de intervenção na turma observada; vinte horas de planejamento das ações desenvolvidas no decorrer do estágio.

O Estágio nos Anos finais do Ensino Fundamental (6º e 7º anos) deverá possibilitar ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente nessas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

4.3 ESTÁGIO III – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL- (8º e 9º Ano)

Período: Sétimo Período.

Carga Horária: cem horas, sendo: quarenta horas de disciplina, vinte horas de observação no âmbito escolar; vinte horas de intervenção na turma observada; vinte horas de planejamento das ações desenvolvidas no decorrer do estágio.

O Estágio nos Anos Finais do Ensino Fundamental deverá possibilitar ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas do 8º e 9º anos dos Anos Ensino Fundamental.

4.2 ESTÁGIO IV – ENSINO MÉDIO

Período: Oitavo Período.

Carga Horária: cem horas, sendo: quarenta horas de disciplina, vinte horas de observação no âmbito escolar; vinte horas de intervenção na turma observada; vinte horas de planejamento das ações desenvolvidas no decorrer do estágio.

O Estágio no Ensino Médio deverá possibilitar ao acadêmico o conhecimento, a compreensão, o planejamento e a intervenção pedagógica consistente e coerente em turmas do Ensino Médio.

4.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO-OBRIGATÓRIO.

Período: ao longo de todo o Curso.

Carga Horária: indeterminada.

Este estágio poderá ser realizado ao longo do curso objetivando o desenvolvimento, no acadêmico, de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio, que lhe proporcionem experiências profissionais e/ou de desenvolvimento sociocultural ou científico, assegurada a sua integração com os demais componentes curriculares do curso, como forma de complementação dos mesmos. Preconiza o acompanhamento permanente de professor Supervisor, formalmente vinculado ao local de realização do estágio e orientação de docente do curso para instrumentalização de sua prática.

5 DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Os acadêmicos estagiários receberão do IFPR, em reunião geral de estágios, no início do semestre de cada estágio, as orientações contidas nestas Diretrizes de Estágios, com todas as informações necessárias para iniciarem os seus trabalhos, bem como as informações contidas no Cronograma de Estágios. De posse destas informações os estagiários deverão procurar o local para desenvolverem seu estágio, firmando o Termo de Compromisso de Estágios (Anexo I). Devem se apresentar munidos dos documentos Cartas de Apresentação (Anexo II e III) e elaborar o seu Plano de Estágio (Anexo IV) em consonância com o planejamento da Unidade Concedente.

A carga horária total dos estágios é de 400 horas, em consonância com a Resolução CNE/CP 02/2015 e Resolução 02/2013 CONSUP/IFPR, distribuídos a partir da segunda metade do curso, ou seja, do quinto semestre. Os estágios não obrigatórios terão suas cargas horárias definidas de acordo com a Lei 11.788/2008.

Os acadêmicos contam, em todos os estágios, com pelo menos um Supervisor de Estágios, que é o professor de Ensino de Arte que atua no local onde o estágio é desenvolvido ou, na ausência deste, por um pedagogo em cargo de gestão na escola, mediante consulta e aprovação pela Coordenação de Estágios. Esta mesma orientação e acompanhamento deverão ocorrer para os estágios não obrigatórios.

As atividades desenvolvidas serão acompanhadas semanalmente, nos Pontos de Encontro, a ser realizado no IFPR ou no próprio local de estágio, com frequência mínima obrigatória, cujo controle será feito pelo Professor Orientador, pelo estagiário e pelo Professor Supervisor, devendo ser registrados nas Fichas de Avaliação (anexos VII e VIII).

Os Pontos de Encontros podem ser definidos como o momento da realização das orientações pelo orientador. Abrangem a apresentação e discussão de problemas vivenciados, reflexões sobre o ambiente de intervenção ou objeto de pesquisa, como também a tomada de decisões sobre o Planejamento da

Intervenção e Planos de Aula (Anexo V), desenvolvimento e construção do Trabalho Acadêmico (Anexos VI) a ser apresentado ao final do estágio.

Ainda como parte dos estágios, no final de cada semestre, será realizado um Seminário de apresentação das observações e intervenções nos estágios dos acadêmicos. Esta prática se caracteriza como momento de reflexão em torno de temas específicos relacionados ao Ensino da Arte, direcionados ao eixo da educação no campo do estágio, tendo como objetivo fomentar as discussões, bem como identificar e valorizar propostas, projetos e ações desenvolvidos regionalmente por professores que atuam como supervisores de estágio.

Os estágios deverão ser realizados individualmente, duplas ou trios, submetendo à Comissão de Estágios, para deliberação e aprovação ou não, os casos específicos em que outra forma de encaminhamento seja necessária.

5.1 FASES DO ESTÁGIO

5.1.1 Contato com a Unidade Concedente e Elaboração do Plano de Estágio

Nas duas primeiras semanas de cada estágio os acadêmicos deverão definir o local de seu estágio se apresentando formalmente, firmar o Termo de Compromisso e definir um cronograma para a realização das atividades a partir do Cronograma de Estágios e do calendário de programação da Instituição.

5.1.2 Análise Conjuntural, Construção do Referencial Teórico e Planejamento da Intervenção

As 8 semanas seguintes de cada um dos estágios se destinam à realização de uma análise conjuntural do local de estágio e à construção de um referencial teórico, visando subsidiar um planejamento de intervenção, ou seja, abrange toda a complexidade que caracteriza o trabalho do professor do Ensino de Arte.

Esta fase envolve: 1) diagnóstico dos aspectos infraestruturais e administrativos relativos ao Ensino de Arte e sua inserção no Projeto Pedagógico da escola; 2) observação sistematizada da dinâmica do local de estágio; 3) problematização das situações específicas dos contextos do estágio; 4) busca,

análise e utilização de um referencial teórico que permita um planejamento consistente e coerente com a perspectiva proposta; 5) planejamento da intervenção e Planos de Aula (Anexo V) articulados com o referencial teórico e considerando a realidade do contexto em que o acadêmico está inserido; 5) Intervenção orientada no sentido da promoção de uma nova prática social.

Os Grupos de Estágio poderão definir temáticas específicas de estudo relacionadas ao contexto de inserção, de acordo com as demandas constatadas e indicações propostas pelo Professor Orientador, Supervisor ou Dirigente Escolar.

De forma articulada à análise conjuntural ocorrem os estudos de textos relativos ao estágio, envolvendo: o Ensino de Arte e o campo de intervenção de cada estágio, os procedimentos didático metodológicos apropriados a este campo e a relação teoria prática que se estabelece no contexto da formação do professor. Estes estudos são realizados durante todo o período de realização do estágio, durante as aulas dos componentes curriculares Estágio I, II e III e IV e demais disciplinas da grade curricular. A partir disto, os acadêmicos, de forma articulada, deverão elaborar sua proposta de Intervenção com os respectivos Planos de Unidade, Planos de Aula (Anexo V). O planejamento deverá ser feito observando as informações mínimas que constam neste anexo.

Estes procedimentos têm o objetivo de subsidiar um planejamento de intervenção, bem como a construção de um referencial teórico culminando com a produção de um Trabalho Acadêmico por cada Estagiário. Este momento se constitui em um retorno para o local de estágio, contribuindo para a qualificação dos contextos de inserção e para a formação permanente do professor supervisor.

5.1.3 Seminário de Apresentação de Estágios

Antes do início da fase de intervenção de cada estágio os Grupos de Estágio devem apresentar aos demais acadêmicos do curso, em um Seminário de Estágio, coordenado pelo(s) professor(es) orientador(es), a sua proposta de intervenção, construída a partir de um referencial teórico que permita argumentar de forma consistente e coerente as opções metodológicas adotadas.

Este seminário ocorrerá, preferencialmente, envolvendo toda a comunidade acadêmica do curso de Licenciatura em Artes Visuais e deverá atender o propósito de socializar elementos relevantes dos contextos estudados, a partir dos relatos, consistente e coerentemente subsidiados, dos acadêmicos.

5.1.4 Intervenção

A intervenção se dará após o Seminário de Observação dos Estágios, de forma orientada e fundamentada no planejamento construído por cada acadêmicos, devendo sistematizar as observações para posterior discussão e avaliação, confrontando com as teorias que justificaram a construção das aulas/atividades, servindo para qualificá-las permanentemente.

5.1.5 Relatório Final

Na penúltima semana letiva, os estagiários deverão entregar ao seu respectivo Orientador o seu Relatório Individual, obedecendo as Normas Técnicas para a Apresentação de Trabalhos Científicos adotada pelo IFPR, de acordo com o modelo apresentado no anexo VI.

Para os estágios não obrigatórios, as mesmas etapas devem ser seguidas, ressalvada a possibilidade de iniciar a intervenção desde a primeira semana de estágio quando se tratar de um campo de intervenção em que as atividades estejam previamente planejadas, devendo este planejamento fazer parte do Relatório de Estágios.

O Quadro 1 apresenta uma sistematização do cronograma das atividades de estágio.

Quadro 1 - Carga horária dos estágios por fases

FASES DO ESTÁGIO	Período Semanas	Atividade por Fase	I, II, III e IV
1ª FASE Apresentação	1ª e 2ª	Apresentação na unidade concedente Encontro Revisão de Literatura	2 2 4
2ª FASE Diagnóstico, Observação e Planejamento	3ª à 9ª	Análise Conjuntural e Observação da Dinâmica Revisão de Literatura Planejamento da Intervenção Encontro	8 8 10 8
3ª FASE Seminário	10ª	Apresentação do Planejamento Encontro	3 1
4ª FASE Intervenção Pedagógica	11ª à 18ª	Intervenção Pedagógica Aperfeiçoamento do planejamento de intervenção e Relatório Encontro	8 16 8
5ª FASE – Entrega Trabalho Final	19ª à 20ª	Encontro	2
		Apresentação do Relatório de Estágio	20
Carga Horária de cada estágio			100
Carga horária Total			400

6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Os Estágios Supervisionados contarão com a seguinte estrutura organizacional:

- Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais;
- Comissão de Estágios;
- Coordenador de Estágios;
- Professor(es) Orientador(es);
- Professor(es) Supervisor(es);
- Acadêmicos Orientandos.

6.1 COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

São atribuições do Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais:

a) deliberar e aprovar sobre políticas, normas, regulamentos decorrentes das necessidades diagnosticadas para e na realização dos estágios supervisionados;

b) deliberar e aprovar os Termos de Compromisso e seus Termos Aditivos e sobre as alterações necessárias para a adequação dos Estágios à legislação e aos objetivos do curso;

c) acompanhar o cumprimento do programa de estágio supervisionado;

d) indicar, dentre os docentes do curso, os orientadores de estágio supervisionado, observando a formação e experiência profissional;

e) divulgar os resultados obtidos pelo programa de estágios, a partir de seminários, publicações e outros meios.

6.2 FUNÇÕES DA COMISSÃO DE ESTÁGIOS

A Comissão de estágios é composta pelos Professores Orientadores de Estágios e suas atribuições são:

- acompanhar o processo de desenvolvimento dos estágios;
- deliberar e decidir sobre a dinâmica de realização dos estágios;
- reunir-se ordinariamente de forma regular e extraordinariamente sempre que houver necessidade.

6.3 FUNÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIOS

São atribuições da coordenação do Curso de Licenciatura em Artes Visuais:

a) executar a política de estágios em consonância com as diretrizes institucionais;

b) coordenar o planejamento e avaliação geral das atividades referentes ao programa de estágio;

c) contatar com as organizações potencialmente concessoiras de estágio, visando celebração de termos de convênio para a concessão de estágios e/ou acordos de cooperação, sempre que contatada a necessidade;

d) manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento do programa de estágio em processo, bem como promover a divulgação de informações junto ao Colegiado do Curso, os professores orientadores, organizações concedentes de estágio, supervisores de estágios e alunos estagiários;

e) levantar planilha prévia, no semestre anterior, das etapas do programa de estágio, com o objetivo de prever o número de alunos que se matricularão no semestre seguinte, encaminhando para a contratação de seguro;

f) estabelecer calendários de reuniões, encontros de estudos e de planejamento com os professores orientadores e alunos estagiários;

g) realizar visitas nos campos de estágio;

h) estruturar arquivo dos relatórios que constituem documentos comprobatórios do cumprimento do programa de estágio, conforme determinação legal;

i) definir normas e editais sobre funcionamento do programa de estágio supervisionado, submetidas à apreciação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais em consonância com a legislação específica;

j) fixar em edital a data da entrega do Relatório Final dos estágios supervisionados em comum acordo com os professores orientadores;

l) encaminhar à Secretaria Acadêmica os diários de classe dos estágios supervisionados;

m) estudar as diferentes possibilidades de manutenção e a formalização de novos termos de convênios para a concessão de estágios;

n) providenciar avaliação sobre o programa de estágio supervisionado junto aos *campus* de estágios supervisionados;

o) fomentar intercâmbio de experiências sobre o programa de estágio com outras instituições de ensino superior;

p) acompanhar a dinâmica estrutural, operacional e legal do programa de estágios zelando pelo cumprimento geral e irrestrito das exigências legais que regulamentam o programa de estágio e na salvaguarda dos interesses da instituição de ensino e dos acadêmicos.

6.4 FUNÇÕES DO(A) ORIENTADOR(A) DE ESTÁGIOS

São funções do professor orientador:

a) orientar e acompanhar o desenvolvimento do estágio supervisionado, em termos de fundamentação teórica, relevância social e científica, metodologia e fontes bibliográficas e em conformidade à carga horária prevista pela proposta curricular;

b) dar ciência ao Coordenador de Estágios do Termo de Compromisso para orientação do estágio supervisionado;

c) acompanhar, junto à instituição e/ou campos de estágio, o desempenho dos estagiários, registrando a frequência e esclarecendo sobre o processo de avaliação do estágio supervisionado;

d) apreciar, avaliar e emitir parecer sobre o planejamento, evolução e Relatórios decorrentes do estágio supervisionado em conjunto com o professor da Disciplina de Estágios;

e) participar de reuniões, seminários, eventos sobre estágio supervisionado, quando convocado pela instituição.

6.5 FUNÇÕES DO(A) SUPERVISOR(A) DE ESTÁGIOS

Em consonância com a legislação, o estágio supervisionado deverá contar com a participação de professores/profissionais do Ensino de Arte das unidades concedentes em que são realizados os estágios supervisionados, devidamente credenciados pelo IFPR. As atribuições desses supervisores são:

a) recepcionar, situar, discutir e aprovar o Plano de Estágio, proposto pelo estagiário;

b) assinar juntamente com a direção da Unidade Concedente, o Termo de Compromisso, como Professor Supervisor (ANEXO I “a” e “b”);

c) acompanhar, orientar e avaliar conforme critérios definidos pelo IFPR, as atividades desenvolvidas pelo estagiário (ANEXO VII);

d) estimular a participação do estagiário nas atividades cotidianas da unidade concedente de estágio;

e) auxiliar o estagiário na solução de possíveis problemas ou dificuldades que possam decorrer do estágio;

f) comunicar, por escrito, à Coordenação de Estágios, qualquer eventualidade que limita o andamento do estágio supervisionado, a interrupção e/ou desligamento do estagiário.

6.6 FUNÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A) ESTAGIÁRIO(A)

São atribuições do estagiário (a):

a) tomar iniciativa de contato prévio com organizações conessoras de estágio supervisionado a partir de listagem informada pela Coordenação de

Estágios, ou solicitando à Coordenação de Estágios para que seja firmado o respectivo convênio;

b) encaminhar ao Professor de Estágios a documentação relativa ao estágio, devidamente assinados pelo professor orientador e pelo professor supervisor;

c) cumprir rigorosamente o cronograma e os horários estabelecidos no Plano de Estágio;

d) apresentar-se uniformizado e com o material necessário para o desenvolvimento das atividades propostas;

e) Realizar a autoavaliação dando vistas ao Supervisor de Estágios e anexando ao Relatório (Anexo VII);

f) Apresentar seus planejamentos e os resultados de seu trabalho em eventos específicos organizados pela Comissão de Estágios.

7 DEFINIÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO

Os locais para a realização dos estágios são definidos a partir de Termos de Convênio estabelecidos: a) com os Núcleos Regionais de Educação dos Estados do Sul do Brasil; b) com as Secretarias Municipais de Educação dos Municípios da Região; c) Com a rede particular de ensino; e d) Com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e outras escolas que atendam classes especiais.

Os Estagiários serão informados, em reunião geral de estágios, das Unidades Concedentes com as quais estão firmados os Termos de Convênio. De posse desta informação, deverão procurar os responsáveis pela mesma, apresentando a intenção de realizar o Estágio, elaborar o seu Plano de Estágios e firmar o Termo de Compromisso.

8 CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

Para **aprovação** nas disciplinas de Estágio I, II, III e IV bem como a validação e aprovação dos Estágios Curriculares Supervisionados Não Obrigatórios, o acadêmico deverá ter:

- a) Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do estágio;
- b) Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária relativa aos Pontos de Encontro;
- c) Frequência de 100% (cem por cento) nas etapas de observação e intervenção;
- d) Conceito Final de aproveitamento igual ou maior a C em uma escala de D a A.

A Auto avaliação do estagiário e parecer do Professor Supervisor de Estágios, bem como a Avaliação do Professor Orientador de Estágios serão realizadas de acordo com as Fichas de Avaliação que constam nos Anexos VII e VIII, respectivamente.

Quadro 02 – Critérios de avaliação do Estágio Supervisionado

Item	Critério	Pontos
1	Diagnóstico	D a A
2	Fundamentação Teórica	D a A
3	Planejamento	D a A
4	Seminário	D a A
5	Intervenção	D a A
6	Relatório	D a A
7	Autoavaliação	D a A
CONCEITO FINAL		A

Sob a responsabilidade do Professor Orientador será considerado **reprovado** o Estagiário que:

- a) Desistir do Estágio durante a sua realização;
- b) For impedido, pela Unidade Concedente, de dar continuidade às atividades de estágio por descumprimento de um ou mais itens da Cláusula Sétima do Termo de Compromisso de Estágios;
- c) Deixar de desenvolver as atividades relativas ao estágio por duas semanas consecutivas, sem comunicação, devidamente justificada e documentada, à Unidade Concedente e à Coordenação de Estágios;
- d) Tiver frequência total inferior à mínima exigida (75%);
- e) Tiver frequência inferior a 100% da carga horária das etapas de observação e intervenção;
- f) Obter Conceito Parcial inferior a **D** em um dos critérios que constam na **tabela 1**;
- g) Obter Conceito Final inferior a **C**;
- h) Não participar da construção do Trabalho Acadêmico;
- i) Não participar do Seminário de Estágios;
- j) Não entregar o Relatório final em conformidade com o modelo proposto.

Obs. O estágio estará automaticamente cancelado no momento em que o acadêmico estagiário se desligar do Curso, independente dos motivos que o levem a isto.

Em qualquer destas situações o Estágio deverá ser repetido integralmente.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR

Declaramos que o (a) acadêmico (a) _____, do VI Período do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná – *Câmpus* Palmas, conforme contato prévio, realizará o Estágio Curricular – Anos Finais do Ensino Fundamental nesta respectiva Unidade de Atendimento, no período vespertino, de ___/___/___ à ___/___/___ do ano corrente.

O Estágio Curricular faz parte do processo de formação do licenciando e contribui para o contato nos diferentes eixos do ensino. O Estágio Curricular está programado para acontecer em 40h, divididos em dois momentos:

1. **20h de observação** do profissional que atua com o Ensino de Arte, bem como os alunos envolvidos. Nesta etapa o acadêmico realizará somente a observação.
2. **20h de intervenção**, ou seja, o acadêmico realizará atividades do Ensino da Arte com os alunos observados na 1ª etapa do Estágio Curricular. Neste momento o profissional responsável pelo Ensino de Arte participará do processo de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário, contribuindo no processo de avaliação de desempenho do mesmo.

O acadêmico tem a responsabilidade de:

1. Cumprir as 20 h de cada etapa, sendo 4h por dia;
2. Ter os devidos cuidados com os alunos, com os materiais e com a estrutura física da Unidade de Estágio;
3. Na etapa da intervenção, desenvolver atividades do Ensino de Arte com os alunos que acompanhou a etapa de observação.

Para isso, solicitamos sua colaboração e contribuição, possibilitando-lhe a realização de seu estágio.

Contando com sua compreensão, antecipadamente lhe agradecemos, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Coordenadora de Estágios do Curso de Licenciatura em Artes Visuais

Nome do responsável por estágios na unidade Escolar: _____

Ass. do responsável por estágios na Unidade Escolar: _____

Data de entrega dessa apresentação: ___/___/___ Telefone p/ contato: _____

ANEXO 4 - PLANO DE ESTÁGIO

() ESTAGIO OBRIGATÓRIO

() ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

1- Nome do aluno (a):

2- Nome do orientador de estágio na unidade concedente:

3- Formação profissional do orientador concedente:

4- Ramo de atividade da Unidade Concedente:

5- Área de atividade do(a) estagiário(a):

6- Objetivos:

7- Atividades a serem desenvolvidas:

8- Professor supervisor – IFPR: _____

a) Modalidade da supervisão: [] Direta [] Semi-Direta [] Indireta

b) Carga horária a ser realizada no estágio: _____

Assinatura do Professor Orientador IFPR

Assinatura do Coordenador do Curso

Assinatura da Coordenação Geral de
Estágios- IFPR

ANEXO 05 - REGULAMENTO DO TCC

REGULAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS PARA REALIZAÇÃO DOS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DA CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSAO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

- Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Artes Visuais caracteriza-se como um momento de reflexão em torno da formação profissional, abordando temas referentes a resultados de pesquisas, práticas e discussões relacionadas à Arte - pintura, desenho, escultura, gravura, fotografia, cinema, arte contemporânea, estética e história da arte e suas convergências com a dança, a música e o teatro - e sua interface com o Ensino da Arte.
- Art. 2º - O TCC é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Licenciatura em Artes Visuais podendo ser realizado vinculada ao Estagio Curricular Supervisionado e apresentado em sessão de defesa pública.
- Art. 3º - O TCC é uma produção acadêmica, bem como os trabalhos dele decorrentes.
- Art. 4º - O trabalho deve ser apresentado dentro das normas metodológicas conforme estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Art. 5º - O TCC deverá estar vinculado às três linhas de pesquisa definidas pelo curso de Arte do Instituto Federal do Paraná – IFPR de Palmas, Estado do Paraná, sendo elas:
- I – Aspectos Pedagógicos da Arte.
 - II – História e Teoria da Arte.
 - III – Formas Expressivas da Arte.

DOS OBJETIVOS

Art. 6º - São objetivos do TCC:

- I - Proporcionar ao aluno o processo de construção da pesquisa científica e a experiência na organização das práticas docentes em consonância com seu aprendizado no curso, visando complementar o processo de formação profissional para a docência em arte na educação.
- II - Realizar trabalho de pesquisa abordando as etapas da ação: planejamento, construção, aplicação e avaliação, conforme este regulamento;
- III - Transmitir padrões e princípios de ética profissional, necessários ao exercício da profissão.

DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DA ESCOLHA DO TEMA E DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

Art. 7º - O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) está dividido em duas disciplinas:
TCC 1 e TCC 2.

Art. 8º - Na disciplina de TCC 1 haverá a escolha do tema e definição do objeto, no qual o acadêmico deverá levar em consideração os seguintes aspectos:

- I - O objeto de pesquisa deverá estar vinculado às linguagens das Artes Visuais - Pintura, desenho, escultura, gravura, fotografia, cinema, poéticas contemporâneas, estética, história da arte, e suas convergências com a dança, música e teatro - com ênfase na docência.
- II - Estudo prévio do tema, a partir da construção do Projeto de Pesquisa que deverá ser construído e apresentado ao final do sétimo período do curso na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1) através de pesquisa bibliográfica e apresentado em pré-banca em caráter de orientação e definição de trajetórias para a pesquisa;
- III - Análise da proposta com o professor orientador e com outros profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento do projeto;

IV - O aluno que não apresentar o projeto em pré-banca, ao final da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1), não poderá matricular-se na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2);

V – O aluno que não for aprovado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1), com conseqüente desaprovação do projeto de pesquisa em banca, não poderá matricular-se na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2);

VI – O aluno deverá estar cursando o último semestre do curso ou tê-lo superado para se matricular na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2 (TCC 2).

Art. 09º - As fontes de pesquisa devem ser procuradas e utilizadas adequadamente, podendo ser:

I – documentais: aquelas contidas em documentos escritos, podendo ser:

- i. bibliográficos: livros, periódicos, revistas e publicações de cunho científico.
- ii. técnicas: relatórios e/ou documentação de experiências profissionais e de estágio, programas, dados estatísticos, softwares, etc.
- iii. legais: regulamentos, normas técnicas, etc.

II – de campo: informações e/ou conhecimentos obtidos no local de desenvolvimento do projeto (desde que constem autorizações prévias).

DOS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO TCC

Art. 10º - Para a elaboração do TCC é necessário a construção de um Projeto a ser realizado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TCC 1), contemplando os seguintes itens:

1. tema;
2. problema;

3. justificativa;
4. objetivos;
 - 4.1. objetivo geral;
 - 4.2. objetivos específicos;
5. fundamentação teórica;
6. procedimentos metodológicos;
7. cronograma;
8. Orçamento;
9. referencias da pesquisa.

Art. 11º - A pré-banca, que ocorre ao final da disciplina de TCC 1 exige a apresentação do projeto de pesquisa e considera relevante o andamento iniciado do próprio Trabalho de Conclusão de Curso (principalmente no que se refere ao primeiro e segundo capítulo do trabalho), com a finalidade de deixar o terceiro capítulo, referente à aplicação do objeto em ambiente educacional, para ser tratado especialmente na disciplina de TCC 2. O trabalho, por sua vez, deverá conter os elementos listados abaixo:

Pré-textual

Capa

folha de rosto

Sumário

Textual

Tema

Justificativa

Problema

Objetivos

Hipóteses ou questões norteadoras
Procedimentos Metodológicos
Indicação das partes que compõe o TCC.

Exposição do tema com argumentação e discussão de autores e imagens
(Fotografia) estruturando o texto em :

Capítulo 1: Temática Especifica;
Capítulo 2: Ensino da Arte;
Capítulo 3: Planejamento da ação docente

Pós-textual

Referências da Pesquisa

Anexos (Questionários, formulários de pesquisa, e dados complementares a ação da pesquisa, excluindo-se imagens e ou documentos oficiais).

- Apêndices:

DA FORMAÇÃO DA BANCA, DEFESA E AVALIAÇÃO DO TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

Art. 12º - O acadêmico será aprovado na disciplina de TCC 1, mediante à aprovação da pré-banca, ao cumprir os requisitos teórico-metodológicos referentes ao artigo supracitado, atingindo o conceito mínimo C.

Art. 13º - O Trabalho de Conclusão de Curso, ao final da disciplina TCC 2, será avaliado mediante autorização do Professor Orientador a partir de requerimento escrito e arquivado junto à coordenação do curso de arte. Sendo que cabe ao orientador a não autorização da defesa do Projeto se o aluno não desenvolveu os procedimentos e discussões necessárias acima descritas para a realização deste.

Art. 14º - Caso o aluno não seja encaminhado para a Banca tendo em vista que não desenvolveu o trabalho de acordo com o regulamento o mesmo deverá repetir a disciplina e a construção e aplicação da pesquisa.

Art. 15º - A avaliação acontecerá em sessão pública e com a participação de três professores a partir dos seguintes critérios:

I – avaliação do orientador do aluno que considerará o processo;

II – avaliação da banca examinadora, que considerará o resultado.

Art. 16º - Os procedimentos da banca examinadora são os que seguem:

I - cada um dos integrantes da banca deverá fazer análise do trabalho, a partir dos critérios estabelecidos neste manual e deverão entregar, após a defesa do TCC, uma ficha de avaliação preenchida ao presidente da banca;

II - o aluno deverá se submeter aos questionamentos apresentados pelos arguidores da banca;

III - os integrantes da banca se reunirão para discutir sua avaliação individual e realizar uma avaliação conjunta, cuja média aritmética será registrada em ata própria, contendo as sugestões solicitadas pela banca;

IV - o aluno terá um prazo de trinta (30) dias para efetuar as correções e sugestões da banca. Este prazo não deve ultrapassar a data estipulada.

Art. 17º - A avaliação do TCC e construção do parecer pelos membros da banca serão efetuados com base no trabalho apresentado pelo acadêmico na forma escrita e oral, observando os indicativos:

Art. 18º - Tema:

I – relevância e originalidade de abordagem;

II – Do foco nas artes visuais com interfaces na educação e discussões estéticas

III – justificativa da escolha e necessidade da pesquisa na comunidade

acadêmica e escolar

Art. 19º - Procedimento metodológico:

- I – Procedimento metodológico escolhido para a realização da pesquisa;
- II – Justificativa do contexto e dos sujeitos envolvidos na pesquisa;

Art. 20º - Pesquisa do trabalho referente a:

- I – Clareza de raciocínio, nas explicações e discussões sobre o objeto de estudo e autores escolhidos para a discussão;
- II – análise do problema apresentado dentro do contexto da Área de Educação Básica e Arte ;
- III – Análise reflexiva acerca da prática profissional desenvolvida a partir da pesquisa construída e aplicada no contexto da educação básica;

Art. 21º - Resultados e considerações finais e referências da pesquisa:

- I – Apresentação dos resultados alcançados e reflexão dos aspectos positivos e negativos da pesquisa;
- II – A reflexão deve estar embasada nos autores e nas discussões apresentadas ao longo do corpo teórico da pesquisa e apresentando argumentos científicos e não de senso comum
- III – coerência no referencial bibliográfico com o objeto de pesquisa e a linha abordada;

Parágrafo Único: os trabalhos em que forem detectados plágios e/ou encomendados a terceiros (no todo ou em partes) serão automaticamente desclassificados, reprovando o aluno.

Art. 22º - Os alunos somente serão considerados aprovados no TCC se tiverem alcançado média igual ou superior a C. O conceito final do TCC é resultado do conceito da Banca Examinadora.·.

Art. 23º - A Banca examinadora tem autonomia para reprovar os alunos que não obedeceram e não seguiram os critérios de construção da pesquisa;

Art. 24º - A banca examinadora será composta de três membros sendo :

Professor 1 : Presidente da Banca – Orientador do Projeto

Professor 2 : Professor Convidado – Escolha do orientador e Acadêmico

Professor 3 : Professor do Curso de Licenciatura em Arte

Art. 25º - Tempo disponível de apresentação

A apresentação acadêmica será de 15 minutos, utilizando audiovisuais adequados.

A Banca Examinadora disporá de 20 (vinte) minutos para indagação e questionamentos sobre o conteúdo do TCC envolvendo suas disciplinas básicas e específicas e sua apresentação pública.

Após a apresentação do TCC e os questionamentos da Banca Examinadora, o aluno terá 10 (dez) minutos finais para considerações, se desejar.

Art. 26º - O aluno poderá pronunciar-se a respeito do processo de orientação do TCC, solicitando alteração de orientador, mediante requerimento e justificativa à coordenação de curso, sendo que exista disponibilidade de professor orientador.

Parágrafo Único - Após a entrega do TCC à coordenação de curso não cabe, por parte

do aluno orientando, qualquer recurso relacionado ao processo de orientação já concluído.

DAS RESPONSABILIDADES

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 27º - São responsabilidades da coordenação de curso:

I – assegurar junto a Direção da IES, um professor orientador ao aluno para elaboração do TCC;

II – homologar a banca examinadora para avaliação do TCC;

III – receber e encaminhar os exemplares para arquivo da biblioteca;

IV – emitir declaração de participação aos orientadores e Professores Avaliadores das bancas examinadoras;

V – expedir editais de comunicação de apresentação do TCC e de composição da Banca Examinadora.

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 28º - São responsabilidades do professor orientador:

I – definir o tema do TCC em conjunto com o acadêmico;

II – definir juntamente com o acadêmico orientando, o segundo membro da banca.

III – orientar e aprovar o plano de trabalho do aluno, respeitando as normas do IFPR (Instituto Federal do Paraná);

IV – estabelecer horário de atendimento ao aluno;

- V – acompanhar o trabalho em todas as suas etapas;
- VI – verificar o TCC para apresentação à banca examinadora;
- VII – participar e presidir a banca examinadora;
- VIII – instruir ao aluno que efetue as alterações e recomendações da banca examinadora;
- IX – formalizar junto a Coordenação do Curso de Licenciatura em Arte a expedição da ata da defesa devidamente assinada por todos os membros da banca examinadora;
- X - apresentar à Coordenação de Curso a composição da Banca Examinadora, para homologação
- XI – Deferir ou não a participação do trabalho a banca examinadora conforme o Art. 11.

Art. 29º - Os orientadores poderão ter no máximo 5 orientandos de Trabalho de Conclusão de Curso.

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL DA DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 30º - É responsabilidade do Professor da Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I – Construir o Plano de Ensino para a disciplina e estabelecer o cronograma de prazos para a disciplina
- II – Orientar os alunos quanto as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT;

III – Organizar as diretrizes de trabalhos e eixos conceituais da pesquisa junto com os acadêmicos e orientadores;

IV – Organizar as bancas examinadoras e apresentar o cronograma a coordenação do curso de Licenciatura em Arte;

V – informar ao aluno a estrutura e apresentação do TCC

DO ALUNO ORIENTANDO

Art. 31º - São responsabilidades do aluno orientando:

I – elaborar o TCC segundo as normas técnicas do curso e do Instituto federal do Paraná;

II – primar pela questão ética na elaboração do TCC escolhido;

III – comparecer durante o processo de orientação do trabalho a no mínimo 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária prevista na disciplina de TCC;

IV – protocolar junto ao Órgão Competente três exemplares do trabalho final (sendo uma colorida e duas preta e branca), no prazo estabelecido com as alterações propostas pela banca obedecendo normas próprias;

V – comparecer perante a banca examinadora para esclarecimentos, por ocasião da avaliação;

VI – acatar sugestões propostas pela banca observando os prazos finais de entrega do trabalho;

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 32º - Poderão fazer parte da banca examinadora:

- I - professor orientador do trabalho, que preside a banca;
- II – professor convidado pelo orientador e orientando;
- III – professor integrante do corpo docente do Curso de Licenciatura em Arte Visuais do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

Art. 33º - São atribuições dos componentes da banca examinadora:

- I - examinar previamente os trabalhos a eles consignados pelo orientador, dentro do prazo estabelecido (dez dias a contar da data de encaminhamento para análise);
- II - elaborar parecer de avaliação do TCC, a ser entregue ao presidente da mesma, discutindo-o com os demais membros da banca;
- III - reunir-se com os demais componentes da banca para análise final do TCC;
- IV - atribuir Conceito aos trabalhos examinados;
- V - devolver o TCC com as devidas correções ao presidente da banca;
- VI - assinar, juntamente com os demais componentes, a ata de reunião da banca examinadora.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º - Compete à coordenação do Curso de Licenciatura em Arte fazer cumprir as presentes diretrizes de procedimentos e demais normas do Regimento do Instituto Federal do Paraná – IFPR de Palmas, Estado do Paraná, e as Resoluções do seu Colegiado, bem como, analisar e decidir casos de caráter excepcional.

Art. 35º - Estas Diretrizes entrarão em vigor após a sua aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Artes Visuais.

Colegiado do curso de Licenciatura em Artes Visuais.

ANEXO 6 - TERMO DE COMPROMISSO DO TCC

Nome do estudante: _____

Nº de matrícula: _____

Nome do orientador: _____

Título provisório do TCC: _____

Prazo previsto para apresentação do TCC: _____

Resumo do projeto a ser elaborado:

Aceite da orientação pelo professor: _____

Assinatura do estudante: _____

Data: ____ / ____ / ____

**ANEXO 7 - ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TC,
DO CURSO DE ARTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR) –
CÂMPUS PALMAS**

ACADÊMICO (A):

TÍTULO:

AVALIAÇÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
TRABALHO ESCRITO	- Objetividade
	- Coerência/Coesão
	- Originalidade
	- Domínio da Norma Culta da Língua Portuguesa
	- Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do IFPR
APRESENTAÇÃO ORAL	- Exposição Teórico/Metodológica
	- Arguição

CONCEITO:

RESULTADO FINAL: Aprovado () Reprovado ()

OBSERVAÇÃO:

Orientador (a): _____
Curso de Artes, IFPR – *Campus* Palmas

Membro Banca: _____
Curso de Artes, IFPR – *Campus* Palmas

Membro Banca: _____
Curso de Artes, IFPR – *Campus* Palmas

ANEXO 8 – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Art. 1º Atividade Acadêmica Complementar é toda atividade cuja somatória compõe a carga horária total do currículo pleno do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR/Palmas e atenda aos seguintes objetivos:

I – complementar a formação acadêmica da graduação em atividades ou disciplinas não abrangidas pelo currículo do curso;

II – possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão;

III – orientar e estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

Art. 2º As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR/Palmas, devem contemplar uma carga horária de, no mínimo 200 (duzentas) horas, de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de Maio de 2006.

Parágrafo Único. A carga horária total das Atividades Acadêmicas Complementares deve ser cumprida no período de integralização do curso.

Art. 3º O cumprimento da carga horária referente às Atividades Acadêmicas Complementares far-se-á através da participação nas seguintes atividades:

I – eventos;

II – cursos especiais;

III – projetos de extensão;

IV – projetos de pesquisa;

V – projetos de ensino;

VI – monitoria acadêmica;

VII – atividades científicas;

VIII – grupos de estudos;

IX – semanas acadêmicas.

§ 1º São considerados eventos as atividades referentes a palestras, congressos, simpósios, conferências, encontros e viagens de estudo, quando for:

a) organizado pelo Colegiado do Curso e aberto aos acadêmicos;

b) de iniciativa de outros órgãos do IFPR, o(a) acadêmico(a) mediante comprovação, requer ao Colegiado de Curso o reconhecimento da atividade;

c) realizado em outras instituições, o(a) acadêmico(a) mediante comprovação, requer ao Colegiado de Curso o reconhecimento da atividade.

§ 2º Cursos especiais são aqueles compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º As atividades do estágio extra-curricular são aceitas como Atividades Acadêmicas Complementares até o limite de 05 (cinco) horas.

Art. 4º A Atividade Acadêmica Complementar não pode ser aproveitada para a concessão de dispensa ou equivalência de disciplinas integrantes do currículo do curso, conforme Art. 45, §2º, da Resolução nº 55/11, que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Art. 5º As Atividades Acadêmicas Complementares somente terão o seu aproveitamento escolar registrado depois de encaminhadas à Secretaria Geral pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo Único. O registro e controle das Atividades Acadêmicas Complementares far-se-á em formulário próprio pela Secretaria Geral.

Art. 6º Os casos omissos são resolvidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 7º Este Regulamento entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência.

Cumpra-se.

Palmas, 31 de outubro de 2012.

Prof. Luiz Ney Todero
Coordenador do Curso de Artes

ANEXO 9 - TABELA DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES CURSO DE ARTES

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Artes IFPR/Palmas são condições obrigatórias para a conclusão do Curso e devem ser cumpridas em conformidade com o Regulamento aprovado pelo Colegiado.

As Atividades Acadêmicas Complementares estão classificadas em três eixos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa e Atividades de Extensão.

O(a) acadêmico(a) deverá realizar atividades nos três eixos, comprovando um mínimo de 40 (quarenta) horas em Atividades de Ensino, 30 (trinta) horas em Atividades de Pesquisa e 30 (trinta) horas em Atividades de Extensão. O Colegiado de Curso deverá manifestar-se nos casos em que este mínimo não for contemplado.

O(a) acadêmico(a) deverá cumprir um mínimo de 100 (cem) horas de Atividades Acadêmicas Complementares durante o período de integralização do Curso.

As Atividades Acadêmicas Complementares estão distribuídas conforme tabela abaixo, computando-se as excedentes como facultativas, para registro e certificação.

ATIVIDADES DE ENSINO	Horas Totais	Documentos Comprobatórios
Disciplinas cursadas em outros cursos de Graduação do IFPR, durante o Curso de Artes.	05	Cópia do Histórico
Monitorias realizadas no âmbito do IFPR/Palmas	05	Declaração
Outras Monitorias	05	Declaração
Projetos de Ensino	10	Declaração
Estágios não-obrigatórios na área	05	Declaração
Realização de cursos ou palestras	05	Declaração
Representação Estudantil em Colegiados do Curso e outros de reconhecida relevância.	05	Portaria de Designação ou Declaração

ATIVIDADES DE PESQUISA	Horas Totais	Documentos Comprobatórios
Participação em projetos de pesquisa ou iniciação científica, aprovados pelo colegiado do Curso e pelo COPE do IFPR/Palmas.	05	Certificado
Trabalhos publicados em periódicos de reconhecida relevância: Computar 5 horas	05	Certificado

para resumos e 15 horas por artigo completo		
Participação em Eventos com apresentação de trabalhos: Computar 15 horas para comunicação oral e 10 horas para painel ou pôster.	10	Certificado
Trabalhos de Iniciação científica conforme exigências do PIBIC. Computar 20 horas por trabalho.	05	Certificado
Monografias produzidas para concursos ou aquelas que não estejam inseridas nas exigências curriculares do Curso	02	Certificado ou cópia da Monografia
Participação em grupos de estudo e pesquisas.	03	Declaração

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Horas Totais	Documentos Comprobatórios
Participação em projetos aprovados pelo Colegiado do Curso.	05	Certificado
Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, atualização e similares, etc.).	20	Certificado
Trabalho Voluntário de reconhecida relevância para a especificidade da formação, orientado e assistido pelo colegiado do curso ou pela entidade promotora.	05	Certificado

ANEXO 10 - CONTROLE DE ATIVIDADES CIENTÍFICO-CULTURAIS PARA O PORTFÓLIO ACADÊMICO DO CURSO DE ARTES - IFPR

ACADÊMICO(A): _____

CODIGO N. A.	ATIVIDADE/EVENTO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	DATA/PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA

Código da Natureza da Atividade (N.A.): 01- Atividade de Ensino; 02 – Atividade de Pesquisa; 03 – Atividade de Extensão.

- * Todas as atividades deverão estar relacionadas à área da Educação.
- * Anexar fotocópia das atividades nominadas, acompanhadas dos originais para verificação e protocolar na Secretaria Acadêmica do Câmpus, para posterior encaminhamento e aprovação pela Coordenação do Curso.

Palmas, PR ____ / ____ de 20 ____

 Acadêmico(a)

 Coordenador de Curso

ANEXO 11 - MEMORIAL DESCRITIVO INDICANDO ELEMENTOS TÉCNICOS E PEDAGÓGICOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DE AJUSTE CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

As alterações propostas neste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes Visuais se fizeram necessárias devido à nova Resolução No.02, de 1º de julho de 2015, Artigo 13º e artigos únicos subsequentes, que estabelece o mínimo de horas aula para os cursos de Licenciatura, divisão de semestres, bem como a distribuição dessas horas entre os conteúdos:

§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo: I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Essas alterações propõem uma adequação necessária, no que se refere às aulas de prática como componente curricular – PCCs – pois amplia a possibilidade de enfatizarmos as metodologias de ensino para as linguagens das artes visuais. Conforme a professora e pesquisadora Maria Emilia Sardelich (1998), detectou em sua pesquisa sobre a atuação dos professores no ensino de arte,

[...] na opinião das professoras, quais os aspectos mais deficientes da sua formação inicial e, dentre os mais freqüentes, foram mencionados: a ausência da prática da sala de aula que se traduz tanto na habilidade de domínio da sala quanto na habilidade de adequar conteúdos à realidade vivida pela clientela escolar; a escassa compreensão e domínio das leituras realizadas; o pouco entendimento dos aspectos psicológicos envolvidos nas relações humanas, nos grupos em geral e não apenas com as crianças; a rara conexão entre teoria e prática. (SARDELICH, 2001, p.143)

Mesmo tendo sido realizada esta pesquisa de Sardelich (2001), no ano de 1998, esta preocupação é fundamental na formação dos acadêmicos de licenciatura, uma vez

que o conhecimento científico tradicionalmente se estabelece a partir de segmentações por áreas de conhecimento, e no atual contexto, se faz necessário desestabilizar essas segmentações, aproximando as metodologias pedagógicas com as teorias e práticas artísticas. Também a autora Lucia Pimentel – pesquisadora e professora da Universidade Federal de Santa Maria (RS), apresenta conclusões semelhantes em relação à aproximação dessas metodologias e o conhecimento específico, quando relata a dissociação entre conhecimento de arte e o de educação na aplicação de uma realidade escolar e do aluno (PIMENTEL, 2009).

As reformulação do PPC do Curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFPR Campus Palmas, se faz necessária também, devido as recomendações dos avaliadores do Ministério da Educação, que estiveram em Palmas em 18/11/2011 (Código de Avaliação 89266) e em 28/06/2015 a 01/07/2015 (Código de Avaliação 104411). Os avaliadores sugeriram na ocasião, que o Projeto Pedagógico do Curso fosse reavaliado, propondo que as disciplinas fossem direcionadas somente para a área da Arte que compreende a sub-área das Artes Visuais. Essa recomendação deu-se devido às disciplinas das subáreas de dança, música e teatro, que estavam inseridas no currículo que estão sendo alterados neste PPC atualizado.

ANEXO 12 - PROPOSTA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

A Coordenação e Colegiado do Curso de Licenciatura em Artes Visuais a partir dos dados divulgados pela direção da Comissão de Evasão pretende agir através de conversas nas salas de aula a respeito da evasão para estar em contato permanente com os acadêmicos e alertar para que caso tenham possíveis desistentes que sejam identificados e encaminhados para a equipe pedagogia do Campus no intuito de verificar as razões alegados pelos acadêmicos e que se possa evitar essas evasões. Serão encaminhados os editais de abandono para a seção pedagógica e a coordenação estará em permanente contato com a direção do Campus no intuito de combater a evasão.

Também estão sendo desenvolvidos projetos que contribuem para a inclusão e manutenção de acadêmicos com perfil mais abrangente do que o oferecido pelo curso, como por exemplo, para os acadêmicos que possuem perfil de produtores de artes, que são assessorados pelo projeto de Produção Orientada em Artes, vigente a partir de 2017.

O Coordenador do colegiado pretende verificar o porquê da demora dos editais de auxílios que também colaboram com a evasão de acordo com os dados levantados pela Comissão de Evasão. Também se pretende acompanhar as reuniões a respeito do meio-passe no transporte público, da falta de restaurante universitário ou alimentos de qualidade mais acessíveis na cantina do Campus, a questão de uma creche e a falta da carteirinha de estudante.

O próximo anexo trata do relatório final das atividades da comissão de estudos sobre a evasão escolar - Portaria 04/2016 – PROENS.

ANEXO 13 - RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR - PORTARIA 04/2016 - PROENS



RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO ESCOLAR PORTARIA 04/2016 – PROENS

1. IDENTIFICAÇÃO

Campus: PALMAS

Endereço completo: Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, PRT 280, Palmas - PR, 85555-000

Diretor Geral: LUCIANO MARTIGNONI

Diretor Administração: MIGUEL ANGELO SANTIN

Diretor(a) de Ensino, Pesquisa e Extensão: FRANK SILVANO LAGOS

Coordenador(a) de Ensino: ROBERTO CARLOS BIANCHI

Chefe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis: SILVANO APARECIDO REDON

Número da Portaria de designação da Comissão: 265/2016 Data: 19/10/2016

Composição da Comissão:

NOME	SIAPE	CATEGORIA	FUNÇÃO
Márcia Adriana Andrade Silva	2102233	Pedagoga	Coordenador
Caroline Pontes de Souza	-	Discente	Componente
Celso Augusto de O. C. da Silva	2230953	Pedagoga	Componente
Iara Aquino Henn	2256833	Professora	Componente
Joselha Cristina Dal Bello	2268775	Assistente Social	Componente
Silvano Aparecido Redon	2075047	Professor	Componente

Início dos trabalhos: outubro de 2016

Conclusão de trabalhos: março de 2017

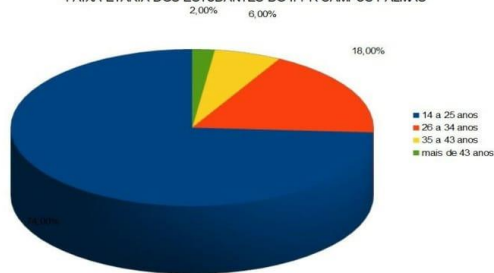
2. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

2.1 Aspectos socioeconômicos e culturais

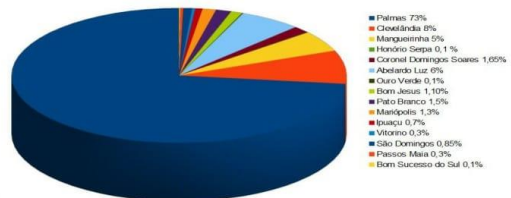
No ano de 2016, o Setor Psicopedagógico realizou pesquisa junto aos alunos do IFPR Campus Palmas, para conhecer seus estudantes. De acordo com os dados levantados, a maioria dos alunos tem entre 14 a 34 anos, são habitantes da cidade de Palmas, com renda familiar mensal de até 2 salários mínimos, os pais possuem em grande parte, o ensino fundamental completo e/ou médio completo. Já 82ª estudaram em escolas públicas da região, 37º recebem auxílio estudantil e a maioria não entrou pelo sistema de cotas esperando através do curso melhor qualificação para o mercado de trabalho, de acordo com os gráficos apresentados abaixo:



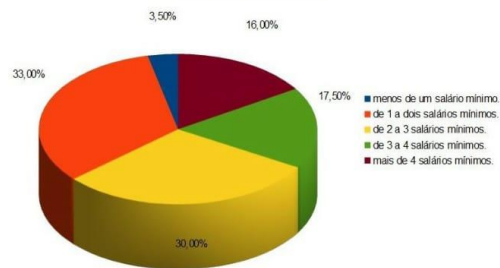
FAIXA ETÁRIA DOS ESTUDANTES DO IFPR CAMPUS PALMAS



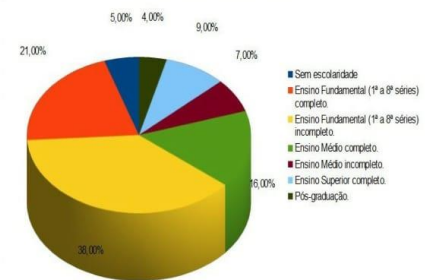
CIDADES ONDE RESIDEM OS ESTUDANTES DO IFPR CAMPUS PALMAS



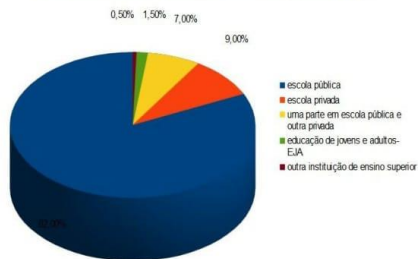
RENDA FAMILIAR MENSAL



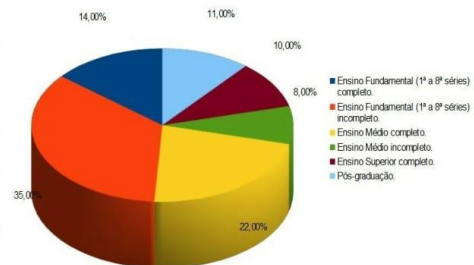
GRAU DE ESCOLARIDADE DO PAI



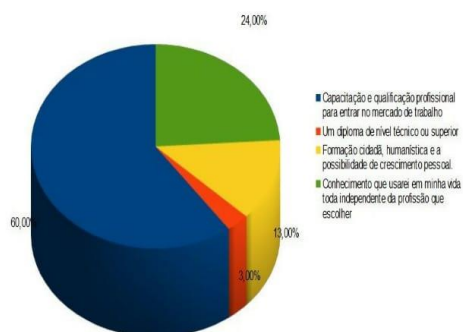
OS ESTUDANTES DO IFPR CAMPUS PALMAS SÃO PROVENIENTES DE:



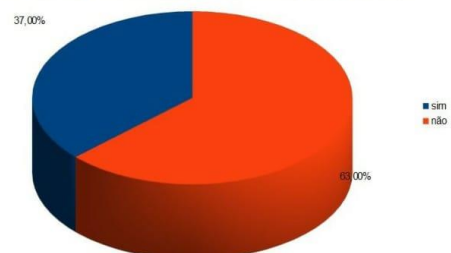
GRAU DE ESCOLARIDADE DA MÃE



O QUE OS ESTUDANTES ESPERAM QUE O IFPR CAMPUS PALMAS LHE PROPORCIONE?



ESTUDANTES QUE RECEBEM ALGUM TIPO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL



2.2 Práticas anteriores de enfrentamento da evasão

Em relação a maioria dos alunos que desistiram do curso sem avisar os docentes e a Instituição, não havia nenhuma prática sistemática para evitar o abandono. Em relação aqueles alunos que pretendem abandonar, mas avisam previamente seus docentes e/ou o Coordenador do Curso, há uma orientação para que os professores conversem e quando necessário direcionem possíveis evadidos ao Setor Psicopedagógico. Nesta situação, muitos alunos acabam desistindo de seu intento inicial.

No ano de 2016, nas reuniões pedagógicas com o tema Avaliação, docentes e pedagogos discutiram as dificuldades de aprendizagem mais frequentes, para que os estudantes do Ensino Superior consigam dar continuidade aos seus estudos, objetivamente fizeram um levantamento de ações que poderiam ser realizadas para amenizar os problemas pedagógicos. Essas sugestões foram contempladas no “Plano de Ação Permanente” apresentado neste relatório.

3. SITUAÇÃO DA EVASÃO NO CAMPUS

Alunos do Ensino Médio não tem evasão.

3.1 Ano letivo de 2014

CURSO	PERÍODO/ ANO	MATRÍCULA INICIAL	ESTUDANTES EVADIDOS	PERCENTUAL DE EVASÃO (%)
Administração	2014	112	8	7,14
Artes Visuais	2014	97	10	10,31
Ciências Biológicas	2014	98	11	11,22
Ciências Contábeis	2014	116	3	2,59
Direito	2014	149	3	2,01
Educação Física	2014	98	11	11,22
Enfermagem	2014	110	12	10,91
Engenharia Agrônômica	2014	177	11	6,21
Engenharia Civil	2014	72	0	0,00
Farmácia	2014	119	7	5,88
Letras	2014	81	9	11,11
Pedagogia	2014	87	9	10,34
Química	2014	73	5	6,85
Sistemas de Informação	2014	59	17	28,81
	TOTAL	1448	116	8,01



**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**



Ministério da Educação

De acordo com relatório em anexo.

3.2 Ano letivo de 2015

CURSO	PERÍODO/ ANO	MATRÍCULA INICIAL	ESTUDANTES EVADIDOS	PERCENTUAL DE EVASÃO (%)
Administração	2015	133	0	0,00
Artes Visuais	2015	76	1	1,32
Ciências Biológicas	2015	116	2	1,72
Ciências Contábeis	2015	141	3	2,13
Direito	2015	174	2	1,15
Educação Física	2015	146	1	0,68
Enfermagem	2015	97	9	9,28
Engenharia Agrônômica	2015	166	3	1,81
Engenharia Civil	2015	15	0	0,00
Farmácia	2015	118	11	9,32
Letras	2015	104	11	10,58
Pedagogia	2015	94	17	18,09
Química	2015	72	0	0,00
Sistemas de Informação	2015	58	7	12,07
	TOTAL	1510	67	4,44

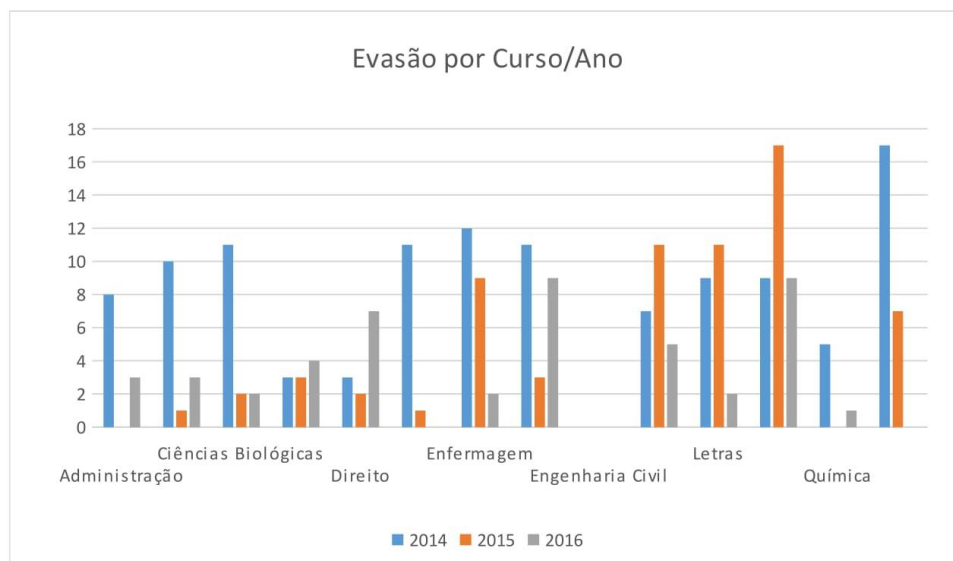
De acordo com relatório em anexo

3.3 Ano letivo de 2016 (parcial)

CURSO	PERÍODO/ ANO	MATRÍCULA INICIAL	ESTUDANTES EVADIDOS	PERCENTUAL DE EVASÃO (%)
Administração	2016	155	3	1,94
Artes Visuais	2016	103	3	2,91
Ciências Biológicas	2016	140	2	1,43
Ciências Contábeis	2016	149	4	2,68
Direito	2016	183	7	3,83
Educação Física	2016	137	0	0,00
Enfermagem	2016	115	2	1,74
Engenharia Agrônômica	2016	193	9	4,66
Engenharia Civil	2016	5	0	0,00
Farmácia	2016	149	5	3,36
Letras	2016	125	2	1,60
Pedagogia	2016	115	9	7,83
Química	2016	83	1	1,20
Sistemas de Informação	2016	90	0	0,00
	TOTAL	1742	47	2,70

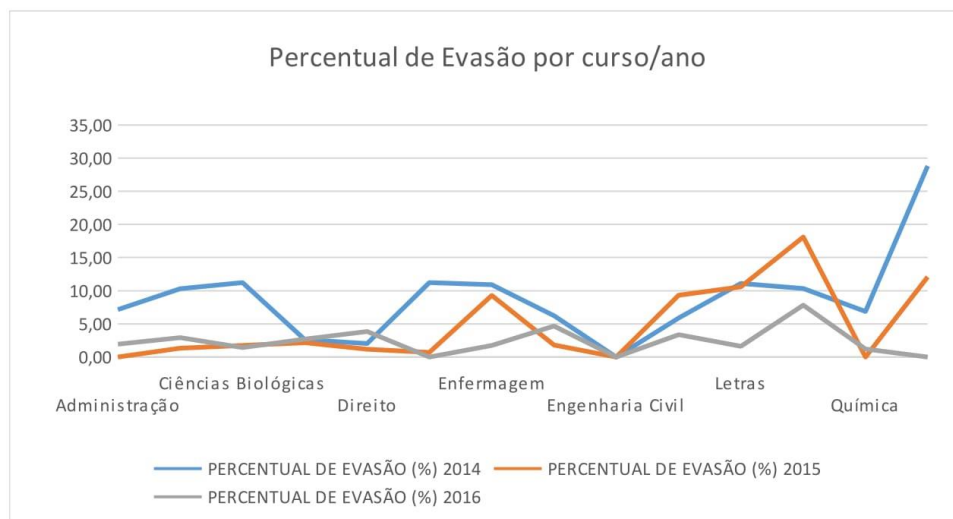


A Evasão no IFPR – Campus Palmas por Curso/Ano



A Evasão Percentual por Curso/ano

CURSO	PERCENTUAL DE EVASÃO (%) 2014	PERCENTUAL DE EVASÃO (%) 2015	PERCENTUAL DE EVASÃO (%) 2016
Administração	7,14	0,00	1,94
Artes Visuais	10,31	1,32	2,91
Ciências Biológicas	11,22	1,72	1,43
Ciências Contábeis	2,59	2,13	2,68
Direito	2,01	1,15	3,83
Educação Física	11,22	0,68	0,00
Enfermagem	10,91	9,28	1,74
Engenharia Agrônômica	6,21	1,81	4,66
Engenharia Civil	0,00	0,00	0,00
Farmácia	5,88	9,32	3,36
Letras	11,11	10,58	1,60
Pedagogia	10,34	18,09	7,83
Química	6,85	0,00	1,20
Sistemas de Informação	28,81	12,07	0,00
	8,01	4,44	2,70

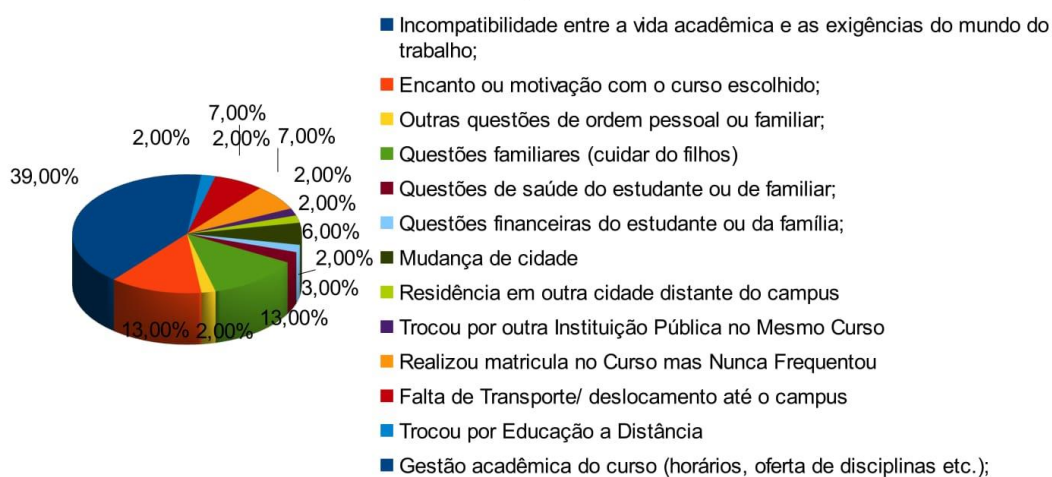


OBS: Todos os dados contidos no item 3 foram retirados dos relatórios apresentados no anexo 01.

4. DIAGNÓSTICO DOS FATORES MOTIVADORES DA EVASÃO 2014 – 2015 – 2016/1º Semestre:

Causas de Evasão no Ensino Superior 2014 - 2015 e 2016º 1º Semestre
Entrevistados por telefone

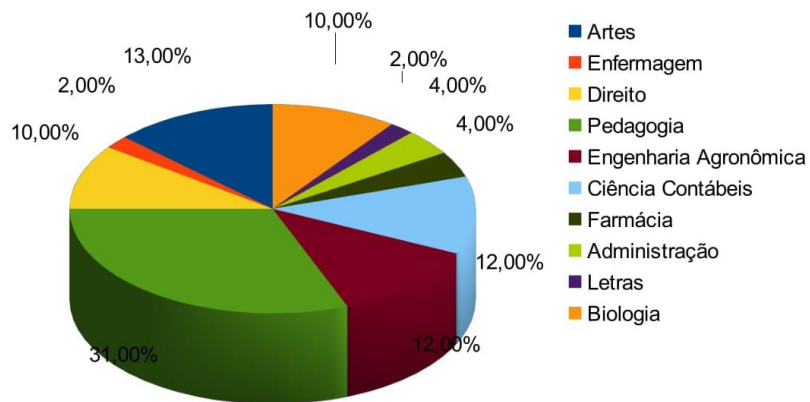
IFPR Campus Palmas





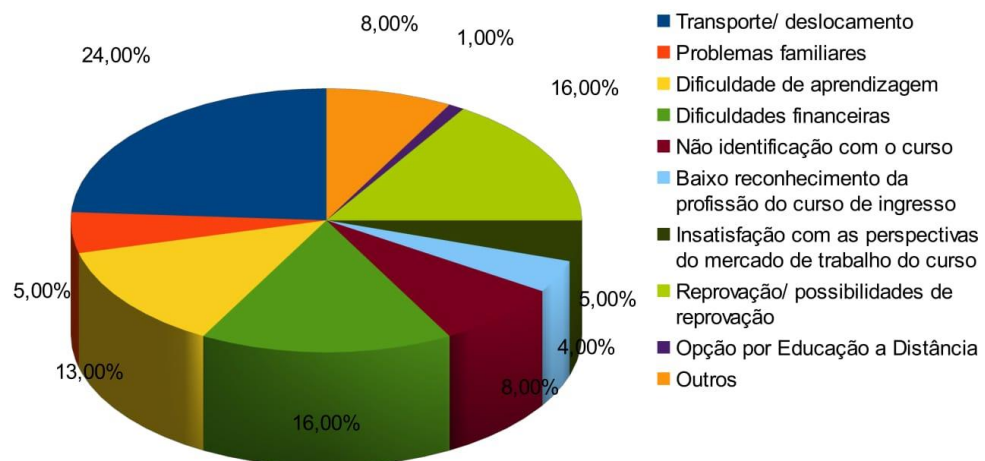
Evasão por Curso no IFPR Campus Palmas

(Entrevistados por telefone)



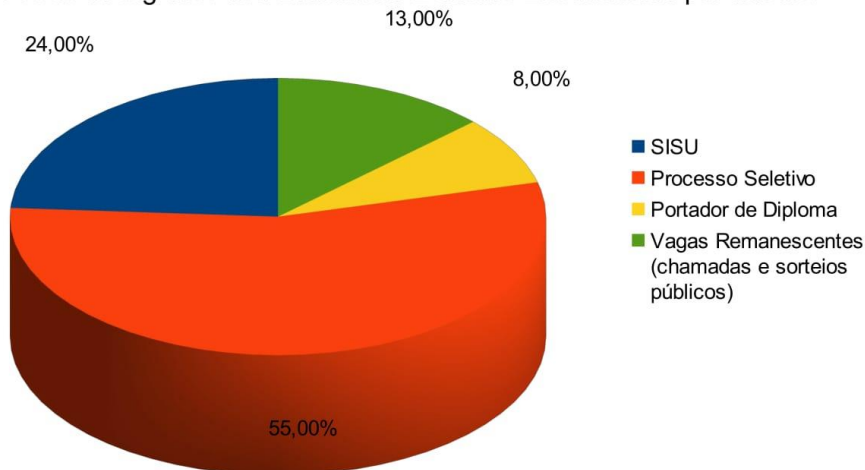
Fatores que Dificultam a Permanência dos Estudantes nos Cursos

2º Período - 2016/2º Semestre





Forma de Ingresso dos Estudantes Evadidos Entrevistados por telefone



4.1 Procedimentos utilizados para o diagnóstico

Inicialmente a Comissão elaborou um questionário com dados mais completos (conforme anexo 03), para enviar aos alunos evadidos. Pretendia, a partir dessas informações compreender os diferentes motivos responsáveis pela evasão e trabalhar ações para evitá-las, ou quando possível contorná-las. Infelizmente, somente 03 questionários foram respondidos.

Sem sucesso, optamos pela utilização dos telefones da Instituição, que foram instalados em março de 2017, para tanto e pela natureza do mecanismo de coleta de informações, optamos por manter apenas 03 questões, a saber: curso, forma de ingresso e motivo da desistência. Dos 200 nomes de ex-alunos contatados (vide em anexo 03) apenas 54 ligações chegaram a ser efetivadas e as respostas constam nos gráficos apresentados no item 4.

Das dificuldades encontradas pelos estudantes que cursam o 1º Ano, as informações foram coletadas a partir de questionários respondidos pelos alunos em sala de aula (anexo 04).

4.2 Resultados do diagnóstico

De acordo com os dados coletados dos entrevistados por telefone, a maior parte dos ex-alunos abandonam por não conseguir conciliar horário de trabalho e resolver os problemas domésticos. Muitos estudantes que apresentam dificuldades para continuar suas graduações, apontam questões econômicas – principalmente transporte – e dificuldade de aprendizagem como fatores atuantes.

5. PLANO DE AÇÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR NO CAMPUS POR CURSO NÍVEL E MODALIDADE DE ENSINO

5.1 OBJETIVOS

- Diminuir os índices de evasão por disciplina e abandono nos Cursos de Graduação no IFPR Campus Palmas;
- Melhorar a coleta de dados referentes a evasão dos Cursos Superiores.
- Melhorar os índices de evasão e por consequência de retenção nas disciplinas de graduação.
-

5.2 METAS

- Melhorar a eficiência da coleta de informação sobre o abandono de Curso;
- Aumentar a comunicação existente entre os evadidos e os prováveis desistentes com a Coordenação do Curso e a Seção Pedagógica;
- Otimizar e melhorar os recursos e serviços fornecidos por diferentes órgãos e setores do município e da Instituição (transporte, alimentação, auxílio, creche...) para que os alunos permaneçam nos seus cursos;
- Conhecer melhor os discentes e seus problemas pedagógicos, evitando a retenção e o abandono;
- Oportunizar mais momentos de debate pedagógico na Instituição.

5.3 AÇÕES

- COORDENADORES DE CURSO E SEÇÃO PEDAGÓGICA - O “Edital de Abandono” enviado à Secretaria pelos Coordenadores de Curso, deverá ser entregue à Seção Pedagógica para contato e contabilização. A Direção de Ensino deverá enviar Calendário para entrega deste documento.
- SECRETARIA E COORDENAÇÃO DE CURSO - Verificação contínua da entrada e saída dos alunos dos cursos, para evitar preenchimento de vaga de aluno inexistente;
- PROFESSORES, COORDENADORES DE CURSO E SEÇÃO PEDAGÓGICA - Coordenadores comunicarem à Seção Pedagógica (Pedagoga do Ensino Superior), a lista de alunos que não comparecem por mais de 15 dias, para que o setor entre em contato com os alunos;
- DIREÇÃO, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL JUNTO A PREFEITURA - Questão do Transporte: verificar junto a Prefeitura transporte em maior quantidade de horário e localidades. Voltar a discussão do meio passe;
- DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - Requisitar junto ao Instituto Federal as “Carteirinhas de Estudantes”;
- DIREÇÃO JUNTO A REITORIA - Antecipar os editais de liberação de auxílio alimentar, transporte e moradia;
- DIREÇÃO, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL JUNTO A PREFEITURA - Questão das Mães que precisam cuidar dos filhos no período noturno: conversar junto à Prefeitura a possibilidade de abrir uma creche no Período Noturno para os filhos das estudantes que são mães;



**INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ**



Ministério da Educação

- COORDENADORES DE CURSO E SEÇÃO PEDAGÓGICA - conversarem com as turmas orientando os alunos para comunicarem as ausências e intenções de abandono;
- DIREÇÃO JUNTO A CANTINA - Verificar a questão dos valores dos alimentos na Cantina Escolar, inclusive com a criação de um "lanche universitário" com um valor menor. Aproveitar o processo de Licitação atual;
- SEÇÃO PEDAGÓGICA E COORDENAÇÃO DE ENSINO – Realização de reuniões bimestrais nos colegiados para debate dos problemas de todas as turmas em cada colegiado.
- SEÇÃO PEDAGÓGICA E COORDENAÇÃO DE ENSINO – Realização de reuniões semestrais para avaliação das questões pedagógicas praticadas na Instituição e estudo do PPP.

5.4 CRONOGRAMA

- Mês de Abril e Maio – Reunião com as Coordenações, Secretaria e Assistência Estudantil;
- Mês de Maio e Junho – Reuniões com a Prefeitura;
- Junho, Setembro e Dezembro – Reuniões do Setor Pedagógico com os Colegiados;
- Julho e Novembro – Reunião Geral;
- Todo o Ano – Acompanhamento da Seção Pedagógica.

5.5 AVALIAÇÃO

- Dados de evasão coletados ao final do ano letivo de 2017;
- Observação dos Professores em relação ao aproveitamento das turmas existentes e elaboração de um relatório geral;

ANEXO 14 – DIAGRAMA MATRIZ CURRICULAR - CURSO DE LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS – CAMPUS PALMAS

Diagrama Matriz Curricular - Curso de Licenciatura em Artes Visuais - IFPR - Campus Palmas

	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre	7º semestre	8º semestre
	Língua Portuguesa; 67 h/r	Políticas Educacionais e Legislação da Educação Básica; 33 h/r	História da Arte Ocidental III; 67 h/r	Didática; 67 h/r	Estágio Curricular Supervisionado I; 33 h/r	História e cultura afro brasileira e indígena; 33 h/r	Educação para Direitos humanos e diversidade; 33 h/r	TCC II; 33 h/r
	História da Arte Ocidental I; 67 h/r	História da Arte Ocidental II; 67 h/r	Desenho II; 67 h/r	Currículo e Gestão; 67 h/r	Graffiti e Muralismo; 67 h/r	Fundamentos teórico metodológico da Educação Especial e Inclusão; 33 h/r	PCC V: O ensino da fotografia; 33 h/r	Optativa III, 67 h/r
NÚCLEO I	Iniciação científica; 33 h/r	Desenho I; 67 h/r	Escultura II; 33 h/r	Pintura I; 67 h/r	Poéticas contemporâneas; 33 h/r	Sociologia da educação; 67 h/r	PCC VI: O ensino de teatro; 33 h/r	Educação: sociedade e cultura brasileira; 33 h/r
NÚCLEO II	Fundamentos das Artes Visuais I; 67 h/r	Metodologia de Ensino, pesquisa e extensão; 33 h/r	PCC I: O Ensino do desenho na escola; 67 h/r	História da Arte brasileira e paranaense I; 67 h/r	História da Arte brasileira e paranaense II; 67 h/r	PCC IV: O ensino da escultura; 33 h/r	PCC VII: O ensino da Dança e da Música; 67 h/r	Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino; 33 h/r
NÚCLEO III	Ensino de arte; 33h/r	Fundamentos das Artes Visuais II; 67 h/r	Psicologia da educação; 67 h/r	PCC III: O ensino da pintura na escola; 67 h/r	Pintura II; 67 h/r	Estágio Curricular Supervisionado II; 33 h/r	Estágio Curricular Supervisionado III; 67 h/r	PCC VIII: Seminário; 67 h/r
	Optativa I; 33h/r	Escultura I; 67 h/r	PCC II: O ensino de gravura; 33 h/r		Filosofia da educação; 67 h/r	Editoração; 33 h/r	Projeto comunitário e Educação e sustentabilidade 67 h/r	Estágio Curricular Supervisionado IV; 67 h/r
	Leitura de imagem e Semiótica; 33 h/r				Aviação educacional; 33 h/r	Optativa II; 67 h/r	TCC I; 33 h/r	Libras; 33 h/r
						Museu; 33 h/r	Cultura de massa e Formação Docente; 33 h/r	
						Formas Contemporâneas tridimensionais; 33 h/r	Teoria e Crítica da Arte; 33 h/r	